



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Alynne Christian da Veiga

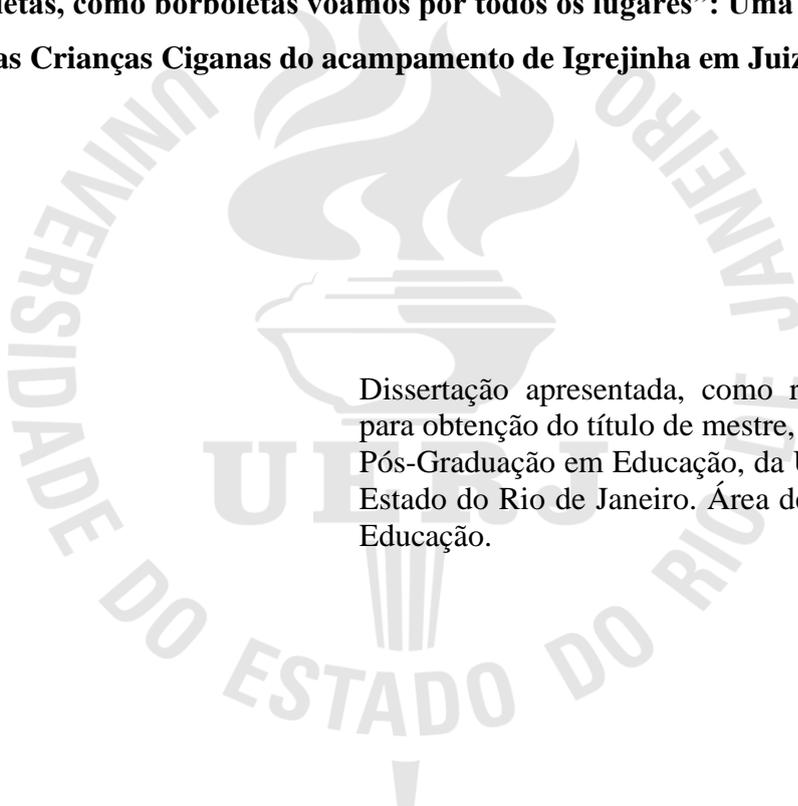
**“Somos borboletas, como borboletas voamos por todos os lugares”: Uma
Fotoetnografia Miúda das Crianças Ciganas do acampamento de Igrejinha
em Juiz de Fora**

Rio de Janeiro

2024

Alynne Christian da Veiga

**“Somos borboletas, como borboletas voamos por todos os lugares”: Uma Fotoetnografia
Miúda das Crianças Ciganas do acampamento de Igrejinha em Juiz de Fora**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Profa. Dra. Maristela Gomes de Souza Guedes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

V426 Veiga, Alynne Christian da
“Somos borboletas, como borboletas voamos por todos os lugares”: Uma
Fotoetnografia Miúda das Crianças Ciganas do acampamento de Igrejinha em Juiz
de Fora / Alynne Christian da Veiga. – 2024.
137 f.

Orientadora: Maristela Gomes de Souza Guedes
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação ambiental – Teses. 2. Criança – Teses. 3. Ciganos – Teses. I.
Guedes, Maristela Gomes de Souza. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Alyne Christian da Veiga

**“Somos borboletas, como borboletas voamos por todos os lugares”: Uma Fotoetnografia
Miúda das Crianças Ciganas do acampamento de Igrejinha em Juiz de Fora**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação.

Aprovada em 09 de agosto de 2024

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Maristela Gomes de Souza Guedes (Orientadora)
Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Virgínia Cecília da Rocha Louzada
Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dr. José Renato de Carvalho Baptista
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Às infâncias diaspóricas, em especial às infâncias ciganas, dedico este trabalho com todo o meu respeito e admiração. Com seus sorrisos e brincadeiras revelam a beleza e a força da infância vivida em liberdade e criatividade.

Que este trabalho contribua para que seus direitos e suas vozes sejam cada vez mais reconhecidos e respeitados.

Vocês são como o sol que desperta os afetos, como ensina Queirós (2004), trazendo luz, calor e vida para o nosso mundo.

AGRADECIMENTO

"Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade" (Seixas, 1974).

Esta frase, sintetiza a essência do percurso que me trouxe até aqui. A jornada da pesquisa é, sem dúvida, um caminho que se trilha em coletividade, alimentado por sonhos compartilhados e pela sabedoria que emerge das confluências.

Assim, agradeço a meus pais, José e Waldete, cuja dedicação e amor são a base de tudo.

Aos meus tios Toninho, Eva, Maurício, Maria Luíza, Kosme, Adelaine, Maria Aparecida e Jorge (*in memoriam*), sou profundamente grata pelo carinho de vocês e pelas palavras de encorajamento.

Aos meus primos e primas, Giselle, Tainá, Amana, Elazir, Jardel, Bruce, Felipe, Nânoa, Nicolas e Esther, que com seu carinho e apoio me proporcionaram momentos de leveza e alegria.

Giselle, obrigada por estar sempre ao meu lado, gratidão por sua existência.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos Vanísio Luiz da Silva, Adair Menezes, Cícero Villela, Giovana Sarto e Paulo Wiereck. Cada um, a sua maneira me indicou possibilidades onde eu não enxergava. Foi ouvindo vocês que este sonho ganhou forma. Vocês tiveram um papel especial na construção dessa realidade.

Agradeço imensamente aos meus amigos de toda uma vida: Fernanda Cristina De Moura, Alef Silva, Léo Rocha, Carlos Augusto Santos e ao que chegou agora: David Soares cada palavra, cada gesto, cada olhar, cada sorriso, cada vez que me escutaram foi um carinho e mais um incentivo.

Aos amigos que o trabalho me deu: Érica, Conceição, Aline Vilela, Joselito Júnior, Fátima Nóbrega, Rosimeire, Wânia Batista, Rose, Priscila, Jean, Adma e Elenice, o meu muito obrigada. Amigo não precisa estar, precisa ser e vocês estiveram sempre ao meu lado, com acolhimento, com doçura e afeto.

Ao Programa de Pós-Graduação, agradeço a oportunidade e o aprendizado. Agradeço também à banca examinadora, professora doutora Virgínia Louzada e José Renato por contribuições enriqueceram significativamente este trabalho.

A minha orientadora Stela Guedes Caputo, obrigada por me fazer acreditar nos meus sonhos, o sonho de me tornar pesquisadora, obrigada pela gentileza e carinho em sua orientação,

indicando os caminhos a seguir com amorosidade e compromisso com uma Educação Antirracista. Sua importância está além dos vínculos acadêmicos, obrigada por tanto e por tudo.

Ao grupo de pesquisas Kékeré. Grata pelas reflexões, pela acolhida, muito obrigada Renato Alves, Ataíde Júnior e especialmente a você, Luis Osete, meu amigo poeta, sou grata por cada momento de partilha. Sua poesia foi inspiração, iluminando caminhos e oferecendo novas perspectivas.

Agradeço a Rosa, Eduardo, Liryane, keli, Daiana, Ariel, Natali, Miryane, Layane, Luan, Lucas, Miguel, Isaque, Vitória, Raine, Vitor, Gisele, Josué e Mateus, os ciganos e ciganas, adultos e crianças do acampamento de Igrejinha, que compartilharam seu modo de ser, ver e viver e me possibilitaram a realização desta pesquisa.

Agradeço aos meus padrinhos, madrinhas, Vera, Carneiro, Maria Luiza, Maurício e a toda espiritualidade amiga que me conduz.

Por fim, celebro e agradeço a todos que, de alguma forma, compartilharam deste sonho. Como Nêgo Bispo tão sabiamente ensina, este é um processo de confluência e transfluência, onde saberes orgânicos se encontram e se expandem, construindo uma realidade rica e multifacetada.

Vocês me inspiraram e motivaram com suas próprias jornadas, demonstrando que a união de sonhos nos leva mais longe.

Muito obrigada a todos

RESUMO

VEIGA, Alynne Christian da. VEIGA, Alynne Christian da. **“Somos borboletas, como borboletas voamos por todos os lugares”**: Uma Fotoetnografia Miúda das Crianças Ciganas do acampamento de Igrejinha em Juiz de Fora. 2024. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A escola, como espaço de educação por excelência, pode ser um dos locais mais cruéis para diversas crianças, especialmente aquelas que não se enquadram no padrão branco, heteronormativo e cristão que permeia nossa sociedade. Eu, mulher negra, educadora, pesquisadora, ativista da luta antirracista e nascida em Juiz de Fora, sempre busquei me atentar a como o espaço da escola, que deveria ser um lugar de compartilhamento de saberes, de reconhecimento da diferença, da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, muitas vezes reproduz o pacto colonial, onde o modelo é o de uma criança branca, loira e de olhos azuis. Nesse sentido, observei que as crianças ciganas além das crianças negras de terreiro, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, também não se veem representadas na escola, principalmente nos materiais didáticos, e isso afeta a forma como elas se percebem e percebem o mundo. Aliás, em relação aos ciganos, se faz notar que estigmas e perseguições andam par e passo com a história desse povo em diáspora pelo mundo. Segundo a literatura acadêmica, sua trajetória é envolta em mistérios, lendas e preconceitos. De fato, o termo *ciganos* designa uma categoria ampla de comunidades diferentes, e no Brasil podemos citar os grupos étnicos, Rom, Sinti e Calons. Historicamente apresentavam como característica geral ser um povo em movimento, em dispersão por diferentes partes do planeta, o que propiciou uma pluralidade de experiências, verificadas pela diversidade de estilos de vida adotados por diferentes povos ciganos: eles podiam ser nômades ou sedentários. Importante dizer que esta dualidade nomadismo/sedentarismo na movimentação destes grupos pelos territórios na atualidade se ressignificam através das redes de socialidades e rotas para interações parentais ou comerciais. A metodologia da pesquisa e os caminhos a serem percorridos na construção desta dissertação seguem a proposta da Fotoetnografia Miúda com uma pesquisa em campo realizada no acampamento de Igrejinha em Juiz de Fora, Minas Gerais. Nesta presente pesquisa, o objetivo é compreender a etnicidade cigana através da observação desta comunidade, bem como compreender as concepções de infância/criança destes grupos e suas redes de aprendizagem.

Palavras-chave: Criança. Ciganos. Redes de aprendizagem. Educação. Fotoetnografia Miúda.

RESUMEN

VEIGA, Alynne Christian da. **“Somos mariposas, como mariposas volamos por todas partes”**: Una fotoetnografía pequeña de los niños gitanos del campamento de Igrejinha, en Juiz de Fora. 2024. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

La escuela, como espacio educativo por excelencia, puede ser uno de los lugares más crueles para muchos niños, especialmente aquellos que no encajan en el estándar blanco, heteronormativo y cristiano que impregna nuestra sociedad. Yo, como mujer negra, educadora, investigadora, activista antirracista y nacida en Juiz de Fora, siempre traté de prestar atención a cómo el espacio escolar, que debe ser un lugar para compartir conocimientos, reconocer la diferencia, construir un mundo más justo y la sociedad igualitaria reproduce muchas veces el pacto colonial, donde el modelo es el de un niño blanco, rubio y de ojos azules. En este sentido, observé que los niños gitanos, además de los niños negros terreiros, quilombolas, ribereños e indígenas, tampoco se ven representados en la escuela, especialmente en los materiales didácticos, y esto afecta la forma en que se perciben a sí mismos y al mundo. De hecho, en relación con los gitanos, cabe señalar que los estigmas y la persecución van de la mano de la historia de este pueblo en diáspora en todo el mundo. Según la literatura académica, su trayectoria está rodeada de misterios, leyendas y prejuicios. De hecho, el término gitano designa una categoría amplia de comunidades diferentes, y en Brasil podemos mencionar los grupos étnicos Rom, Sinti y Calons. Históricamente, su característica general fue la de ser un pueblo en movimiento, disperso en diferentes puntos del planeta, lo que les proporcionaba una pluralidad de experiencias, comprobada por la diversidad de estilos de vida adoptados por los distintos pueblos gitanos: podían ser nómadas o sedentarios. Es importante decir que esta dualidad nomadismo/sedentarismo en el movimiento de estos grupos a través de territorios cobra actualmente un nuevo significado a través de las redes sociales y rutas de interacción parental o comercial. En la presente investigación, el objetivo es comprender la etnia gitana a través de la observación de una comunidad calon presente en la zona rural de la ciudad de Juiz de Fora, así como comprender las concepciones de niñez/infancia de estos grupos y sus redes de aprendizaje.

Palabras-clave: Niño. Gitanos. Redes de aprendizaje. Educación. Pequeña Fotoetnografía

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O acampamento.....	22
Figura 2	Margens do acampamento: Rodovia Vital Brasil (BR 267).....	26
Figura 3	Brincadeira de escolinha.....	33
Figura 4	Bairro Igrejinha/ Juiz de Fora (Minas Gerais).....	38
Figura 5	Acampamento de Igrejinha.....	39
Figura 6	Mapa.....	40
Figura 7	Mapa de Minas Gerais.....	40
Figura 8	Mapa da Cidade de Juiz de Fora.....	41
Figura 9	Mapa: Região rural de Juiz de Fora.....	42
Figura 10	Pose para a foto.....	45
Figura 11	Representação do retrato de meu pai.....	58
Figura 12	Primeira amamentação.....	59
Figura 13	Pezinhos.....	66
Figura 14	Ninando sua irmãzinha.....	67
Figura 15	No colo da madrinha.....	67
Figura 16	Adoleta.....	68
Figura 17	A Corrida.....	74
Figura 18	Brincadeira de Salão.....	75
Figura 19	Luan e sua bicicleta.....	79
Figura 20	A venda dos panos de pratos.....	80
Figura 21	Brincando de casar as bonecas.....	90
Figura 22	O casamento de Josué e Gisele.....	91
Figura 23	Depois da valsa - retirada do véu.....	94
Figura 24	Making off.....	100
Figura 25	Foto no campo - Casamento Liryane e Mateus.....	100
Figura 26	A festa/Casamento Mateus e Liryane.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estratégias.....	123
----------	------------------	-----

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	LIGAÇÃO QUE VEM DE LONGE: MINHA RELAÇÃO COM OS CIGANOS	17
1.1	O início do percurso: numa manhã ensolarada cheguei ao acampamento cigano: primeiras aproximações	22
1.2	Sem saber de onde vinham ou para onde iam, os ciganos surgiam: possível origem e sua chegada ao Brasil	26
1.3	Os ciganos são como borboletas que voam por todos os lugares! assim chegam aqui os ciganos em Juiz de Fora	33
1.3.1	Em Igrejinha – história de lutas – a história da comunidade cigana em Juiz de Fora ..	39
2	TIRA UMA FOTINHO MINHA, TIRA? OBSERVAR, OUVIR, NARRAR E VIVENCIAR – PERCURSOS DA PESQUISA	45
2.1	O que você faz aqui? Reflexões metodológicas sobre o caminho percorrido	48
2.2	Dos retratos feitos em tábuas, giz e barros a utilização da inteligência artificial para edições nas fotografias: Um novo olhar para as fotografias na Fotoetnografia Miúda	53
2.3	“Virei Madrinha, e agora?”: Reflexões sobre dilemas e ética na pesquisa	59
3	O TEMPO DA INFÂNCIA É MUITO BOM! COISA BOA É SER CRIANÇA – REFLEXÕES SOBRE A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA	68
3.1	“Faz de conta que estamos no salão: A madrinha da noiva tem que estar bem bonita!”: Diálogos com a sociologia da infância e a importância da brincadeira 75	
3.2	O passado me traz uma lembrança do tempo que eu era criança: As brincadeiras de infância guardadas no tempo do coração	80
3.3	O que a memória ama se eterniza no coração: lembranças de brincadeiras de infância na perspectiva de dona Lena	82
3.4	O casamento do sabugo de milho com a boneca Susi	84
4	E O JOSUÉ MERECE? MERECE, MERECE SIM: O CASAMENTO DE GISELE	91
4.1	Casamento de Liryane e Matheus: A véspera	95
4.2	O Casamento de Liryane e Matheus	100
4.3	A entrega	104
4.4	Criticam por criticar: Reflexões sobre o casamento cigano	105

4.5	“E agora? Casar com uma Calin ou uma Gajin?” A dúvida de Lucas	109
5	APRENDER NO DIA A DIA DO ACAMPAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO	113
6	SOB A TENDA, DANÇAM PASSADO E FUTURO: ENCAMINHAMENTOS E REFLEXÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

Uma caravana colorida se aproxima da cidade, Menino, protagonista de *Ciganos*, romance de Bartolomeu Campos de Queirós (2004) já ficava inquieto. Havia chegado o momento pelo qual esperava: ver os ciganos novamente. As ciganas pintariam de luz a cidade e durante as noites, ouviram-se músicas alegres vindas do acampamento.

O ritmo da vida naquele lugarejo se alteraria, e era o que o encantava. Depois de algum tempo, eles iriam partir durante a madrugada. “Enamorados da luz, acordavam quando o sol se anunciava na linha do horizonte. Sem mágoas ou embaraços, despertavam a cidade com suas vozes e ruídos de vasilhas. Sem ressentimentos, desfaziam a colorida vila com a mesma euforia da chegada (Queirós, 2004, p.11).

Em outro lugar, longe dali, na cidade de Macondo (Márquez, 2019), os habitantes locais experimentaríamos sensações semelhantes às de Menino (Queirós, 2004). Os ciganos surgiam, montavam suas tendas. E com áurea de mistério e fascínio despertavam a curiosidade dos habitantes e depois iam embora.

Por algum tempo, tanto em Macondo quanto na cidade onde morava Menino, o assunto não era outro senão os ciganos. De onde teriam vindo? Qual era a história daquele povo? O que esperar daquelas pessoas diferentes para quem a "terra era sua pátria, o céu seu teto e liberdade a religião?" (como ensina a poesia popular cigana).

Para além das páginas da ficção, sob admiração e encantamento, mas também hostilidades e perseguições, os povos ciganos resistem através de sua cultura e estão presentes no mundo inteiro. Para algumas pessoas, são exóticos e ameaçadores, para outras, os ciganos são povos cuja história é cercada de uma áurea sedutora, mística e misteriosa.

Aliás, mistério é, de fato, uma característica que envolve a própria história desta etnia, já que a literatura aponta a uma impossibilidade de precisar de onde vieram. Uma provável origem, de acordo com Moonen (2011), é a Índia, e a dispersão dos ciganos pelo mundo teria se iniciado há mil anos, quando rumaram para a Europa e o Oriente Médio.

Esse movimento de dispersão por diferentes partes do mundo propiciou uma pluralidade de experiências, verificadas pela diversidade de estilos de vida adotados por diferentes povos ciganos, que podiam ser nômades, seminômades ou sedentários.

Estes movimentos migratórios contribuíram para perseguições e preconceitos que resultaram em políticas anticiganas em várias partes do mundo. Pereira (2009) destaca que a vida nômade dos povos ciganos muitas vezes ocorreu de forma imposta por leis e decretos que os forçavam a migração.

Estas políticas ocorreram principalmente na Europa. Muitos países promoviam a expulsão dos ciganos de um país para outro ou os enviavam para as suas colônias da América e da África, como fazia Portugal.

De acordo com Teixeira (2008), João Torres e sua família foram os primeiros Calons a chegar ao Brasil, no século XVI. Atualmente, pelo menos três etnias ciganas vivem no país: Calon, Rom e Sinti. Cada uma dessas etnias tem línguas, culturas e costumes próprios.

Atualmente, de acordo com os dados do IBGE publicados no site do Ministério da Saúde, no Brasil, cerca de 800 mil a um milhão de pessoas se identificam como ciganos. Os estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás apresentam as maiores concentrações dos assentamentos ciganos.

Ainda de acordo com o site do Ministério da Saúde, o levantamento realizado pelo IBGE em 2011 indica a presença de acampamentos, distribuídos em 849 cidades. Estas informações foram coletadas a partir dos dados repassados pelos gestores municipais.

A maioria dos acampamentos se concentra em 293 municípios da região Nordeste. Na região Sudeste, o estado com maior número de acampamentos é Minas Gerais, com um total de 175 acampamentos em 127 cidades mineiras. Juiz de Fora é uma destas cidades, e é também o local onde esta pesquisa foi realizada.

Situada às margens da rodovia federal BR 267 próximo ao bairro rural Igrejinha, em Juiz de Fora, Minas Gerais, caminho que liga a Zona da Mata mineira ao sul de Minas, o colorido das barracas de um acampamento cigano sempre me chamou a atenção. São oito famílias que compõem este grupo, da etnia calon: 10 crianças e 18 adultos. Em sua maioria, possuem relações de parentesco: são irmãos e irmãs, primos e primas, tios e tias.

Por muito tempo, a comunidade cigana ocupou uma área que integra a faixa de domínio da rodovia federal BR 267. No entanto, existe uma legislação que regula o uso das margens das rodovias. Segundo essa norma, a faixa de domínio, que se estende por 40 metros a partir da faixa divisória da pista, não pode ser ocupada, devido ao risco de acidentes. Assim, o DNIT solicitou a desocupação da área, e a prefeitura alocou os ciganos ao lado de um campo de futebol no bairro Igrejinha. Atualmente, está em andamento o processo para a concessão permanente desse terreno à comunidade cigana.

Esta comunidade se estabeleceu no bairro Igrejinha a pelo menos 20 anos. Nem sempre foram as mesmas famílias, mas, de toda forma, esta comunidade tradicional faz parte de nossa cidade., no entanto, muitos estranham ao ouvir falar desta presença.

Foram vários os questionamentos quando eu dizia para as pessoas sobre minha pesquisa. Queriam saber sobre como era uma barraca, se crianças ciganas estudam, sobre o casamento,

se jogavam cartas ou liam mãos e principalmente se os ciganos montavam e desmontavam suas barracas de cidade em cidade.

O interesse em saber se os ciganos mudavam de cidade é um questionamento que se refere a mobilidade deste grupo étnico. Quando se fala em mobilidade, por um lado surgem a associação do "ser cigano" ao "nomadismo" e por outro uma descaracterização deste "ser cigano" relacionado a sedentarização. Na verdade este é um olhar do não cigano para a cultura cigana.

Sobre este aspecto, estou de acordo com Sant'Anna (1983) quando a autora afirma que a mobilidade entre os ciganos ocorre de maneira fluida, com as comunidades ora se espalhando ora se reagrupando, refletindo uma flexibilidade adaptativa que é fundamental para sua sobrevivência e coesão. Os ciganos se movimentam em suas redes e rotas para diversas atividades, festas, funerais ou atividades comerciais.

Percebo uma ressignificação na mobilidade das comunidades ciganas e as compreendo conforme Monteiro (2019), em termos de rotas e redes de socialidade. Para a autora, as redes atravessam e vinculam pessoas, práticas, valores, noções de pessoa e conhecimentos (Monteiro, 2019, p.64).

Embora nesta pesquisa não se tenha a pretensão de trabalhar com a dicotomia entre ser sedentário ou nômade, é importante pensarmos sobre essa mobilidade adaptativa. Um elemento de resistência e sobrevivência cultural que permite aos ciganos preservarem suas identidades enquanto lidam com as complexidades dos contextos sociais e econômicos contemporâneos, que muitas vezes os marginaliza.

As comunidades ciganas, frequentemente estigmatizadas, possuem uma rica tradição¹ cultural e formas únicas de transmissão de conhecimento que são, em grande parte, ignoradas por toda a sociedade, incluindo instituições formais de ensino. Este estudo busca uma reflexão sobre essas práticas de aprendizagem, destacando como as crianças ciganas compartilham conhecimento através de suas interações cotidianas e redes sociais dentro de suas comunidades.

Assim, esta dissertação tem como desejo compartilhar as experiências com os cotidianos das crianças ciganas no acampamento de Igrejinha em Juiz de Fora, Minas Gerais. Com isso, intensionamos, ainda, quem sabe, produzir pistas éticas, estéticas e políticas para pensar a infância e a educação.

¹ Nesta pesquisa pensarei a tradição de acordo com Hobsbawn: um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

No primeiro capítulo: "Ligação que vem de longe: minha relação com os ciganos e ciganas" apresento uma narrativa pessoal e uma introdução ao tema, contextualizando a relação histórica e cultural entre mim e a comunidade cigana, e sobre os ciganos² no contexto brasileiro. Descrevo também minha primeira visita ao acampamento cigano de Igrejinha, onde comecei esta experiência de pesquisa, destacando as interações iniciais e impressões sobre a vida cotidiana dos ciganos.

"Sem saber de onde vinham ou para onde iam, os ciganos surgiam: possível origem e sua chegada ao Brasil" é o segundo capítulo. Nele, exploro a história dos ciganos e sua chegada ao Brasil; as origens dos ciganos e os caminhos percorridos até o território brasileiro, enfocando a migração e a adaptação dos ciganos em diferentes regiões, especialmente em Minas Gerais. O capítulo também discute a marginalização e os estereótipos enfrentados pelos ciganos ao longo do tempo, bem como suas estratégias de resistência e adaptação.

O terceiro capítulo: "O passado me traz uma lembrança do tempo que eu era criança: as brincadeiras de infância guardadas no tempo do coração" focado nas memórias de infância, aborda as brincadeiras e o cotidiano das crianças ciganas no acampamento de Igrejinha. Utilizo narrativas e memórias dos próprios ciganos para ilustrar como as brincadeiras e as interações sociais contribuem para a construção da identidade e da cultura³ cigana desde a infância. O texto também destaca a importância das tradições e dos valores transmitidos entre gerações.

O quarto capítulo: "Caminhos Metodológicos", detalha a abordagem metodológica utilizada na pesquisa, enfatizando a etnografia e a *Fotoetnografia Miúda* - ferramenta teórica aprofundada por Caputo (2020), e que será fundamental para a presente pesquisa. Além disso, neste capítulo são discutidos os desafios éticos e as considerações necessárias ao pesquisar com comunidades ciganas, incluindo a construção de confiança e reciprocidade. Também faço uma reflexão sobre minha posição como pesquisadora e madrinha.

O casamento é um aspecto significativo para a comunidade cigana. Importante para a perpetuação da família, a construção de alianças entre diferentes núcleos familiares, fortalece a rede de relações garantindo a segurança da família e seus membros e sobretudo é um rito de passagem da infância para a vida adulta e será discutido também no quarto capítulo.

² Utilizarei o termo "cigano" por ser a forma como as pessoas no acampamento de referência desta pesquisa referem-se a si mesmas, embora tenha ciência de que outros autores têm optado pela utilização do termo "calon", que é também seja utilizado como sinônimo de cigano.

³ Nesta pesquisa, adotamos a definição de cultura proposta por Geertz (1989), segundo a qual a cultura é um produto das ações humanas, desempenhando um papel fundamental na existência dos seres humanos. Ela mediatiza as relações sociais e é responsável pela produção de sentidos e significados. Para uma compreensão mais aprofundada, consultar: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

As análises realizadas neste estudo, me levam a concluí-lo fazendo uma reflexão sobre a educação cigana". Este último faz uma reflexão sobre as políticas públicas e a necessidade do reconhecimento e respeito a cultura cigana. Argumento que a educação deva incorporar práticas culturais e saberes tradicionais. O capítulo também aborda a necessidade de uma pedagogia que valorize a diversidade cultural e promova a inclusão das crianças ciganas no sistema educacional brasileiro.

1. LIGAÇÃO QUE VEM DE LONGE: MINHA RELAÇÃO COM OS CIGANOS

Era um dia típico de inverno: uma chuvinha fina e um friozinho convidavam para um chocolate quente naquela noite de junho. Era o ano de 1991. Meu coração parecia bater tão alto que poderia ser até bateria de uma escola de samba. Eu andava apressada porque não tinha ninguém na rua, nem uma viva alma - mais pelo frio e chuva do que pela hora. O relógio contava 21 horas. Cerca de um quarteirão atrás havia me despedido das colegas da rua de cima. Voltávamos da escola.

Aquele era um horário estranho para adolescentes entre 11 e 14 anos regressarem do colégio, mas não para nós que esperávamos ansiosas chegar ao ginásio⁴ e poder ir para a escola naquele horário.

Quase completando 15 anos, estudar neste turno significava para nós uma relativa autonomia. Nossa escola era uma escola estadual em que as aulas se iniciavam no período da tarde, às 16 horas, e terminavam às 20 horas e 30 minutos. Normalmente, sendo uma sexta-feira, se não fosse a chuva, encontraria minhas vizinhas no portão enquanto as crianças estariam brincando na rua.

Eu e uma turma de amigas costumávamos ir pelas ruas do bairro conversando, brincando e fazendo traquinagens - como apertar a companhia de alguma casa e sair correndo. Em determinado ponto, nos separávamos e cada uma seguia para sua casa.

Naquele dia, eu ia pensando pelo caminho com o coração acelerado. Tanto por estar sozinha na rua quanto a proximidade do fim de semana e o que aconteceria naquele sábado: junto com minha irmã, eu iria visitar seus amigos: Sérgio e Rosana. Estava ansiosa por isto. O bairro que eles moravam era distante do meu, e tudo aquilo me parecia uma aventura.

Pela primeira vez faria a leitura das mãos. Que interessante!” - Eu pensava, e me perguntava: é possível ver o futuro na palma da mão? Por um lado, eu acreditava que não, mas por outro eu queria saber mais sobre aquela novidade: a quiromancia.

De acordo com Moraes (2014), na definição do dicionário, quiromancia (do grego χείρ (khéir, "mão") e μαντεία (manteía, "adivinhação, profecia") é um sistema de adivinhação que se dá pela inspeção das linhas da mão. Baçan (2010) nos conta que os primeiros registros de estudos da quiromancia datam de aproximadamente 3200 a.C., na China. Esses conhecimentos

⁴ A lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692 (BRASIL, 1971) vigente na década de 1990 reformulou o antigo ensino primário e secundário e os denominou ensino de 1º e 2º graus, respectivamente. No ensino de 1º grau aconteceu a modificação do 1º ciclo, que se transformou nos anos de 1ª a 8ª séries (CARLOS et al., 2020, p.9). Sendo os primeiros quatro anos compreendendo da 1ª a 4ª série e os últimos: 5ª a 8ª série, período que entre nós chamávamos de ginásio por influência de nossos pais. Atualmente séries finais do ensino fundamental.

teriam migrado para o ocidente, através da Índia e da Pérsia e, de acordo com o autor, serão os ciganos os intérpretes mais significativos destes conhecimentos.

Fui dormir imaginando que visitaria um lugar com tendas, decorado com bolas de cristal e conheceria um cigano. Acordei no dia seguinte ouvindo alguém me chamar baixinho. Era minha irmã de pé, em frente à minha cama. Ela já estava pronta. Decidimos que não falaríamos nada com nossos pais. Imaginávamos que eles diriam ser bobagem. Ouvíamos comentários da nossa família sobre as ciganas que liam as mãos nas ruas da cidade, e não eram favoráveis a esta arte divinatória.

Me apressei para organizar a cama, tomar um banho rápido, me arrumar e engolir o café. Sob os protestos de minha irmã que alertava sobre a demora, saímos correndo em direção ao ponto de ônibus. Tínhamos horário marcado, este era o motivo da pressa. A rabugentice dela não era maior do que a emoção pelo que eu poderia vivenciar.

Fazia tempo que minha irmã não via seus amigos. Rosana se desculpou por nos receber com um balde e vassouras nas mãos. Próximo de sua casa passava um córrego que havia transbordado no dia anterior. As águas haviam chegado à varanda, e eles estavam concluindo a limpeza. Agradeciam a Deus e a Cigana Esmeralda por não terem tido prejuízo.

Após nos cumprimentarmos e de alguns minutos de conversa, Rosana foi buscar o baralho cigano e Sérgio nos convidou a entrar e se sentar. Tão logo recebeu o baralho, conduziu minha irmã para outro local da residência, um cômodo no final da varanda em que Rosana estivera limpando pouco antes de chegarmos.

O lugar era caprichosamente decorado. Uma grande janela deixava a claridade do dia iluminar o ambiente. Embaixo dela, algumas imagens de ciganos, um prato com moedas e um balaio de frutas: maçãs, uvas, mamão, melão compunham a cesta, entremeada por galhos de trigo. O lugar não era amplo, mas era muito acolhedor. No canto direito, uma mesa e duas cadeiras. Ao lado, um pequeno armário de madeira pintado de branco, e na parede oposta à janela outro armário, desta vez de alvenaria, que abrigava imagem de Jesus Cristo, Nossa Senhora Aparecida e um copo com água, jarros com flores do campo, cristais brancos, porta incensos e suporte para velas. Um cheiro de lavanda perfumava o lugar. A tinta verde clara e o piso de madeira davam um toque aconchegante àquele espaço.

Sérgio não era cigano, ao contrário do que eu imaginava a princípio. Diante do meu espanto, ele me explicou que desde os 15 anos se dedicava a decifrar o baralho cigano e realizava leitura das mãos. Rosana o auxiliava, era uma jovem alegre, na altura dos seus vinte e poucos anos, cabelos claros e longos, e estava à espera do primeiro filho do casal. Sérgio, um

pouco mais velhos, tinha idade em torno dos 30 anos. Alto e forte, de pele muito clara, voz calma, e muito brincalhão.

Em nada se pareciam com a imagem que eu havia construído deles. Antes, eu os imaginava quase como uma categoria genérica: de cabelos negros, tez negra pouco retinta, afinal no centro da cidade era comum ver ciganas com estas características pedindo as pessoas para ler a sorte nas mãos. Assim, eu acreditava que aquele casal fizesse parte deste grupo étnico.

Confesso que, apesar do tempo nublar algumas memórias, estes acontecimentos não se apagaram de minhas lembranças. Curioso é que antes daquele encontro, mesmo sendo parada pelas ciganas, que pediam para ler minha mão, eu sempre me esquivava por lembrar das conversas dos mais velhos nos alertando sobre a prática cigana de levar crianças, de serem espertos e de agirem com astúcia para tirar vantagens das pessoas.

Desta forma, mesmo desejando me aproximar das ciganas e conhecê-las, tudo o que escutávamos, incluindo as advertências, impediam que eu o fizesse. E embora naquele dia antes de chegar à casa de Sérgio eu não soubesse que não eram ciganos, eu imaginava que aqueles eram ciganos diferentes porque moravam em uma casa e por serem amigos de minha irmã, me passavam confiança.

Me surpreendi por não serem. Na verdade, Sérgio era um sacerdote da Umbanda, religião de matriz africana e através de sua conexão espiritual com entidades ciganas² desta religião de matriz africana, realizava a leitura das mãos e outros oráculos, entre eles o baralho cigano e as cartas de tarot.

Em mais uma oportunidade, retornei à casa de Sérgio e Rosana para conhecer outra arte divinatória: a cartomancia. Para Mãe Stela de Oxóssi (2014), as várias artes divinatórias se baseiam em complexos sistemas filosóficos. E, para tanto, existem vários tipos de oráculos - entre eles búzios, runas, tarot e baralho cigano. De acordo com Pereira (2022), todos esses oráculos servem muito mais para o autoconhecimento do que para prever o futuro.

Alguns estudiosos sugerem que a origem exata dos sistemas divinatórios é incerta, mas, de acordo com Tati Lima (2020), desde a antiguidade várias civilizações utilizavam algum tipo de oráculo. Através deles, esses oráculos procuravam orientar as pessoas. Especificamente sobre a cartomancia, “julga-se que o uso de deitar cartas para “adivinhar” o destino se originou na China, e surgiu no princípio do século XII” (Pereira, 2022, p 11). Este mesmo autor assevera que alguns pesquisadores teriam encontrado este “método de vidência no Egito, no extremo Oriente e na Índia, e apontam os ciganos como os responsáveis por sua popularização.

A princípio somente a nobreza e o clero tinham acesso à cartomancia para esclarecimentos de suas questões, sobretudo porque se tratava de um serviço caro e, portanto,

com acesso limitado às classes mais altas da sociedade. Com o passar do tempo, a cartomancia alcançou a população com menos recursos financeiros e foi gradativamente se popularizando e já não mais assegurava distinção para o status quo (Lima, 2020).

Pensando sobre este assunto, me lembrei de Menino, protagonista do romance "Ciganos" de Bartolomeu Campos de Queirós (2004). Em seus relatos, quando os ciganos chegavam a sua cidade, mesmo não admitindo, as pessoas esperavam que eles fizessem a leitura de suas mãos. As ciganas usavam saias coloridas e andando pela praça pintavam de luz aquele povoado. "De rua em rua, de porta em porta se ofereciam para ler o destino que diziam oculto na palma de todas as mãos. Contavam ainda que a mão era uma cartilha que elas aprenderam a decifrar com os egípcios, há muitos e muitos séculos" (Queirós, 2004, p. 5).

A relação das pessoas não ciganas com a leitura da sorte é marcada tanto por mistério e fascínio quanto por estranhamento e estigma. Essa percepção, impregnada de misticismo, inclui estereótipos que caracterizam esse grupo étnico como feiticeiros, além de outros rótulos, como raptadores de crianças, mulheres e trapaceiros. Assim, sentimentos de mistério e fascínio são uma constante na caracterização de comunidades ciganas.

Menino, foi testemunha de sentimentos parecidos com estes. Quando os ciganos chegavam em sua cidade e arranchavam em algum terreno vago, logo o burburinho se formava. Pelas frestas de portas e janelas muitos olhos os vigiavam, mas secretamente muitos corações os amavam.

O mesmo acontecia também, e ainda acontece, fora das páginas literárias. Não é raro ouvirmos dizer que os ciganos não respeitam as regras, são desordeiros, espertos, trapaceiam nos negócios, podem raptar crianças e se apropriam do que não é deles. Isso revela que a marginalização dos povos ciganos é uma realidade. E o papel das representações dominantes que valorizam os fenótipos europeus, positivando a cultura eurodecendente, heteronormativa e cristã, acentua a desvalorização das características de outros grupos de minoria étnica da qual os ciganos fazem parte.

No ano de 2021, reportagens no noticiário regional referentes a comunidade cigana provocaram em mim reflexões sobre os estereótipos negativos sobre este grupo. A reportagem de Michele Meireles, "Homem morre baleado após confusão com grupo acampado na União Indústria" no jornal local, Tribuna de Minas do dia 17 de fevereiro de 2021 noticiava o envolvimento de um grupo de pessoas da etnia cigana envolvida em situação de violência.

Infelizmente um gajon⁵ (designação dos homens que não pertencem a esta etnia) não resistiu aos ferimentos.

Na versão online deste jornal, especificamente na seção onde os leitores comentam sobre as matérias veiculadas, nota-se diversos comentários preconceituosos, que generalizam os grupos ciganos e coloca-os todos como violentos. Em um dos comentários, uma pessoa afirmava que os ciganos são um “peso morto que perambulam sob a terra”. Em outro, um comentarista afirmava que os ciganos são todos golpistas e invasores de terra, fazendo chacota ao dizer que ciganos são “nômades com assentamento no bairro Igrejinha⁶”, concluindo que seriam uma “piada”. Esses e outros comentários da mesma fonte são ilustrativos do estigma e do teor negativo e generalizante a que estão submetidos os ciganos, e demonstraram o preconceito e a desinformação sobre esta etnia.

Percorri em minhas lembranças o que ouvia desde menina e compreendi que meu caminho para uma educação antirracista passava necessariamente por reconhecer que junto à população negra e indígena, os ciganos são parte dos povos tradicionais e compõem o grupo das minorias étnicas em nosso país.

Como uma mulher negra, professora de escolas da rede pública de ensino do município de Juiz de Fora situadas em bairros periféricos, meu olhar sempre se voltou para as demandas referentes à população afrodescendente e me preocupava com assumir compromisso com uma educação antirracista com vistas a combater o racismo em suas várias formas: estrutural, ambiental, religioso e o preconceito do qual as crianças negras sempre foram alvo.

No entanto, refletindo sobre reportagens no noticiário regional referentes a comunidade cigana, e sobretudo a comunidade cigana em Juiz de Fora, além do tratamento intolerante dispensado a eles, minha atenção se voltou também às crianças ciganas. Foi dessa forma que passei ponderar sobre o preconceito destinado a este grupo.

As crianças ciganas também são impactadas pelo projeto colonial de morte que atinge as crianças de outras minorias étnicas, como argumenta Caputo (2022). No entanto, elas não estão reduzidas a este projeto; muito pelo contrário, elas subvertem a ordem desta sociedade mantendo suas tradições e cultura.

Pela voz de Bartolomeu Campos de Queirós (2004) Menino afirma que sim, os ciganos mantêm suas tradições. E mais, ele descobriu que na hora do crepúsculo, quando o mundo se

⁵ Termo utilizado pelos calons mineiros para designar a alteridade representada pelo não cigano: gajons/ garrons, ou sua inflexão feminina gajins/garrins (Campos, 2020) – palavras do chibi (a língua utilizada pelos calons de todo Brasil. Derivam do romani e do caló falados na Península Ibérica nos séculos XVII e XVIII (Ferrari, 2010, p. 194, apud Campos, 2020, p. 21).

⁶ De acordo com informações do jornal as pessoas envolvidas não são moradores do acampamento de Igrejinha.

agigantava, as crianças ciganas "deitadas inteiramente aninhados no capim escolhiam as suas estrelas guia (Queirós, 2004, p 9). Suponho que brincassem de contá-las ou talvez de colocar nomes em cada uma. Quem sabe ouviam dos astros, histórias sobre a cultura dos ciganos ao longo dos séculos?

É possível que adormecessem e sonhassem em meio a essas estrelas. Talvez, nesses sonhos, atravessassem montanhas, florestas e mares, aportando em terras distantes onde viveram seus antepassados. Ao despertar, poderiam tecer caminhos de poesia até essas mesmas terras, por meio das narrativas de suas aventuras bordadas em suas imaginações. Mas, de onde vieram os ciganos? Como chegaram às terras brasileiras? Que caminhos percorreram? Contaremos mais adiante. Por ora, falaremos de minha chegada ao campo.

1.1 O início do percurso: numa manhã ensolarada cheguei ao acampamento cigano: primeiras aproximações

Figura 1 – O acampamento



Acampamento de Igrejinha. Fonte: Acervo pessoal da autora, 10 de maio de 2022.

A trajetória histórica dos povos ciganos é constituída de perseguições e discriminações que ocorreram e continuam a ocorrer ainda nos dias de hoje, como já mencionamos e a sua história tem demonstrado que a “imprensa, as leis e em boa parte as artes têm contribuído para o processo de desqualificação e, por conseguinte, a exclusão de grupos ciganos espalhados pelo mundo, o que constatamos também no Brasil” (Junior, 2013, p. 110). Assim, mesmo não sendo a primeira a se interessar por pesquisar com os ciganos do acampamento de Igrejinha⁷, a

⁷ Em 2020 Gláucia Siqueira Marcondes defendeu a dissertação “Entre exuberância e mistério: subjetividades de mulheres ciganas nas interfaces entre educação e gênero” desenvolvida em sua pesquisa de mestrado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora no acampamento de Igrejinha em Juiz de Fora

chegada ao acampamento para começar a minha pesquisa estava envolvida no receio de não ter a permissão para o seu desenvolvimento.

Naquela manhã, uma sexta-feira, 22 de abril, foi o dia em que iniciei o percurso do meu convívio com a comunidade cigana de Igrejinha. O dia amanhecera claro, céu azul e sem nuvens. Temperatura amena. Tudo pronto, rumo a BR 267, bairro rural de Igrejinha onde situa-se o acampamento. No volante, meu pai conversava comigo e contava histórias de quando ele era criança e sua experiência com os ciganos na sua cidade natal: Lima Duarte. Lembrava que em determinada época do ano, os ciganos apareciam por lá.

A Lima Duarte da infância de meu pai era uma cidade pequena e hoje o cenário não mudou. Meu pai dizia que os ciganos acampavam perto do campo de futebol. As mulheres andavam pelas ruas oferecendo a leitura das mãos, junto a elas as crianças, muitas vezes de colo. Os homens ficavam na praça negociando cavalos, vendendo equipamentos para montaria. Em suas lembranças, tão de repente como chegavam, os ciganos partiam.

As recordações de meu pai me trouxeram as recordações de Macondo, a cidade por onde passaram os ciganos do romance "Cem anos de solidão" de Gabriel Garcia Márquez (2019) Quando chegavam, transformavam a atmosfera da cidade. Como um vento quente a varrer as empoeiradas ruas do vilarejo de Macondo, a chegada dos ciganos deixava rastros de encantamento e curiosidade impressos na alma dos seus habitantes.

As interações com as invenções apresentadas pelos ciganos, as notícias de outros lugares com os quais tinham tido contato em suas andanças e a atmosfera festiva dos ciganos envolvia a todos. Estas, poderiam ser a narrativa da chegada deste grupo étnico em qualquer lugar do mundo, ou do Brasil, fosse Macondo uma cidade brasileira.

Para uma compreensão mais ampla do significado da chegada dos ciganos em Macondo, podemos recorrer a Angus Fraser, antropólogo que se dedicou ao estudo da cultura cigana, e a sua obra "Os ciganos" (1992). De acordo com Fraser, os ciganos viajam através do tempo e do espaço, carregando consigo a herança de séculos de história e tradição. Essa jornada permanente, de um movimento que se perpetua através das fronteiras geográficas e temporais, ressoa na chegada dos ciganos em Macondo, onde eles se tornam agentes de transformação e renovação.

A essência da cultura, tradições, as danças, o modo de ser e viver dos ciganos marcavam o imaginário dos moradores da fictícia Macondo com uma aura de mistérios, tanto quanto ao longo dos séculos causavam a mesma impressão nas cidades fora da ficção, por onde outrora passavam com suas caravanas. Provavelmente em Lima Duarte, uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, também deveria ser assim.

Na verdade, o desconhecimento das pessoas sobre os ciganos causa diversos sentimentos. As pessoas próximas se admiraram todas as vezes em que eu dizia pesquisar com as crianças e adolescentes da comunidade cigana de Juiz de Fora, e muitos ignoravam a presença desta comunidade na cidade que, como mencionado anteriormente, fica em Igrejinha, zona rural de Juiz de Fora.

A pesquisadora Gláucia Marcondes (2020), em seus estudos sobre esta comunidade, foi acolhida pela gestora da escola municipal do bairro e essa foi a pessoa intermediadora do primeiro contato da pesquisadora com os ciganos. No entanto optei por outro caminho: seria apresentada aos ciganos por uma moradora popular no bairro, uma antiga conhecida da minha família. Além disso, me planejei para procurar uma cigana em especial, cujo motivo explicarei a seguir.

Acontece que, dias antes, por acaso, no centro da cidade de Juiz de Fora, uma senhora me abordou oferecendo panos de prato. Ela me disse que precisava das vendas para ajudar sua nora, que estava organizando o enxoval do primeiro filho. A forma de falar diferente me chamou a atenção e perguntei de onde aquela senhora vinha. “Sou de Igrejinha”, ela me respondeu. E intuitivamente, sem nenhuma razão aparente, perguntei se ela era cigana. Não me respondeu de imediato, mas, após eu esclarecer que faria uma pesquisa sobre a sua comunidade, ela confirmou que sim e se dispôs a me ajudar.

Aquele momento é o que Ana Maria Gonçalves (2006), descreve como sendo serendipidade:

aquela situação em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra, mas para a qual já tínhamos que estar, digamos, preparados. Ou seja, precisamos ter pelo menos um pouco de conhecimento sobre o que "descobrimos" para que o feliz momento de serendipidade não passe por nós sem que sequer o notemos" (Gonçalves, 2006, p.8).

Dona Ivonete, a minha interlocutora junto aos ciganos dizia que antigamente a “ciganada” era mais abundante, e que agora eles tinham se dividido: um tanto já não estava mais lá, alguns tinham ido embora, outros estavam no Cachoeiro, uma localidade dentro do bairro Igrejinha, e poucas famílias estariam no acampamento ao lado do campinho. Falava das festas, falava dos casamentos e batizados, de como as noivas eram bonitas, falava do respeito que todos tinham pelos ciganos e do tempo de convivência. Segundo Dona Ivonete, ninguém mexia com os ciganos e os ciganos não mexiam com ninguém.

Estacionamos na estradinha de terra que fica em frente ao acampamento. Esta estradinha margeia a estrada de asfalto e a poucos passos já encontram-se algumas barracas. Fomos

cumprimentando as pessoas. Um homem veio em nossa direção puxando um cavalo, e nos alertou para que não nos aproximasse pois, segundo ele, aquele cavalo era um bicho arisco. Neste instante um outro senhor veio a nosso encontro e eu me apresentei.

Eu procurava por dona Fátima e a princípio dona Rosa e dona Lena disseram ser um engano, que ali não tinha ninguém com este nome. Expliquei ser uma pesquisadora que me dedicava ao estudo da cultura cigana e entendia ser necessário e urgente a agenda dos ciganos. Minha explicação despertou o interesse de dona Rosa que me convidou para a sua barraca. Tempos depois, Rosa me confidenciou que desconfiaram que eu fosse do Conselho Tutelar. Tiveram receio, porque a filha de dona Fátima não estava frequentando a escola. Ela ficaria noiva e a família havia decidido interromper os seus estudos.

O local estava movimentado naquele dia por causa da construção de uma barraca. Os homens se ocupavam deste trabalho. Algumas mulheres penduravam roupas nas cercas. Crianças brincavam no fundo do terreno. O terreno consistia em um vasto espaço, entrecortado por cercas de um lado, e fazia fronteira com um campo de futebol. Do outro as barracas - umas próximas e outras distantes.

Não me alonguei na conversa, pois percebi que havia uma jovem trabalhando na máquina de costura e que dona Rosa deixara seus afazeres para me atender. Ela estava preparando o almoço. A TV estava ligada em um programa de notícias esportivas, embora ninguém a assistisse. Sua filha do meio brincava com uma boneca. Dona Rosa estava grávida de 2 meses e chamava a atenção da ainda caçulinha dizendo que se o bebê que esperava fosse tão levado quanto Miryane Castilho (de 3 anos), ela estaria em maus lençóis.

Fui orientada a conversar com sua irmã, Daiana, que, segundo dona Rosa, tinha 3 crianças pequenas que estudavam na escola do bairro. fui orientada a conversar, também, com Ariel, filha de Keli, e com Liryane Castilho, de 15 anos, cuja filha já não estudava, pois, com os preparativos para o casamento já havia se afastado da escola.

Infelizmente Daiana não se encontrava quando estávamos no acampamento. Fomos atendidas por sua cunhada, Keli que estava de saída para o centro da cidade. Além delas, fomos informadas que uma outra mulher cigana, Naiure, também tinha filhos, mas que naquele momento não estavam no acampamento, uma vez que viajara para uma visita aos parentes do acampamento de Belo Horizonte.

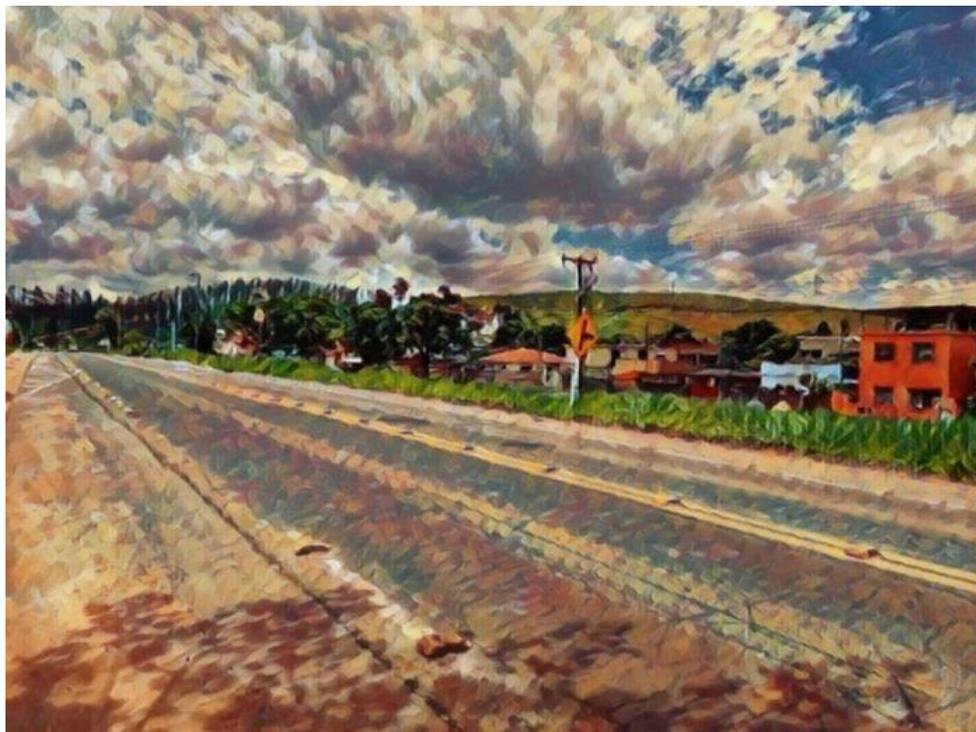
Neste momento uma senhora, dona Celita, se aproximou e novamente me apresentei. Não tive oportunidade de falar muita coisa, pois ao dizer sobre a minha pesquisa fui interrompida por um desabafo feito por ela:

— Ah, moça! Eu tenho que ir à escola pra resolver algumas coisas sabe! Estão querendo me mandar para o conselho tutelar porque minha filha não está indo na aula. Mas ela vai se casar. Eles não sabem que faz parte da nossa cultura!?

Com a aproximação de um senhor, dona Celita se despediu de mim e disse que eu seria muito bem-vinda, caso voltasse. A dúvida dela quanto à minha volta se deu porque, segundo a própria, uma outra pessoa tinha ido até lá com o intuito de fazer pesquisa e não havia retornado.

Me despedi de dona Rosa e anotei o seu número de contato telefônico para combinarmos as futuras visitas. Dona Rosa mais uma vez se mostrou receptiva, dizendo que estava acostumada com pesquisas, inclusive afirmou que se eu precisasse de fotos, eu estaria autorizada a tirar.

Figura 2 – Margens do acampamento: Rodovia Vital Brasil (BR 267)



Rodovia Federal 267. Fonte: Acervo pessoal da autora, 10 de maio de 2022.

1.2 Sem saber de onde vinham ou para onde iam, os ciganos surgiam: possível origem e sua chegada ao Brasil

Todo mês de março os ciganos chegavam à cidade de Macondo, “uma aldeia de vinte casas de pau a pique e telhados de sapé construídas na beira de um rio de águas diáfanas” (Marques, 2019, p. 10). Eles montavam suas barracas coloridas, que deslumbravam os olhos dos moradores daquele lugarejo escondido entre matas e pântanos.

Assim, a chegada dos ciganos deixava rastros de encantamento na alma dos seus habitantes, além de uma curiosidade: Como encontraram a cidade? “Guiados pelo canto dos pássaros”, era a resposta dos ciganos, pela voz de Márquez (2019).

Escolheram fazer pouso em Macondo. Levavam consigo mercadorias e uma áurea de magia e fascínio com suas máquinas de fazer gelo, lunetas e lupas do tamanho de tambores “que exibiam como sendo o último descobrimento dos judeus de Amsterdã” (Márquez, 2019, p. 12). Depois, levantavam acampamento indo embora, sem que ninguém soubesse de onde teriam vindo e nem o próximo destino.

Desta mesma forma eles surgiam na vila onde morava Menino, e pela sua voz testemunhamos o surgimento de um acampamento. Menino relata: “Como num sonho, denso e distraído os ciganos montavam suas tendas em terreno vago (...), nascia assim, de repente, como a morte, uma vila colorida que se aninhava naquele povoado antigo” (Queirós, 2004, p. 3).

A partida, assim como a chegada, era envolta em euforia: eles “sumiam breve, escondidos na poeira, da única estrada, que se levantava às suas passagens” (Queirós, 2004, p.9). Deixavam no ar o mistério. Especulava-se que poderiam ir para o Egito. Era de lá que eles teriam vindo? Para lá retornariam? Mais uma vez, ninguém sabia. Tal como os ciganos que se arranchavam em Macondo (Márquez, 2019), aqui, não havia pistas nem sobre a origem, a chegada ou a direção que tomariam os ciganos em sua próxima parada.

A origem dos ciganos, seja na literatura ou não, é um questionamento que se arrasta através dos tempos, como um murmúrio nos ventos da história. Uma origem cheia de enigmas. Talvez tenham se despontado como uma estrela cadente em uma noite de luar há muitos séculos. Depois, se espalharam ao vento e atravessaram desertos, montanhas e mares, aportando em diversos territórios, tendo o céu como abrigo, a terra como casa e as estrelas como guia.

Ou quem sabe, sua origem possa remontar a terras indianas como suspeitam alguns pesquisadores. Estariam elas entrelaçadas aos rios sagrados e as majestosas montanhas da Índia, onde suas histórias se mesclariam as lendas de deuses, deusas e dos antepassados que os teriam guiado por terras distantes e para além-mar?

Menino é quem nos traz uma possível resposta. Ele ouviu dizer que os ciganos deixaram a Índia buscando caminhos para se chegar ao sol, havia quem afirmasse que eram filhos das grandes florestas. Alguns diziam ainda que buscavam pelas minas de ouro do rei Salomão.

Se espalharam pelo mundo e para chegar ao Brasil vieram de longe, da Espanha ou das areias de Portugal, assim pensavam aqueles com quem Menino conversava em sua vila. Que acrescentavam: os ciganos “cortaram o mar guiados pelo brilho das escamas de sereias, escondidos nas noites” (Queirós, 2004, p. 1). E Menino conclui dizendo que sem saber de onde

vinham ou para onde iam, os ciganos surgiam. Interessante notar que esta fala de Menino reafirma a incerteza quanto a origem dos ciganos.

Ainda hoje não existe consenso entre os pesquisadores quanto a origem deste grupo étnico. Cardoso (2018), esclarece que dentre as várias especulações sobre o assunto, a teoria que tem uma melhor aceitação centra-se nos estudos linguísticos através do parentesco entre as línguas ciganas e o sânscrito, língua clássica da Índia antiga.

Falamos antes que o protagonista de Ciganos (Queirós, 2004), Menino, ouviu dizer sobre a origem indiana deste grupo étnico. As provas encontradas no século XVIII pelos linguistas apontam nesta direção. Segundo Moonen (2012), em 1753 apareceram, por acaso, algumas provas linguísticas que sustentam esta hipótese: em uma “universidade holandesa, um estudante húngaro descobriu semelhanças entre a língua cigana do seu país e a língua falada por colegas indianos” (Moonen, 2012, p. 11).

Os ciganos possivelmente saíram da Índia por ondas migratórias “em épocas diferentes, talvez até de áreas geográficas diversas, e por motivos dos mais variados” aproximadamente no ano 1000 da era comum, se espalhando por diversos territórios e nacionalidades (Moonen, 2012, p. 12).

Chegaram ao Brasil tendo na bagagem uma história secular. Teixeira (2008) defende que a “dispersão e o nomadismo, que tiveram início há mais de dez séculos, propiciou tantos contatos interétnicos e adaptações às condições espaço- temporais” que se exprime na riqueza da cultura deste grupo étnico. A complexidade e a história multifacetada das relações entre os povos ciganos e as comunidades nas quais eles se inseriam também existiu.

Podemos compreender então, que a história dos ciganos se assemelha a um grandioso mosaico étnico, uma tapeçaria intrincada de narrativas entrelaçadas e culturas diversas conforme análise de Teixeira (2008). Por meio de suas tramas, encontramos uma teia de grupos e subgrupos, cada qual com suas próprias línguas, tradições e costumes distintos, que apresenta semelhanças e diferenças. E é exatamente por isto que este mesmo autor faz uma importante observação, com a qual concordamos: ao nos referir aos ciganos, é importante destacar suas múltiplas identidades (Teixeira, 2008).

Não há uma única identidade cigana, mas sim uma diversidade de comunidades historicamente distintas, cada uma com suas próprias características e relações, tanto de similaridade quanto de diferença entre si.

Sobre o termo cigano⁴, utilizado desde o século XV, é um termo genérico, conforme esclarece o antropólogo Frans Moonen (2012). Teixeira (2008) acrescenta que esta definição funciona como uma identificação e distinção desta comunidade étnica em específico. Em outras

palavras, apesar de existir uma diversidade de características individuais, culturais e comportamentais entre os ciganos, esta designação continua a desempenhar o papel de uma identidade coletiva distintiva. O que permite que sejam reconhecidos como um grupo étnico único.

Nos últimos anos, tanto pesquisadores ciganos quanto não ciganos passaram a reconhecer e a categorizar os ciganos em três grupos distintos: Os Rons, os Sinti e os Calon. O antropólogo Frans Moonen (2012) assim os descreve:

Os Rom, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários subgrupos, com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara e outros. São predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século 19 migraram também para outros países europeus e para as Américas. Os Sinti, que falam a língua sintó, são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manouch. Os Calon ou Kalé, que falam a língua caló, os “ciganos ibéricos”, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul (Moonen, 2012, p.13).

Monteiro (2019) em diálogo com Barroso (2004) nos dá um panorama sobre a vinda dos ciganos ao Brasil e nos informa que a chegada dos primeiros ciganos ao país remonta ao século XVI, quando João Torres e sua família foi documentadamente os primeiros ciganos enviados ao país através do degredo, uma prática portuguesa direcionada aos criminosos e em grande medida aos ciganos

Este tipo de penalização adotada por Portugal servia a dois propósitos: retirar do reino os indesejados e povoar as colônias. Contudo, os crimes imputados aos ciganos se direcionavam ao exercício de suas práticas culturais; ou seja, pelo simples fato de serem ciganos e não por cometerem graves delitos.

De acordo com Teixeira (2008), a deportação de ciganos portugueses para o Brasil teria se iniciado no final do século XVII, por volta do ano de 1686. Documentos portugueses deste período indicam a capitania do Maranhão como destino. Esta estratégia visava, por um lado, afastar os ciganos das áreas de mineração e agrícolas, e, por outro, mantê-los longe dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro – que eram, na época, os principais portos de entrada e saída do país.

Essa era uma precaução para evitar que os ciganos regressassem à Europa e para prevenir possíveis problemas de ordem pública e segurança. Além disso, esperava-se que pudessem se estabelecer na região ocupada pelos povos originários no sertão nordestino,

isolando-os da sociedade colonial, enquanto garantiam a manutenção de sua exploração como mão de obra barata.

A chegada dos ciganos costumava provocar sentimentos como deslumbramento demonstrado, por exemplo, pelos moradores de Macondo (Márquez, 2019), que ficaram entusiasmados com as notícias das terras distantes por onde os ciganos haviam passado, ou desconfianças, como a dos vizinhos do lugarejo onde morava Menino (Queirós, 2004), em que os debates se concentravam em especulações sobre o acampamento montado no terreno baldio próximo a Igreja. Mas estes sentimentos contraditórios nas páginas dos romances literários, também ocorriam fora do espaço literário, como já afirmamos algumas vezes.

Nas lembranças de Menino, dos sons de violinos e guitarras surgiam uma melodia linda, cantada em línguas diferentes que até o silêncio se quietava para apreciar. Mas, ainda que a música envolvesse todos os habitantes do lugar, Menino enfatizava que todos da cidade dormiam com medo. Os ciganos representariam uma ameaça e por isso as portas eram fechadas, as roupas recolhidas do varal e os cavalos retirados dos pastos.

De fato, a percepção das autoridades em relação aos ciganos se assemelhava à de alguns personagens, além do romance de Queirós (2004). Desde o período colonial, os ciganos que chegavam ao Brasil eram frequentemente classificados como um perigo para os habitantes das localidades onde buscavam abrigo. Os moradores destas localidades muitas vezes os viam como trapaceiros, traiçoeiros e feiticeiros.

Associados a práticas religiosas que entravam em conflito com os dogmas da Igreja Católica, como o Juízo Final e a existência do Purgatório, eram acusados de feitiçaria, e se tornavam alvos da Inquisição, como destaca Laura de Melo e Souza (1982). Souza localiza no século XVIII uma série de expulsões e perseguições do vice-rei do território baiano aos ciganos, justamente sob esta acusação: feitiçaria (Souza, 1982).

As perseguições inquisitoriais também ganham destaque nas pesquisas de Rodrigo Corrêa Teixeira (2008). Em seus estudos, o autor constata uma série de decretos expedidos pela coroa em 1718, referentes à expulsão de ciganos de regiões do nordeste (Bahia, Pernambuco, Sergipe), e o posterior refúgio em terras mineiras, fazendo sua entrada neste território através do Rio São Francisco.

A sociedade mineira oitocentista associava os ciganos à transmissão de doenças e à imoralidade, de acordo com a medicina social da época. A presença dos ciganos estava em desacordo com os ideais de progresso e racionalidade desta sociedade. O comportamento dos ciganos, assim como o de outros marginalizados, desafiava a ordem social estabelecida,

representando uma quebra das normas médicas relacionadas à higiene e à família, sustenta Teixeira (2008) em diálogo com Jurandir Freire Costa (1989).

Neste cenário, caracterizado por grandes desigualdades, surgem as Posturas Municipais ou Códigos de Posturas, instrumentos que disciplinavam a ocupação urbana e impunham a ordem desejada pelas autoridades. Mas, os ciganos desafiavam essa lógica civilizatória, representando a informalidade, a diferença cultural e a resistência à imposição de regras rígidas.

Conforme exposto por Teixeira (2008), “os ciganos tinham territórios delimitados por fronteiras subjetivas, existenciais, que a sociedade mineira procurava padronizar, seriar, enfim desterritorializar” (Teixeira, 2008, p. 37). E mesmo que acampassem fora dos limites urbanos, eram vistos como uma ameaça à saúde pública e à ordem social.

A presença dos ciganos em Minas Gerais remonta ao período colonial, sendo marcada por uma série de ocorrências e perseguições policiais. Essas ações refletiam a preocupação das elites da época com a manutenção da ordem urbana e civilizada, conforme idealizada por elas e já mencionado anteriormente.

A evidência histórica da presença deste grupo étnico em Minas Gerais consta em obras como a de Dornas Filho (1949), que destacam a presença dos ciganos em Minas já a partir de 1718, quando uma trupe de artistas ciganos foram registrados na região do ouro, documentos policiais e em Posturas Municipais (ou Códigos Municipais) como o Código de Postura de 1860, em seu artigo 161, referente a Juiz de Fora, que constata a proibição do comércio entre a população e os ciganos:

É proibido comprar ou trocar escravos, animais etc., com ciganos e pessoas desconhecidas, e suspeitas. Ciganos e suspeitos se denominam os que são por tais havidos; e não são moradores e estabelecidos no Município, e nem tem pessoa capaz que os conheça e abone. Os contraventores pagarão a multa de 10\$ a 30\$, e o duplo nas reincidências. Na mesma pena incorrerão, bem como suspeitas, e além de ser-lhes sequestrada toda a sua mobília e negócio, e não ser-lhes entregue enquanto não prestarem fiança (Código de Postura de 1860 apud Borges, 2007, p.42).

Para além do Código de Postura, a legislação da época também mencionava explicitamente os ciganos - como é o caso da lei de 20 de março de 1720, que proibia a entrada de estrangeiros na região e especificamente os ciganos (Coutinho, 2018). O aumento desta população na Capitania de Minas Gerais intensificava as ações repressivas. O governador Gomes Freire de Andrade, por exemplo, implementou campanhas contra os ciganos em áreas como Vila Rica e na Serra da Mantiqueira com intuito de controlar os movimentos e as atividades destes grupos.

Aos olhos da sociedade mineira da época, este grupo étnico era visto como elementos disruptivos da ordem, por isso tornavam-se alvo de preconceitos e estavam sujeitos a políticas públicas excludentes. A reflexão sobre este cenário histórico nos permite compreender as dinâmicas de marginalização e controle social enfrentadas pelos ciganos em Minas Gerais durante o período colonial no nosso país.

Apesar das investidas na tentativa de minar e cercear a vida comercial, social e cultural dos ciganos, a vida urbana era marcada por uma dinâmica complexa, com fluxos financeiros, interações sociais e conflitos de poder. Diante disso, os acampamentos ciganos se configuravam como espaços de resistência à homogeneização cultural e à imposição de regras rígidas, representando uma lógica familiar e moral distinta daquela preconizada pela sociedade majoritária.

No final do século XIX o ideal de cientificidade afirmou-se no país. Teixeira (2008) acrescenta que, naquele período, tornou-se imperativo que os intelectuais abraçassem o desafio de mudar (ou de definir) a configuração racial do Brasil, através de uma avaliação segura da “realidade” e pela definição de estratégias – que, em alguns casos, envolviam a sugestão de soluções como a eugenia ou extermínio de populações consideradas indesejadas, principalmente, indígenas.

O surgimento da “raça brasileira” foi visto como fator central na construção do nacionalismo. Intelectuais brasileiros e europeus concordavam que o Brasil representava uma “mistura de raças” única. E enquanto alguns estrangeiros viam a miscigenação como um obstáculo à construção de uma raça “pura” considerando impossível formar uma identidade racial a partir dela, muitos intelectuais brasileiros buscavam contornar essa visão pessimista e afirmavam a singularidade da mistura racial brasileira.

No entanto, os intelectuais não incluíam os ciganos nestas reflexões e “no final do século XIX, os ciganos estavam fora do espetáculo brasileiro das raças” (Teixeira, 2008, p.48). Vistos como estrangeiros, não participavam da discussão da construção da identidade nacional. Muito pelo contrário, neste período de transição da Monarquia para a República, da abolição do escravismo e a consequente transição para o trabalho livre, da crescente urbanização e construção de fábricas, como argumenta Borges (2005), se intensificou a perseguição aos ciganos.

Esta perseguição, alinhada ao discurso da construção nacional cada vez mais “racializada”, buscava homogeneizar a população e excluir grupos considerados inferiores. Soma-se a isto o crescente papel da medicina social e o projeto higienista no final do século XIX.

A percepção e o tratamento dos ciganos no contexto do movimento higienista os associava a estereótipos negativos descrevendo-os como riscos à saúde da população. Essa caracterização era reflexo da visão preconceituosa que os considerava preguiçosos, desorganizados quanto a higiene e como ladrões em potencial, o que reforçava ainda mais a marginalização desse grupo.

O movimento higienista, que buscava implementar políticas sanitárias e reorganizar as cidades de maneira racionalista, via nos ciganos um grande obstáculo a esses objetivos, principalmente no Rio de Janeiro, considerado o modelo da nova cidade organizada.

Essa visão resultou em maiores problemas para os ciganos com a polícia, levando a frequentes fugas para cidades vizinhas ou para o interior. O território da Zona da Mata mineira foi um destes locais de destino de alguns grupos ciganos.

A partir daqui, discutiremos os aspectos relacionados ao universo dos grupos ciganos que chegaram a Minas Gerais, com foco nas crianças calons do acampamento de Igrejinha, que são os sujeitos desta pesquisa. Para isso, na próxima seção, abordaremos a presença dos ciganos em Juiz de Fora

1.3 Os ciganos são como borboletas que voam por todos os lugares! Assim chegam aqui os ciganos em Juiz de Fora

Figura 3 — Brincadeira de escolinha



Ariel, Natali, Luan, Miguel e Lucas brincando de escolinha. Fonte: Acervo pessoal da autora, 25 de novembro de 2023.

A brincadeira era de escolinha. Ariel, sentada a cabeceira da mesa, logo tomou o lugar de professora e verificou se os primos estavam fazendo as atividades como ela havia determinado. Em seguida, chamou a atenção para a data que deveria ser colocada no alto da folha: 25 de novembro de 2023. Esta é a história da imagem que escolhi para iniciar este

capítulo, uma escolha com um significado especial: foi a partir dela que fui inserida na brincadeira das crianças. Para nós, que pesquisamos não apenas *sobre* as crianças, mas *com* as crianças, isso é extremamente significativo.

O grupo de pesquisas do qual faço parte, o Kékeré, liderado pela professora Stela Caputo, ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Faculdade de Educação, compreende as crianças e jovens (adolescentes) sendo sujeitos de si e do mundo, como dizem os pesquisadores dos estudos da infância Corsaro (2011) e Sarmiento (2004), com os quais dialogamos. As nossas audiovisualidades tem como objetivo a criação de uma herança imagética que celebre também as crianças de outras minorias.

Comprendemos que precisamos “desacostumar os lugares acostumados com as imagens dominantes que celebram a branquitude”⁸. Por tudo isto, o registro das crianças brincando de escolinha e eu ter sido integrada na brincadeira foi um momento especial.

Na ocasião, Luan Carlos Veríssimo, de 8 anos, sentado ao lado de sua irmã Natali Martins Veríssimo, de 10 anos, apontou para mim e disse:

— Ô tia! Olha a Alynne mexendo no celular. Agora pode trazer celular para a escola?

— Ariel, de 9 anos me olhou com ares de reprovação. Guardei o celular e me sentei no lugar vazio entre o Luan e o Miguel Venâncio, de 5 anos de idade.

A tarefa era fazer um desenho. E enquanto desenhávamos, eu quis saber da professora e dos meus colegas um pouco sobre a história do acampamento. Perguntei a eles como haviam chegado em Juiz de Fora. Eles olharam para a Ariel, esperando que ela, sendo a professora, pudesse explicar.

Após um minuto de silêncio, Lucas Carlos Veríssimo, de 8 anos, disse:

— Ora, somos borboletas, como borboletas voamos por todos os lugares buscando flores bonitas e cheirosas para brincar. Foi assim que chegamos aqui.

— Não, seu bobo. Minha mãe me contou que os ciganos desde muito tempo viajavam por muitos lugares. Um dia o vovô queria fazer berganha⁵ com os cavalos dele e ficou sabendo de um homem que comprava de cigano. Ele veio pra cá, fez negócio e foi gostando daqui. Depois trouxe a vó e a tia Rosa.

E como era naquela época? Vocês sabem? Perguntei.

— A dona Raimunda, da barraca lá de perto da tia Rosa fala que não tinha celular, internet e que precisava buscar lenha longe. Nem tinha carro, era carroça. Montavam acampamento quando chegavam. Faziam as barracas, e iam para a cidade ler mãos, comprar e

⁸ Fala da professora Stela Guedes Caputo na disciplina: Estudos da Infância e da Juventude I, UERJ, em 15 de maio de 2022.

vender as coisas. De noite, voltavam e faziam fogueiras, ficavam conversando, e tinha muitas árvores pra toda gente balançar e todo mundo brincar.

Neste momento fui envolvida pelas lembranças de Menino (Queirós, 2004). Fechei os olhos e imaginei como seria estar ao redor de uma fogueira ouvindo as histórias que os ciganos contavam, assim como ele imaginava o cotidiano dos ciganos arranchados em sua cidade. Me senti como este personagem, espiando o acampamento de longe, como ele fazia, olhando pelas frestas o movimento dos ciganos agitando a cidade.

Liryane Castilho, a primogênita de Rosa, que nesta data tinha 16 anos de idade, observava a brincadeira. Conversava com sua tia Daiana. Liryane havia se casado em julho, e só muito recentemente havia voltado ao acampamento. Estava ali para visitar seus pais. Ela interferiu na aula/brincadeira e acrescentou:

— Isto foi há muito tempo, o vô e a vó não ficaram muito em Juiz de Fora, foram para Belo Horizonte e depois para Conselheiro Lafaiete. Quando um tio do meu pai veio fazer negócios em Juiz de Fora, foi que viemos para cá e já são quase 20 anos que a gente e a família de Dona Raimunda chegamos aqui em Igrejinha. Acho que meu bisavô e o pai dele também conheciam Juiz de Fora. Devia conhecer porque eles eram ciganos que viajavam por todo lugar. É um tempo que vem de longe.

De acordo com o cálculo de Liryane, considerando as gerações: avô, avó, bisavô, bisavó, tataravô e tataravó, e a idade do seu avô, que tem aproximadamente 60 anos, chegaríamos ao início do século XX. Se retrocedêssemos ainda mais em sua ancestralidade, alcançaríamos o período de transição entre a Monarquia e a República. Assim, supomos, mas não podemos afirmar com certeza que a família de Liryane circulasse por Minas Gerais desde o período colonial. Dizemos isso porque se trata de uma história familiar transmitida pela oralidade, de pai para filho, de geração para geração.

A mãe de Liryane, Rosa, relata ter conhecido sua bisavó, e que desde criança ouvia muitas histórias dela:

— Minha bisa contava que certa vez minha tataravó e meu tataravô estavam acampados e não era em barraca. Acederam uma fogueira e de noite, deitaram-se abraçados perto do fogo. De manhã, viram um tronco que não estava queimado. Mas não era tronco, era uma cobra. Ainda bem que ninguém foi picado. Se fosse, eles conheciam os segredos para curar. Aprenderam com os antigos, com os índios e até com escravos das fazendas onde arranchavam.

Rosa parou um instante a sua narrativa, como se buscasse as palavras em sua memória e depois de alguns segundos continuou:

— Naquela época tinha uns ciganos tacheiros, aqueles que usam lenço na cabeça. Minha tataravó fazia questão de comprar os tachos deles. Minha bisavó tinha que deixar tudo tinindo de limpo. Os ciganos andavam por aí. A polícia batia, tinha perigo de onça, e até de índio, era o que a gente de criança ouvia o povo contar. Hoje não é muito diferente, muitas pessoas olham para gente com desconfiança e a polícia nem sempre é cordial.

Tanto o relato de Liryane como o de Rosa me fazem supor que o período por elas descrito seria o final do século XIX. E como já falamos nas páginas anteriores, a presença dos ciganos no país tem seu começo na época colonial. Neste período o degredo de indivíduos e famílias ciganas pela Coroa Portuguesa era uma prática costumeira. Em território brasileiro, foram enviados principalmente para o Nordeste, com muitos migrando para o território mineiro posteriormente.

Durante o período colonial e durante parte do Brasil Império, os ciganos chegaram a ter oportunidades inimagináveis em qualquer outra parte do mundo, principalmente na Europa. Encontraram certa aceitação na sociedade brasileira e algum prestígio. Borges (2005), destaca a participação em atividades artísticas e festivas ligadas à Corte; a saber: celebrações matrimoniais importantes, como o enlace da filha mais velha de D. João VI com um infante da Espanha (1810); o casamento de D. Pedro I com a Princesa Leopoldina (1813); e, ainda, das comemorações da elevação do Brasil a Reino Unido (1815).

Além das atividades artísticas, os ciganos se ocupavam predominantemente de atividades comerciais. Teixeira (2008), destaca o comércio de animais e o trabalho de saltimbanco e circense, juntamente com o comércio de animais e de africanos escravizados. No Rio de Janeiro, mais precisamente o Campo de Sant’Ana e nas ruas dos Ciganos e Valongo, testemunhou-se o apogeu da comunidade cigana nos primeiros anos do século XIX.

Com o avanço do século, essa comunidade começou a perder importância. O declínio do comércio de escravos devido a proibição do tráfico negreiro em 1850 e a abolição da escravidão em 1888 contribuíram para isto.

O final do século XIX e início do século XX foi um período de mudanças: fim da escravidão, urbanização, industrialização e a Proclamação da República. Suspeita-se que foram por estes motivos que grupos de ciganos deixaram o Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais, o que explica o aumento significativo de sua presença nessa região durante aquele período. Outro fator também apontado por Teixeira (2008) foi a crise na lavoura canavieira na região nordeste.

Neste contexto teve início uma forte repressão policial: “as correrias ciganas” (Teixeira, 2008). Estas ações resultavam em violentos confrontos, que tinham como objetivo a expulsão

dos ciganos do território mineiro. Estas perseguições nem sempre estavam baseadas em motivos aparentes. Por vezes tinham como fundamento as políticas higienistas que os consideravam um incômodo às normas sanitárias ou apenas por serem pessoas pertencentes a esta minoria étnica.

No cenário juizforano, a elevação da cidade a município na metade do século XIX, especificamente no ano de 1850, coincide com as transformações econômicas, sociais e políticas que refletiam a visão modernizadora de Dom Pedro II. Impulsionada pela lavoura cafeeira, Juiz de Fora ganha visibilidade na Zona da Mata mineira. A elite cafeicultora da região passa a investir na industrialização da cidade levando-a a se destacar como um centro urbano-industrial, o que atraiu, além dos investimentos, diversos grupos sociais, entre eles os ciganos.

Assim, o café proporcionou o desenvolvimento de Juiz de Fora, e, através desta cultura agrícola, a economia local se diversificou. Desta forma, impulsionou-se o comércio, a instalação de agências bancárias e investimentos em fábricas. A prosperidade da região foi estimulada pelo capital dos fazendeiros e pelo excedente gerado pela produção cafeeira.

Em 1875, com a chegada dos trilhos através da inauguração da Estação Ferroviária, foi possível unir Juiz de Fora à Corte, o Rio de Janeiro. Este evento marcou o início de um projeto ambicioso da elite local: aproximar a cidade do ideal europeu e fomentar o crescimento de seus investimentos. Esse período de transformações também foi palco de conflitos sociais e culturais, envolvendo escravos, imigrantes, libertos, operários, elites e “vadios”, incluindo grupos ciganos, muitas vezes designados como turcos ou boêmios (Venturini, 2020).

Será neste cenário de desenvolvimento da cidade que ganha vulto os investimentos nos serviços públicos, bem como obras de infraestrutura. A saber: serviços de telefonia, telégrafo, ferrovias, bancos, a construção da Usina de Marmelos etc. Todo este progresso trouxe um significativo crescimento populacional para a cidade. Sobre isto, Tasca (2002), afirma que em 1831 havia o registro de 1419 habitantes, já em 1855 o censo apontou uma população de 27.722 habitantes e em 1872, como resultado da expansão da economia cafeeira, os registros populacionais de Juiz de Fora contavam com um contingente de 38.000 habitantes.

Como se percebe, esta era uma cidade cosmopolita. A partir da metade do século XIX, com um vigoroso crescimento econômico e a possibilidade de fazer comércios lucrativos, Juiz de Fora atraía também os ciganos. No entanto, para este último grupo étnico a recepção não era das melhores.

Sua presença em Juiz de Fora nos séculos XVIII e XIX se verifica através dos jornais da época e trazem informações não muito lisonjeiras sobre este grupo, sempre com teor de denúncias que imputavam a eles roubos, arruaças, desrespeito à ordem pública, entre outros, assim como o desagrado da população local com a sua presença. Tudo isso resultava, na maioria

das vezes, em impedimentos de permanecerem na cidade. Chama-nos atenção as notícias que, por um lado, exaltavam as ações policiais e, por outro, alardeava a presença dos ciganos, depreciando-os e, por vezes, pressionando as autoridades competentes para que procedessem a expulsão das caravanas.

O desagrado das elites com a presença dos ciganos nas cidades era expresso na pauta da imprensa. Em Juiz de Fora, os periódicos reforçavam estereótipos e alimentavam a desconfiança da população. O título de uma reportagem de 8 de julho de 1887, publicada no jornal *O Pharol*, é um exemplo. Nesta edição o jornal destacava a reportagem sobre a chegada dos ciganos à cidade, com a manchete: “Imigrantes prejudiciais”. Estas reportagens eram muitas vezes tendenciosas, como a transcrita abaixo:

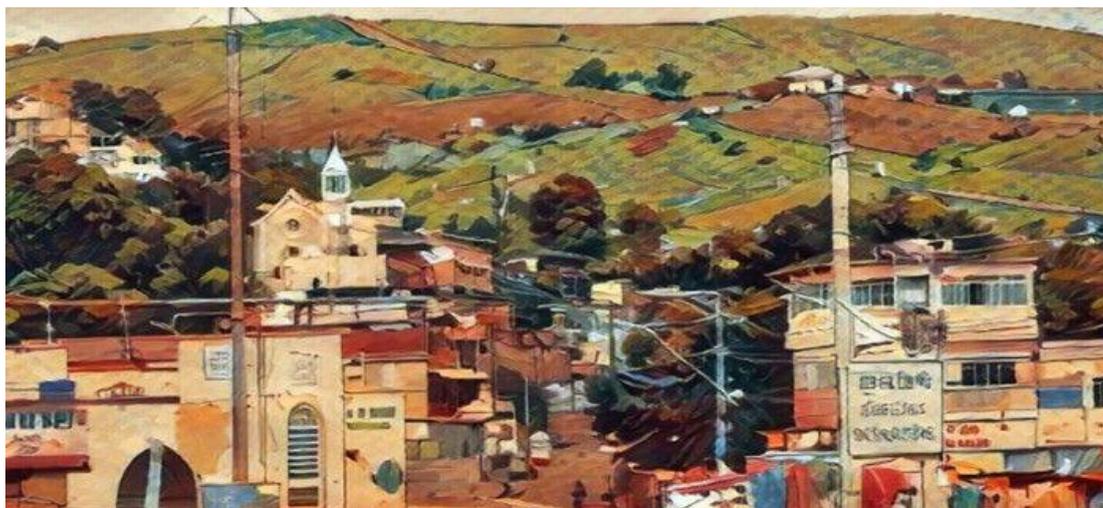
O sr. Ministro a agricultura tendo notícia de que em um dos vapores esperados do Rio vem com passagens para o Brasil, centenas de turcos ou boêmios sem profissão, telegrafou para os postos intermediários, a fim de que não lhes fossem permitido o embarque. No Rio foram dadas as mesmas ordens. Ao mesmo tempo s. ex. mandou saber das legações e consulados do Brasil na Europa, se tais indivíduos haviam sido contratados por agentes oficiais de imigração, a fim de, no caso afirmativo, responsabilizá-los e orá-los a restituir qualquer auxílio que hajam recebido para passagem (*O Pharol*, 1887).

Em outra edição do mesmo jornal, publicado em 7 de fevereiro de 1885, o periódico alertava a população para uma “epidemia” de ciganos na cidade: “Estamos com uma nova epidemia de turcos na- terra, que andam vagabundos ahi a impingir bugigangas. Pedimos para ora a proteção da polícia; ora com semelhantes” (*O Pharol*, 1885).

Brandão et al. (2021) esclarecem que, à medida que o processo de urbanização se ampliou durante o século XIX, acompanhado pelo discurso da civilização e do progresso, os ciganos foram cada vez mais segregados do espaço urbano. O desejo das autoridades era mantê-los o mais longe possível, na periferia ou fora do perímetro urbano.

Ainda hoje, será neste lugar, fora do perímetro urbano, que muitas vezes vamos encontrar as comunidades ciganas, como a comunidade que vive em Juiz de Fora.

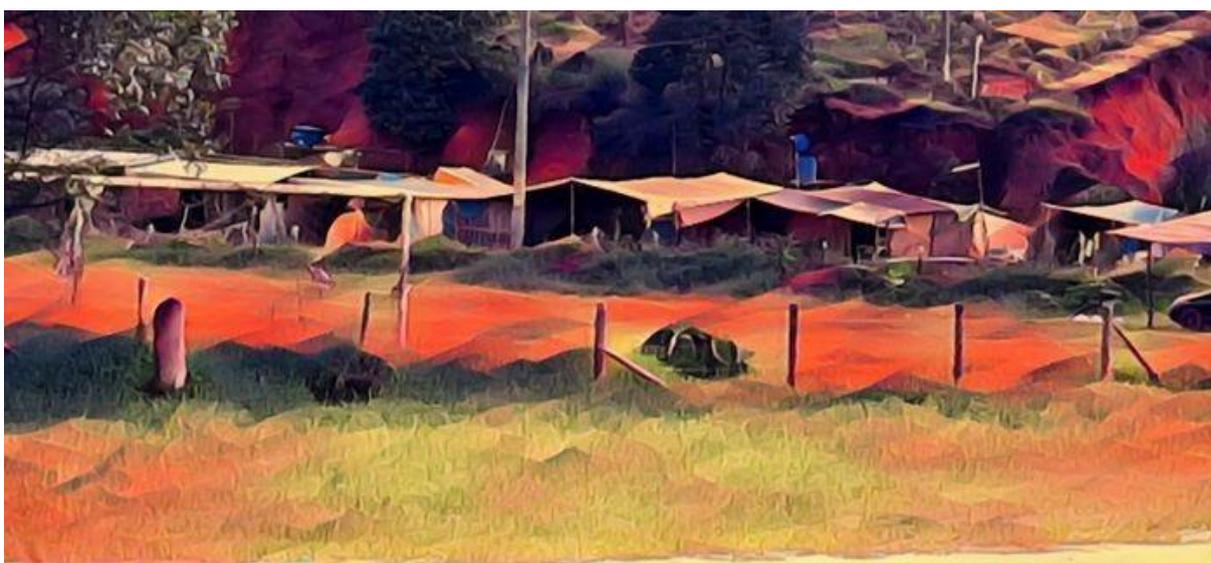
Figura 4 – Bairro Igrejinha/ Juiz de Fora (Minas Gerais)



Retrato do bairro. Fonte: Acervo pessoal da autora, 10 de fevereiro de 2023.

1.3.1 Em Igrejinha – história de lutas – a história da comunidade cigana em Juiz de Fora

Figura 5 – Acampamento de Igrejinha



Retrato do acampamento cigano de Igrejinha. Fonte: Acervo pessoal da autora, 10 de fevereiro de 2023.

Às margens da rodovia federal BR 267 em Igrejinha, bairro localizado na zona rural da cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, no caminho que liga a Zona da Mata mineira ao sul de Minas, o colorido das barracas de um acampamento cigano se impõe. As crianças brincam próximo de suas barracas, e vez por outra é possível ver algum cigano cuidando de cavalos ou alguma cigana á beira da estrada, esperando o trânsito dar passagem para que atravesse em direção ao bairro.

De acordo com a Defensoria Pública de Minas Gerais (s.d.)⁹, no Brasil cerca de oitocentos mil a um milhão de pessoas se identificam como ciganos. Na região sudeste, o Estado de Minas Gerais é o que abriga o maior número de acampamentos: são cerca de 175, localizados em 127 cidades mineiras.

As crianças do acampamento de Igrejinha possuem a sua versão para a vinda dos ciganos à Juiz de Fora. E vamos retomar suas explicações: De acordo com Lucas, os ciganos conheceram Juiz de Fora porque sendo “borboletas e gostarem de brincar, vieram voando até chegar aqui”. Porém, Ariel nos esclareceu que seus avós barganhavam. Segundo ele, foi por isto que chegaram na região, para fazer negócios. Liryane, intervindo na aula/brincadeira, contou que seus avós já conheciam a cidade, mas não permaneceram aqui. Segundo ela, os avós foram para Belo Horizonte e depois para Conselheiro Lafaiete. Foi somente quando seu tio veio para cá, que seus pais, junto com a família de dona Raimunda, também vieram. E assim, em seguida, seus outros tios e outros parentes também.

Durante a brincadeira de escolinha e as explicações da vinda dos ciganos para Juiz de Fora, Natali quis me mostrar seus cadernos. Muito satisfeita com o que havia feito, ia passando folha por folha. A certa altura, perguntei para as crianças se elas sabiam em que Estado estava localizado a cidade de Juiz de Fora. Ariel, disfarçadamente, pediu a resposta para sua mãe e triunfante respondeu: Minas Gerais.

Figura 6 – Mapa

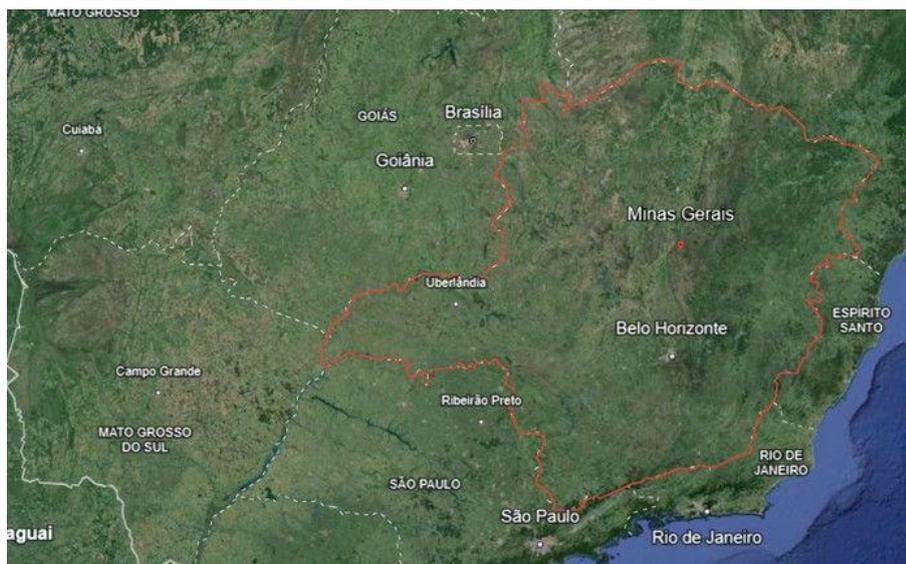


Mapa do Planeta Terra. Fonte: Google Earth, 25 de novembro de 2023.

⁹ <https://defensoria.mg.def.br/>

Os outros reclamaram bastante, argumentando que a resposta não foi válida, pois Ariel recebeu ajuda. No entanto, esqueceram-se da desavença quando mostrei o mapa no meu celular. A semelhança do mapa de Minas com a silhueta de um rosto, especialmente o destaque para o nariz pontudo, provocou risadas e atraiu a atenção das crianças, que começaram a medir os seus próprios narizes.

Figura 7 – Mapa de Minas Gerais



Mapa do Estado de Minas Gerais, Brasil. Fonte: Google Earth, 25 de novembro de 2023.

Ariel e Lucas se interessaram por identificar no mapa onde ficaria Belo Horizonte, Barbacena e Conselheiro Lafaiete. Antes que eu perguntasse o porquê, me disseram gostar de viajar para estes lugares. Lá, segundo eles, tem muito mais crianças e os acampamentos são maiores. Aqui também tinha mais criança, só que elas foram para o Cachoeiro. O acampamento daqui diminuiu, completou Luan.

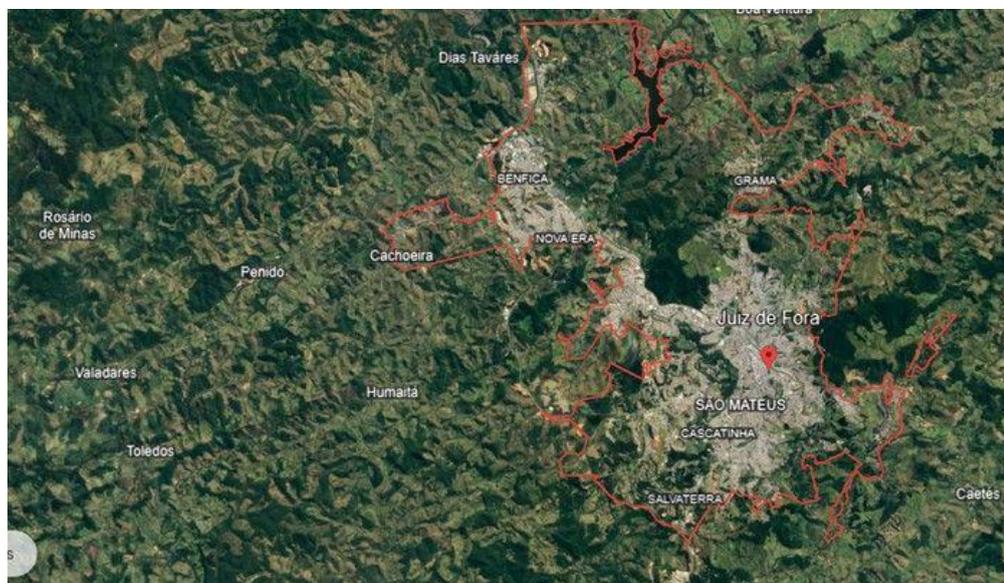
E por que o acampamento daqui diminuiu? Perguntei.

As crianças não souberam responder e chamaram Liryane. Disseram não se lembrar. Que eram muito pequenininhas quando o acampamento se dividiu. Liryane foi quem explicou o que havia acontecido.

De acordo com ela, antes de arrancharem ao lado do campinho de futebol, o acampamento estava próximo ao posto de gasolina. Porém, o espaço pertencia ao Departamento de Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, que não deixou que ficassem lá. Algumas famílias com mais recursos se uniram e compraram o terreno em que estão hoje, outras foram transferidas para a área da prefeitura do lado do campo de futebol.

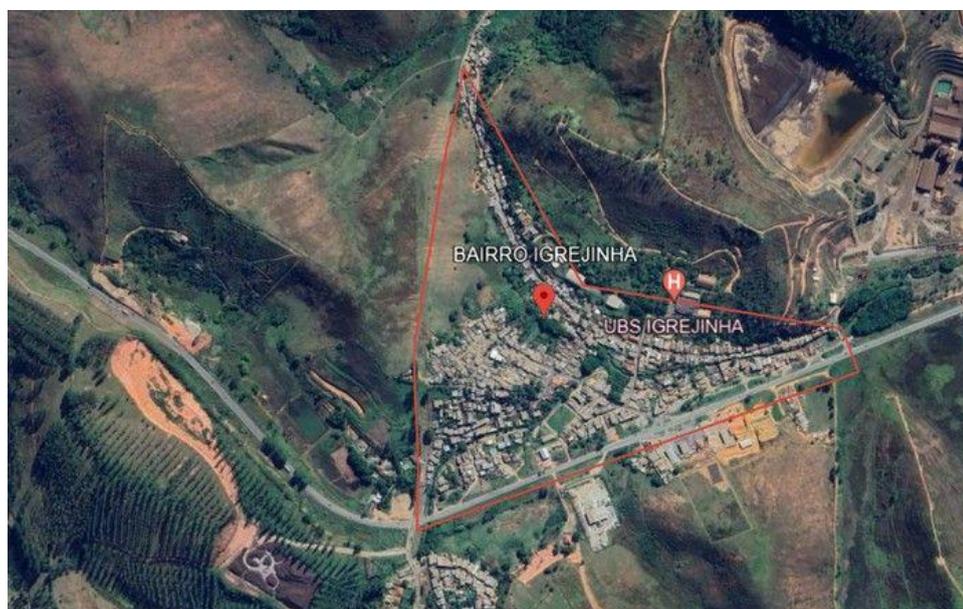
Não consegui mostrar no mapa do Google as cidades que eles desejavam, mas ficaram satisfeitos em ver um mapa onde identificavam Juiz de Fora e o bairro Igrejinha.

Figura 8 – Mapa da Cidade de Juiz de Fora



Mapa da cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, Brasil. Fonte: Google Earth, 25 de novembro de 2023.

Figura 9 – Mapa: Região rural de Juiz de Fora



Mapa em alto relevo da região rural de Juiz de Fora. Fonte: Google Earth, 25 de novembro de 2023.

A comunidade cigana de Igrejinha, está presente na cidade já há 17 anos. É reconhecida tanto nas relações internas quanto nas relações externas como “Grupo Cigano”, e sua etnicidade é a Calon. Segundo informações que constam nos documentos do Centro de Referência em Direitos Humanos, antes que este grupo acampasse às margens da rodovia BR 267, passou certo

período em Pedro Teixeira/ MG (no bairro serrote), em Lima Duarte/MG (no bairro Manejo), e, posteriormente, vieram para Juiz de Fora.

A partir do Decreto Estadual 47.289, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta o procedimento formal de autoafirmação identitária, mapeamento, identificação discriminação, delimitação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais; e a Lei Estadual 21 .147, de 14 de janeiro de 2014 (Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais) o Centro de Referência em Direitos Humanos de Juiz de Fora e Território Mata/MG requisitou a emissão da Certidão de Autodefinição de povos e comunidades tradicionais para a Comunidade Cigana localizada as margens da BR 267, KM 122, no Bairro Igrejinha em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Para as crianças, se não fosse estar longe dos meninos e meninas do Cachoeiro, o acampamento seria uma maravilha. Estarem ao lado do campinho de futebol é o motivo para gostarem tanto deste lugar. Luan diz orgulhoso:

— Que outro cigano tem um campo de futebol no quintal de casa? A gente brinca de bola, de pique, de correr, de soltar pipa, de um monte de coisas. Isto é muito bom. Tem lugar para criar cavalo e galinha também, fica atrás da nossa barraca. Eu tenho 2 pintinhos e vou poder barganhar assim que eles crescerem, para juntar dinheiro. Eu vou vender lá em Lafaiete, mas pode ser também em Barbacena, se meu pai deixar.

Quis saber para qual finalidade ele queria juntar dinheiro. E sua resposta foi muito simples:

— Ora, todo mundo precisa de dinheiro, não é? Como eu vou comprar minha bicicleta e como eu vou montar minha barraca pra poder casar?

Restou uma pergunta:

— E por que pretendia fazer negócios em Lafaiete ou Barbacena?

Um pouco impaciente ele respondeu:

— Então, tem casamento e, se a gente for antes, posso aproveitar. Mas, se não tiver, quando o meu pai viajar para barganhar, se minha mãe deixar eu ir também, posso vender meu galinho, ele já vai estar um galinho. Eu podia ir também com a tia Rosa, mas aí minha mãe não vai deixar de jeito nenhum, às vezes ela demora a voltar, e tem aula, não é?

— Isto se a mãe não colocar ele antes na panela, resmungou Natali, com ares de provocação. Ariel entrou na provocação e disse que seria uma delícia um galinho assado.

— Poderia ter até uma festa, e eu ia fazer um penteado bem bonito, e colocar um vestido lindo e seria a ciganinha mais linda. Para o almoço ia ser o seu galinho, Luan, e a sobremesa a Alynne podia trazer.

Na verdade, todos estavam brincando, mas Luan ficou um pouco zangado. Uma zanga que durou pouco tempo. Logo já estava rindo e brincando novamente.

Perguntei sobre o casamento. Ariel buscou seu vestido e Natali pegou o celular para me mostrar. Natali seria a dama de honra. As crianças disseram que gostavam de viajar para as festas, mas Ariel observou que não gostava de música alta, coisa que tinha em toda festa:

— Ah, é bom ir para as festas, mas eu não sei por que eles gostam de música tão alta. Teve um mês que foram três casamentos! Três! Dois em Lafaiete e teve também em Belo Horizonte. Foi muito bom estar com os parentes de lá.

Melhor do que viajar para as festas e viajar para barganhar, acrescentou Luan, sempre pensando nos negócios que faria fosse com seus carrinhos ou seus galos.

Aquele momento me fez recordar novamente de Menino, do romance de Queirós (2004). Para o personagem, os meninos ciganos brincavam sem receio de febre ou sereno, não tinham medos, nem dúvidas sobre sua origem ou sobre o seu futuro. Apenas *eram*. Eram meninos e meninas ciganas e seus sonhos, assim como Luan pensando em suas vendas, Natali provocando o seu irmão, e todos se divertindo.

Anteriormente, mencionamos que os ciganos montaram acampamento no bairro Igrejinha há aproximadamente 20 anos, o que pode dar a impressão de que estão fixos nesse local (como em um modelo sedentário). No entanto, esse "tempo de parada" não possui esse significado. Segundo a pesquisadora Edilma Monteiro (2019), "tempo de parada" é um termo usado para se referir a um período que não indica estagnação, mas faz parte da dinâmica de vida dos ciganos. Ao "parar" em um local, eles constroem relações com a sociedade ao seu redor; no entanto, isso não significa que estejam permanentemente fixados nesse contexto.

Embora tenhamos mencionado o tempo em que esta comunidade reside em Igrejinha, podemos dizer que não existe uma dicotomia entre nomadismo e sedentarismo. Classificá-los como nômades é uma visão romântica e estereotipada. Por sua vez determinar o sedentarismo seria desconhecer a realidade deste grupo. Contrariando esta percepção, o que vemos hoje são as redes de sociabilidade que ultrapassam as fronteiras geográficas. Elas redefinem suas relações com o espaço e moldam a identidade Calon no contexto brasileiro.

A pesquisadora Edilma Nascimento (2019) reflete sobre as redes do sertão da Paraíba. Segundo ela, trata-se de "redes que atravessam e vinculam pessoas, práticas, valores, noções de pessoa e conhecimento" (Nascimento, 2019, p. 63). Assim como nas pesquisas desta

antropóloga, os Calons de Igrejinha se organizam socialmente nas relações de contingências de suas relações familiares e de negócios que efetivam rotas e fluxos em movimentos de trânsito entre também na constituição de redes, estabelecidas no caso mineiro com os ciganos de Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.

As rotas de socialidade tornaram-se os novos fios condutores que ligam não apenas acampamentos, mas também corações e histórias. Hoje, estabelecem suas próprias cartografias afetivas, e vão além das estradas físicas, costuram laços que se estendem entre cidades onde residem amigos e parentes. Os ciganos de Igrejinha, por exemplo, traçam suas rotas com destinos específicos, como Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.

Essas rotas não são exclusivas para os negócios, elas abraçam celebrações essenciais da vida cotidiana, como casamentos, batizados e funerais. Ariel, Luan, Lucas e Liryane nos ensinam sobre isto quando contam a história de como os ciganos chegaram a Juiz de Fora recordando que os avós conheceram a cidade e mais tarde seus pais e familiares retornaram e montaram o acampamento ou quando falam das viagens para as festas, por exemplo.

2 TIRA UMA FOTINHO MINHA, TIRA? OBSERVAR, OUVIR, NARRAR E VIVENCIAR – PERCURSOS DA PESQUISA.

Figura 10 – Pose para a foto



Retrato de Miryane. Fonte: Acervo pessoal da autora, 10 de maio de 2022.

— Tia Aliba! Tia Aliba, olha o meu vestidinho! Vou bem bonita no casamento.

Rindo da forma como Miryane falava meu nome, Liryane corrigia a fala de sua irmã dizendo:

— É tia Alynne, Miryane.

Miryane balançou os ombros, mostrando não se importar. Pulou do colo de sua mãe, que também achava graça da confusão do nome, e começou a fazer pose.

— Sorrindo me perguntou:

— Vai tirar fotinho minha?

E emendou a pergunta em um pedido:

— Tira uma fotinho minha? Tira?

Ainda achando graça da cena Rosa buscou uma escova de cabelos e disse:

— Então vem aqui arrumar os cabelos para ficar linda na foto. E completou:

— Esta menina é tão vaidosa! O casamento é no outro fim de semana e já escolheu o vestido! Não tem Cristo que a faça tirar! E olha como adora fazer uma pose!

Para não contrariar o que a mãe havia acabado de dizer, no momento deste clique Miryane ajustava seu vestido para fazer a melhor pose, muito atenta a tudo que acontecia a sua volta. Miryane, de três anos, é a filha do meio de Rosa e Eduardo, que no momento de nosso encontro, esperavam a chegada de sua terceira filha, Layane. Liryane, carinhosamente chamada de Lelê, é a primogênita, de 15 anos.

Estávamos na cozinha. Rosa sentada na cadeira à minha frente e Liryane à beira do fogão, conferindo o cozimento do arroz. A conversa ia animada, Rosa me contava sobre a expectativa do casamento de Liryane e me dizia que faltava um tempo. O casamento seria no segundo semestre de 2023, em outra cidade: Conselheiro Lafaiete. Ela me disse que eu estava convidada desde já e que, inclusive, fazia questão de me hospedar. Explicava que seria um momento para eu conhecer mais a cultura dos ciganos e festejar com eles o casamento de sua filha.

Eu já estava muito feliz com o convite para passar o domingo no acampamento. Era uma tarde fria, o dia nublado e havia chovido um pouco naquela manhã de 6 de agosto de 2022. O convite para o casamento e a sugestão de que me hospedasse com sua família me deixou feliz. Incentivada pela minha expressão de alegria, Rosa continuou falando sobre o casamento:

— Vai ter muita música, muita animação e você vai poder ver que somos um povo festeiro. Ah, e você poderá entender mais como é a vida de um cigano. Para nós, o casamento é muito importante.

Rosa continuou dizendo da animação das festas, principalmente as de casamento, sempre com muita música e tudo o que eu poderia presenciar, pois, segundo ela, iria acompanhar todos os preparativos. Rosa se dirigia a mim com carinho. Sempre sorrindo, me falava:

— Você vai gostar de tudo! É muita comemoração, afinal em um casamento a família da noiva ganha um filho e a família do noivo, uma filha. É um orgulho! O festeiro vara a madrugada, e um dia só não é o suficiente.

Rosa explicou que a festa durava três dias ou mais, e que podia chegar até uma semana de festejos. Explicou ainda que gajons e gajins mais próximos de algum cigano já haviam participado destes momentos de celebração da comunidade. Neste instante, fez uma brincadeira imitando a chamada de um programa de televisão, o Globo Repórter, dizendo:

— Como casam os ciganos?

— Como vivem?

— De onde vieram?

— O que pensam?

— São andarilhos?

— Roubam crianças?

— São trapaceiros?

— São feiticeiros?

— Conseguem mesmo prever o futuro?

— Dançam ao redor das fogueiras?

— O que comem?

— Você descobrirá estes e outros mistérios no próximo Globo Repórter.

E respondeu a si mesma de uma forma humorada, mas que também demonstrava uma crítica, possivelmente por já ter se deparado com perguntas deste tipo e que, pela sua expressão, a incomodavam.

— Viemos de Marte e para casar fazemos igual os homens das cavernas quando eles puxavam as mulheres pelos cabelos até a caverna deles!

— Ora, vivemos como todo mundo. Muito do que dizem é pura invenção. Dançamos ao redor da fogueira? Sim, até uivamos para a lua.

— E o que comemos? Você acredita que já me perguntaram se comemos comida normal!? Ah, este povo tem cada ideia! Mato! Comemos mato!

Neste breve discurso, Rosa trazia em sua fala algumas questões que são apontadas em dissertações, teses, artigos e espaços de debates acadêmicos que discutem sobre os ciganos em

relação a diversas questões, como a origem deste grupo étnico, sua cultura e os estereótipos que os rotulam ao longo do tempo.

Rosa entrecortava sua fala com muitos risos, denotando uma incredulidade e uma crítica presente na entonação de sua voz diante de questionamentos como o tipo de alimentação dos ciganos. Quando iria prosseguir em sua encenação, fomos interrompidas com a chegada de Keli e sua filha, Ariel, de sete anos, juntamente com Daiana e seus filhos Luan e Lucas, gêmeos de 7 anos, além de Natali, de oito anos.

Desde o primeiro momento em que estive no acampamento, minha interlocutora de pesquisa havia sido Rosa e sua família. Nem sempre encontrava as outras famílias. Porém, por este dia ser um domingo, a maioria das pessoas estavam presentes e tive a oportunidade de conversar um pouco mais com Daiana e seus filhos Natali, Luan e Lucas, além de Keli e sua filha, Ariel.

Keli me foi apresentada como uma grande amiga de Rosa, casada com seu primo e que, mesmo sendo gajin, seguia a tradição até de forma mais rigorosa do que muitas ciganas. Já Daiana é sua irmã. Ao se juntarem à nossa conversa, Keli me cumprimentou dizendo:

— Ah, esta é aquela moça que estava no mês passado no casamento da Gisele e Josué?

Se virando em minha direção, Keli me perguntou:

— O que exatamente você faz aqui?

Expliquei que fazia uma pesquisa com as crianças do acampamento. Meu interesse, era conhecer a comunidade cigana de Juiz de Fora, conhecer como os jovens e crianças ciganas desse acampamento significam a cultura e o mundo e com isto, talvez, encontrar pistas para uma sociedade e educação menos excludentes.

Na volta para casa, ainda podia ouvir Keli me perguntando o que eu estava fazendo ali. Durante todo o período da pesquisa, muitas vezes retornei a essa pergunta, como uma forma de não perder de vista o que me motivou a realizar o estudo, ou seja, a justificativa e os objetivos da pesquisa.

2.1 O que você faz aqui? Reflexões metodológicas sobre o caminho percorrido

A princípio o que me movia era compreender como as ações pedagógicas desenvolvidas na rede de ensino de Juiz de Fora dialogariam com a etnicidade cigana em sua relação escola/comunidade, tendo em vista as redes educativas e o cotidiano das crianças desta minoria

étnica. No entanto, através das orientações coletivas, “prática potente do Kékeré”¹⁰, fui instigada a refletir sobre este questionamento.

Este movimento de reflexividade sobre o trabalho, feito sobretudo ao analisar o caminho percorrido já nos primeiros meses de etnografia, através das “informações pinçadas da etnografia e as imagens feitas no campo” (Carvalho, 2020, p. 52), assim como os diálogos e observações durante as atividades no campo de pesquisa, promoveram uma mudança de perspectiva.

Desta forma, minhas questões deixaram de centrar na compreensão das ações pedagógicas desenvolvidas na escola em relação a comunidade cigana para me aproximar mais dos Estudos da Infância. Para tanto, permaneci durante um ano e meio, a partir de abril de 2022, no acampamento, fazendo visitas frequentes, realizando observações, entrevistas e conversas tanto com adultos, mas, sobretudo com as crianças. Também realizei ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, além de registros audiovisuais através das fotografias e pequenos vídeos.

Para Corsaro (2011), um *grupo de pares* refere-se a um grupo de crianças, com idades próximas, que se reúne cotidianamente para as mais diversas atividades (brincadeiras, rituais, conversas, rotinas etc.). Nessas interações, produzem o que chamou de *culturas de pares*, “um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com as demais.” (Corsaro, 2011, p. 128). Já para Sarmiento (2003), a pluralização do conceito “culturas da infância” significa que as formas e conteúdos das culturas infantis são produzidas numa relação de interdependência com culturas sociais atravessadas por relações de classe, de gênero e de proveniência étnica, que impedem, diz o sociólogo, definitivamente a fixação num sistema coerente único dos modos de significação e ação infantil (Sarmiento, 2003, p.4).

A partir das reflexões de tais propostas, pensei em como seria significativo compartilhar o cotidiano dessas culturas de pares no acampamento de Igrejinha, com a finalidade de aprender nas culturas da infância cigana (neste acampamento). Os saberes cotidianos são particularmente relevantes para as comunidades ciganas e dialoga com o que é defendido por Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2023). Concordamos com os argumentos deste autor, para quem o conhecimento está intrinsecamente ligado ao território e à cultura.

¹⁰ Fala de Renato Alves de Carvalho, doutorando do grupo de pesquisas Kékeré, na disciplina Seminário de Elaboração de Mestrado I, 29 de março de 2023.

Ele defende que a terra não é apenas um recurso material, mas uma entidade viva que participa da construção do conhecimento. Esse entendimento reforça a ideia de que os saberes cotidianos, que emergem da interação com o ambiente e a comunidade, são fundamentais para uma educação significativa.

Antônio Bispo dos Santos foi um pensador quilombola que propôs uma perspectiva contra colonial que questiona as bases eurocêntricas em nossa sociedade. Ainda que suas discussões não tenham sido sobre a realidade dos ciganos, suas considerações são necessárias para se pensar esta comunidade tradicional. Temos como caminho, seguir refletindo e dialogando com este autor.

Há muito, o conceito de redes educativas (Alves, 2015) é importante para nossas pesquisas. Segundo Alves (2001, 2015, 2019), as redes educativas são constituídas por todos os espaço-tempo em que ocorrem aprendizagem e socialização, abrangendo escolas, famílias, comunidades, meios de comunicação, ambientes de trabalho e outros contextos.

Esses diferentes *espaço-tempo* se interconectam, criando uma teia de influências e interações que moldam o processo educativo de maneira ampla e diversificada. As experiências cotidianas, as práticas culturais e as interações sociais contribuem significativamente para o aprendizado. O que me leva novamente a Nêgo Bispo, desta vez aos conceitos de confluência e transfluência.

Conceito importante na obra de Bispo (2015; 2023), a confluência e a transfluência descrevem os processos de intercâmbio e integração de conhecimentos. Transfluência refere-se ao fluxo contínuo de saberes entre diferentes contextos culturais, enquanto confluência descreve o encontro e a síntese desses saberes em novos contextos de aprendizagem. Concordamos com este pensamento e os percebemos no cotidiano da comunidade pesquisada.

Trilhar caminhos de uma pesquisa com crianças, muitas vezes, tem sido um trabalho realizado sem que as crianças, de fato, sejam ouvidas, percebidas, priorizadas. Para nós, do Grupo de Pesquisa Kékeré, é preciso entregar disponibilidade para as observações, entrevistas e conversas com crianças. Em suas pesquisas com crianças de terreiro, Caputo (2018) chamou essa disponibilidade de Reparar Miúdo e Narrar Kékeré. Para a pesquisadora, o reparar é justamente essa entrega de disponibilidade para compartilhar tempo com as crianças. Já sobre o *narrar*, o grupo de pesquisas Kékeré sugere que se trata de uma narrativa construída com as crianças (lembrando que a palavra Kékeré, em yorubá, significa miúdo, pequeno). Nesse sentido, as pesquisas fruto deste grupo se referem às observações e compartilhamentos que fazemos dos conhecimentos das crianças de terreiro e de outras minorias: indígenas, ribeirinhas, quilombolas e ciganas, que, sendo os sujeitos principais com suas fotos, nomes e depoimentos,

nos levaram a trilhar caminhos que se tornaram fundamentos de pesquisa e prática acadêmica enquanto grupo.

Há ainda, nesse nosso modo de pesquisar, a singularidade que Caputo (2020) nomeou de *Fotoetnografia Miúda* e que será fundamental para o nosso caminho da pesquisa aqui apresentada. Para a autora, “o conceito de Fotoetnografia Miúda nasce com os Estudos com Crianças de Terreiros. É uma etnografia feita com fotografias nos cotidianos das casas de santo, que tem as crianças como principais interlocutoras de diálogo e imagem. Pode ser pensada com crianças de outros campos de pesquisa” (Caputo, 2020, p. 390).

É importante dizer que nossas fotografias não são uma forma de embelezar nossas narrativas, mas uma possibilidade de criar uma herança imagética que contribua para a valorização de grupos étnicos desvalorizados em nossa sociedade (Caputo, 2020). Com estas imagens, intencionamos promover o diálogo, a reflexão, a visibilidade e o reconhecimento de culturas e práticas marginalizadas.

Também entendemos nossas fotografias como uma forma de insurgência contra colonial. Nêgo Bispo ensina que a contra colonização é uma postura ativa de resistência e defesa contra o colonialismo, fundamentada na afirmação e na defesa das práticas culturais e modos de vida ancestrais.

Cabe ressaltar que não empregamos o miúdo no sentido de menor, de ser menos. O narrar miúdo e reparar *kékeré* é um fundamento de nosso grupo, ou o caminho que seguimos, desenvolvido na busca por reparar e narrar junto com as crianças.

As concepções e abordagens sociológicas silenciavam as crianças ao negá-las como sujeito de conhecimento e participação social. A boa notícia é que, de acordo com a pesquisadora Stela Guedes Caputo (2008), alguns estudos da antropologia e os novos Estudos Sociais da Infância buscaram, e de alguma forma vêm conseguindo, “diminuir uma determinada visão subalternizante das crianças na sociedade e na produção de conhecimentos” (Caputo, 2018, p. 39).

Não podemos seguir sem falar de questões éticas nas pesquisas com seres humanos, que, se não se limitam aos aspectos legais, também não podem subtraí-los. Por isso, usaremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento nos modelos definidos pela Comissão Ética da UERJ e Plataforma Brasil.

Kramer (2002) traz uma discussão fundamental sobre o assunto. Para a pesquisadora, quando realizamos pesquisas com crianças e utilizamos fotografias, a questão ética sobre a autorização deve ser considerada. Quem tem o direito de autorizar a participação das crianças na pesquisa, assim como a utilização de seu nome, fotografá-las e fazer gravações? A

pesquisadora esclarece que, de acordo com a lei, é o adulto responsável pela criança (pais ou guardiões) que deve fornecer essa autorização.

Isso é necessário para proteger as crianças contra possíveis explorações e usos indevidos de suas imagens. Entretanto, embora a autorização formal venha dos adultos, se a criança não participar desse processo de autorização, é preciso questionar se a ela é verdadeiramente um sujeito da pesquisa. Portanto, devemos ter também o assentimento da criança. Este assentimento não substitui a autorização dos pais, mas o complementa, respeitando a criança como um sujeito ativo no processo de pesquisa. A autoria e a autoridade estão interligadas com a ideia de autonomia.

Como um sujeito ativo na pesquisa, também precisamos garantir que as crianças tenham a oportunidade de consentir sobre sua participação. O que deve ser feito através de explicações claras e adequadas ao nível de entendimento da criança, de uma forma apropriada à sua idade e capacidade de compreensão, buscando seu assentimento (ou concordância). No que se refere ao uso dos nomes verdadeiros ou fictícios das crianças, a decisão, nessa pesquisa será de seus responsáveis na relação participativa da própria criança. Aqui, a escolha foi definida pelo nome verdadeiro.

O que o pesquisador George J. Sefa Dei chamou de metodologia antirracista, tem igualmente uma importante contribuição para minhas reflexões por compreendemos a marginalização de vários grupos étnicos e, especificamente a etnicidade cigana sobre a qual refletimos nesta pesquisa. Sefa Dei (2008) argumenta que o antirracismo está diretamente relacionado às relações de poder. Ele afasta-se de discussões superficiais sobre tolerância à diversidade e aproxima-se de uma análise profunda das diferenças e das dinâmicas de poder. O antirracismo vê a raça e o racismo como centrais na maneira como reivindicamos, ocupamos e defendemos espaços.

A tarefa, diz o pesquisador, é identificar, desafiar e modificar os valores, estruturas e comportamentos que perpetuam o racismo sistêmico e outras formas de opressão social. Desejamos “um paradigma distante da investigação colonial e próximo de uma abordagem relacional genuína com os sujeitos locais para desvendar as relações de poder na produção, interrogação, validação e disseminação do conhecimento” (Dei, 2008, p.25).

Assim, esta pesquisa também mantém um diálogo ativo com as teses de Edilma do Nascimento Monteiro (2019) e Juliana Miranda Soares Campos, reconhecendo a importância da obra destas autoras. A primeira por refletir sobre as crianças ciganas em Mamanguape, região da Costa litorânea Norte da Paraíba e em Souza, região do Sertão da Paraíba a segunda por

discutir temas próximos ao meu campo de pesquisa como o casamento em Belo Horizonte, Minas Gerais.

As reflexões teóricas se ampliam no diálogo com autores que discorrerão sobre a história dos ciganos no Brasil, tendo como referências Rodrigo Teixeira (2008), Frans Moonem (2011). Também Bartolomeu Campos de Queirós e Gabriel Garcia Marques trazem a poesia de suas obras para esta dissertação. E, ainda, um diálogo com autores que discorrem sobre a Sociologia da Infância, com as contribuições de Corsaro e Sarmiento (2008).

Achuti (1997) através do debate sobre fotoetnografia, e Stela Guedes Caputo (2008) nas discussões sobre infância, sociologia da infância e a fotoetnografia miúda contribuem para o debate sobre a fotografia nas pesquisas. E justamente pensando sobre a fotografia e em como me relaciono com elas, passarei a refletir na próxima sessão sobre a forma como elas são utilizadas nesta dissertação.

A tarefa é identificar, desafiar e modificar os valores, estruturas e comportamentos que perpetuam o racismo sistêmico e outras formas de opressão social. Desejamos “um paradigma distante da investigação colonial e próximo de uma abordagem relacional genuína com os sujeitos locais para desvendar as relações de poder na produção, interrogação, validação e disseminação do conhecimento” (Dei, 2008, p.25).

Assim, esta pesquisa mantém um diálogo ativo com as teses de Edilma do Nascimento Monteiro (2019), e Juliana Miranda Soares Campos, reconhecendo a importância da obra dessas autoras. A primeira por refletir sobre as crianças ciganas da Paraíba, e a segunda por discutir temas próximos ao meu campo de pesquisa, como o casamento.

Finalmente, é na reflexão sobre a fotografia e em como me relaciono com elas que passarei à próxima sessão, onde trataremos sobre a forma como elas são utilizadas nesta dissertação.

2.2 Dos retratos feitos em tábuas, giz e barros a utilização da inteligência artificial para edições nas fotografias: Um novo olhar para as fotografias na Fotoetnografia Miúda

O que cabe na imaginação de uma criança? O que é imaginação? De acordo com o Dicionário Online de Português, a palavra imaginação se refere à criação de imagens e tem sua origem no latim "imaginatio", que deriva de "imago". Já no sentido atribuído por Bachelard (1997), a imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade. Antes, "ela é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade" (Bachelard, 1997, p. 17-18).

A imaginação transcende o que é imediatamente visível e conhecido. Ou seja, nos possibilita criar, inovar, e explorar possibilidades ausentes na experiência concreta. Ela permite a concepção de mundos alternativos, soluções inéditas para problemas e perspectivas únicas sobre várias situações.

O pensamento de Bachelard, então, desafia a visão tradicional quando propõe que a imaginação não está limitada a reproduzir ou refletir a realidade, da forma como esta se dá.

Ao dizer que a imaginação tem a ver com imagens que cantam a realidade, Bachelard (1997) sugere que a imaginação não ultrapassa a realidade somente, mas a enriquece modificando-a com poesia e criatividade. "Cantar" a realidade significa interpretar e ampliar o que encontramos no mundo, acrescentando um aspecto estético e sentimental ao que observamos.

É uma maneira de olhar o que está a nossa volta de uma outra forma, descobrindo beleza, significado e possibilidades onde antes só existia a banalidade cotidiana. E a imaginação de uma criança está impregnada destes sentidos sugeridos por Bachelard (1997).

Então, o que cabe na imaginação de uma criança? Nela, tudo cabe.

A criança percebe coisas novas e esboça futuros possíveis através da imaginação. Imaginação que, de acordo com Kishimoto (2010), se destaca pela mobilização dos significados que se expressam pela brincadeira.

E se em uma brincadeira tudo cabe através da imaginação, logo cabe também o bailado de um Orixá dançando nos terreiros de Candomblé durante a performance nas brincadeiras de rituais litúrgicos desta religião de matriz africana. Cabe a representação de um pajé nas brincadeiras de uma criança indígena em sua aldeia, nos seus momentos de diversão.

Também cabe a brincadeira da criança ribeirinha, na pescaria de um ser mitológico nas águas do rio São Francisco. E, ainda, cabe a reprodução de uma cena de casamento cigano das crianças Calons. Igualmente, cabe a criança virar jogador de futebol famoso de algum campinho da periferia, ou das escolinhas de futebol das cidades do nosso país.

Na imaginação de uma criança, ela é bombeiro, médica, policial e jogador de futebol. Ela pode ser, ainda, seus professores, um cantor, uma bailarina, o gari, o pastor, a yalorixá¹¹, o padre ou o barô¹². Na imaginação de uma criança ela é o que quiser. A imaginação de uma criança a possibilita criar narrativas, desenvolver ambientes em sua mente e abordar desafios de maneira própria.

¹¹ Líder religiosa dos cultos de matriz africana.

¹² Líder de cada grupo cigano.

Como dissemos, Bachelard (1997), afirmou que a imaginação canta. Tal afirmação requer uma interação poética e criativa com o mundo, habilidades que percebo na maioria das crianças do acampamento cigano que fazem parte desta pesquisa. A imaginação interpreta a realidade e a transforma em algo mais significativo e belo. Esta capacidade de “cantar” a realidade destaca um aspecto lúdico, oferecendo novas formas de ver e entender o mundo.

Na minha imaginação de criança, este canto era um encanto. O encanto que me fazia olhar para a mesa da sala ornamentada com toalhas compridas e enxergar um castelo, onde certamente eu era a princesa. Ou, ainda, uma cantora, quando qualquer graveto virava microfone. Observava o meu pai tocando violando, e o acompanhava tocando notas musicais em qualquer objeto. E não tinha quem dissesse que não era um violão. Porém, o que eu mais gostava de ser era a artista plástica.

Certamente que, enquanto criança, eu não sabia o que era ser uma artista plástica. Mas, olhando para o passado e recordando minhas brincadeiras, creio ser esta a aproximação que eu fazia. Pedacos de tábua encontradas no quintal se transformavam em tela. A terra misturada com água era a tinta e o giz branco, que as vezes no final da aula a professora nos dava, me ajudava a fazer os traçados de minhas pinturas.

Figuras geométricas, alguns animais que aprendi a desenhar com meu pai e rostos de pessoas queridas, principalmente o rosto dele, eram a minha inspiração. A mistura de água e terra formava um barro e cuidadosamente eu os organizava em potes de acordo com a tonalidade: mais claras ou escuras. Eu não tinha noção de luz e sombra, mas intuía que para algumas composições seria necessário que fosse desta maneira.

Agora, enquanto registro estas lembranças, posso quase abraçar aquela menina. Eu a vejo em um daqueles momentos. Tem as mangas da blusa molhadas e respingadas de barro. Sinto a textura da lama que lambuzava as suas/minhas mãos e, diante dos meus olhos, os recipientes onde a alquimia das tintas de barro eram preparadas, aguardando por mais uma tela.

Sinto também o vento nos cabelos e a temperatura do chão, onde, descalça, essa menina corria de um lado para o outro. Ouço meu pai tocando violão e posso recitar a frase da música que ele cantava: "no meu jardim, a flor mais bela, o velho sol beija a minha janela".

Misturado aos acordes do violão, escuto os passarinhos e sinto o cheiro do café e do bolinho de chuva vindo da cozinha. Posso escutar minha mãe me chamando para eu ir lanchar, e a minha recusa respondendo:

— Não mãe, eu preciso acabar de pintar. Preciso desenhar a flor do jardim de meu pai.

E por fim, vejo os tons do céu no final daquela tarde: rosa, com pinceladas de laranja avermelhado. Sinto o cheiro da flor e a despedida do sol que beijava a janela da canção do meu pai, no entardecer de mais um dia. O que cabe na imaginação de uma criança? Cabe o mundo.

Fiz esse caminho de lembrar de minha infância, porque esse texto está e estará povoado de fotografias ressignificadas por mim, pintadas por mim por ação dos aplicativos Fotor Go, Canva, Snapseed e Google Fotos. Lembrar foi minha maneira de justificar o feito.

No contexto desta pesquisa, uma pesquisa fotoetnográfica com crianças e adolescentes calons, as criações de artes abstratas e retratos improvisados usando giz, barro e pedaços de tábuas que eu encontrava no quintal, durante as minhas brincadeiras de criança, agora ganham novos contornos e se amplificam nas inúmeras possibilidades ofertadas pela tecnologia contemporânea.

Agora, a tábua deu lugar a tela do computador, e as imagens não são mais desenhadas por giz, uso registros fotográficos. E a tinta feita com barro, cedeu espaço aos aplicativos de edição de imagens, que trazem à tona uma conexão com a atualidade do mundo digital.

Manovich (2001), observa que a era digital não apenas transformou a maneira como produzimos e consumimos imagens, mas também expandiu radicalmente o repertório de técnicas e práticas disponíveis para os artistas.

A inteligência artificial está cada vez mais presente nas intersecções entre arte e tecnologia, explorando visualidades, audiovisualidades e sonoridades. A integração desses elementos proporciona novas formas de expressão criativa e interação, ampliando as possibilidades artísticas.

Aqui é onde entra também o papel da inteligência artificial (I.A) na edição das imagens que compõe esta pesquisa. Ao empregar os aplicativos de edição que utilizam a IA para transformar as fotografias das crianças em pinturas, nossa intenção é amplificar a singularidade e beleza dos momentos registrados nas fotografias.

Compreendemos a I.A como uma aliada que refina detalhes, aprimora texturas e acentua elementos que, além de enriquecerem visualmente as fotografias, proporcionam uma experiência mais profunda e imersiva.

No entanto, não entendemos este recurso apenas no sentido de aprimorar a estética das imagens. Ao transformar as imagens em pinturas, buscamos construir um legado visual enriquecido, onde cada imagem conta uma história mais completa e envolvente (ao menos para mim). A edição de imagens, aliada à inteligência artificial, nos permite reinterpretar e ressignificar essas imagens de maneiras que ampliam sua riqueza e complexidade.

Contudo, a transformação de fotografias em pinturas através de filtros artísticos não é meramente uma escolha estilística. É uma estratégia deliberada para criar uma linguagem visual que comunica mais profundamente as realidades e as vivências das crianças ciganas. Intencionamos em alguma medida transformar estes registros fotográficos, mas em minha própria linguagem autoral, inspirada pela proposta de Arthur Omar (2018).

Para nós, do Kékeré, as fotografias são arte, poesia, estética e política. Através destas dimensões, buscamos a poesia no ser e estar no mundo das crianças com as quais pesquisamos. Nosso compromisso, como enfatiza Caputo (2020), é o de desacostumar os lugares acostumados, com as imagens dominantes que celebram a branquitude e tudo o que advém deste pensamento, intencionando criar heranças imagéticas para as crianças das minorias étnico raciais do nosso país

Em um contexto acadêmico, onde a objetividade é frequentemente valorizada, a introdução de uma camada artística pode parecer paradoxal. Porém, consideramos que essa subjetividade possa se transformar em uma ponte entre o observador e a experiência vivida das crianças ciganas, oferecendo uma interpretação que é ao mesmo tempo pessoal e universal.

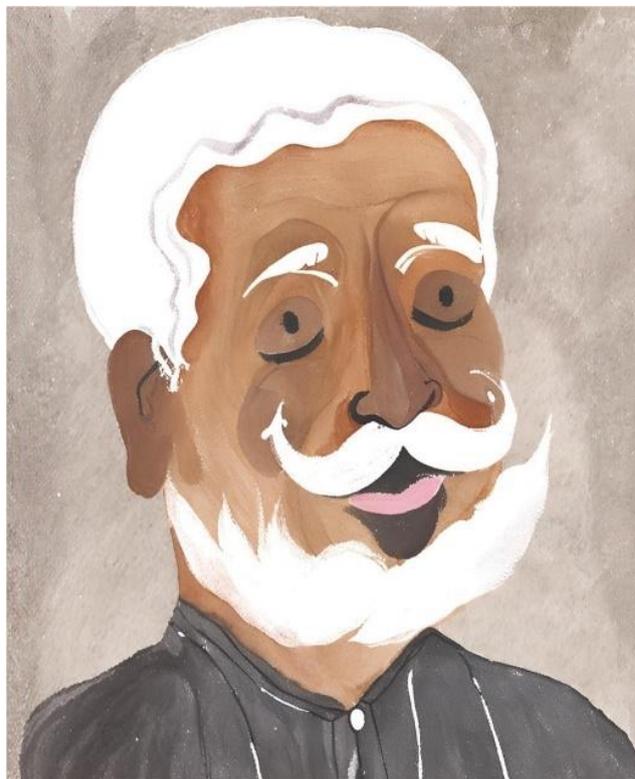
Além disso, ao aplicar um filtro que transforma a fotografia de uma criança cigana em uma pintura vibrante, temos como objetivo enfatizar a alegria, a energia e a cultura pulsante dessa comunidade. Essa transformação visual pode envolver a atenção de espectadores de maneira mais intensa e emocional, criando uma conexão mais profunda com o conteúdo apresentado.

Já dissemos que nosso grupo de pesquisa tem como caminho a Fotoetnografia Miúda. Uma etnografia que tem ênfase nas fotografias com crianças de terreiros, ampliada para as pesquisas com crianças ciganas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Compreendemos que é fundamental promover a imagem da criança-sujeito, onde elas sejam reconhecidas e respeitadas como indivíduos completos e complexos. O que implica considerar suas vozes, experiências, autoria e perspectivas como partes integrais da pesquisa; ou seja, as audiovisualidades que produzimos com elas, afinal, "nós do Kékeré temos andado por aí espalhando conhecimentos e fotografias de crianças que vivem uma infância contra colonial porque não foram reduzidas ao projeto terrorista e de morte do colonizador e reexistem até hoje" (Caputo, 2024, p.7).

Portanto, ao transformar as fotografias em pinturas através dos aplicativos, nossa intenção não é a de camuflar a imagem das crianças e adolescentes com os quais pesquisamos. A transformação digital, ao contrário de camuflar, destaca e enriquece as narrativas visuais, proporcionando uma nova camada de interpretação. Os filtros artísticos atuam como

mediadores entre a realidade objetiva e a interpretação subjetiva, proporcionando uma nova dimensão ao ato fotográfico.

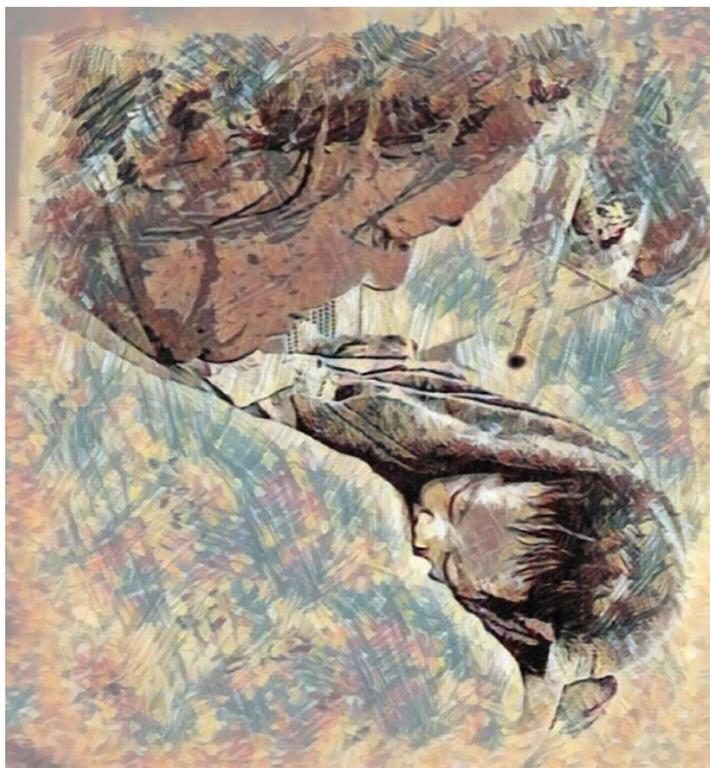
Figura 11 – Representação do retrato de meu pai



Retrato de familiar. Fonte: Acervo pessoal da autora, 17 de março de 2024. Reprodução feita por Inteligência Artificial.

2.3 “Virei Madrinha, e agora?”: Reflexões sobre dilemas e ética na pesquisa

Figura 12 – Primeira amamentação



Rosa e Layane (3 horas de nascida). Fonte: Acervo pessoal da autora, 06 de outubro de 2022.

A água caía em suas costas. Sentada na bola de pilates, Rosa apoiava uma das mãos na parede e a outra segurava as minhas. Gotículas de água escorriam pelo ladrilho branco do banheiro. Estávamos na maternidade. Tudo era silêncio, exceto quando era quebrado, vez ou outra, pelo som abafado de dor da contração que Rosa procurava controlar.

Naquela madrugada a única parturiente era Rosa. O corredor não era tão cumprido, mas Rosa me confiava que parecia uma avenida. Ela andava com dificuldade. Fazia pouco menos de 3 horas que Natan, seu primo, havia me comunicado que Rosa começara o trabalho de parto e que já estavam na maternidade.

Encontrei Eduardo, marido de Rosa, e Natan na recepção do hospital. Foi o tempo de me entregarem a bolsa da bebê e da mãe, e logo fomos avisados de que a paciente já seria encaminhada para a internação. Layane nasceria naquele dia: 6 de outubro de 2022.

— Graças a Deus que não tinha trânsito e passando pela rodovia conseguimos chegar mais rápido, me dizia Eduardo. A Rosa estava preocupada em conseguir falar com você. Se não fosse o Natan lembrar que a mãe dele também tinha o seu número, não teríamos conseguido te avisar. A Rosa trocou de celular e eu não tinha o seu contato.

Poucos dias antes, quando eu estava em uma visita ao acampamento, Rosa havia reafirmado o convite para que eu a acompanhasse no dia do parto. Convite feito meses antes, quando Keli, Daiana, Rosa e eu conversávamos sobre a emoção de um parto. A experiência sobre o parto revelava três tratamentos distintos: Keli é uma gajin casada com um cigano. Ela relembra que seu parto havia sido tranquilo, e o médico fora atencioso e cuidadoso. Daiana é irmã de Rosa, as duas são ciganas. Daiana, por sua vez, agradecia a Deus por estar viva e com os gêmeos saudáveis, porque sua experiência não tinha sido agradável, principalmente com a enfermagem. De acordo com Daiana, era perceptível o olhar desdenhoso da equipe médica. Esse foi um sentimento também compartilhado por Rosa, ao recordar o nascimento de suas duas filhas. Segundo ela, desconfiava que a falta de atenção que experimentara no hospital possivelmente era devido a sua etnia.

Naquele sábado de tarde, quando estive no acampamento, enquanto conversávamos sobre os últimos detalhes da chegada de Layane, além da preocupação com o nascimento de sua caçula, Rosa relatava também as preocupações com o casamento de sua primogênita. Ainda estávamos em outubro, o casamento aconteceria em julho do ano seguinte, mas eram muitos detalhes que ela deveria se ater. E de um detalhe ela não se esqueceu: era enfática ao dizer: Não vai esquecer, hein! Quero que você esteja comigo no dia do parto, ela me dizia.

Rosa me mostrava o enxoval e falava das expectativas para o nascimento de sua caçula. Para ela, a razão *de ser* de uma família cigana era ter muitos filhos.

Apesar disto não pretendia aumentar mais a família. Era a sua terceira gravidez e estava contente com as suas três princesas, como ela as chamava.

Eduardo esperava que fosse um menino, o que seria motivo de muito orgulho para ele. Uma criança é sempre bem-vinda entre os ciganos. Porém, a preferência, de acordo com Azevedo (2013) "é para os filhos homens, para dar continuidade ao nome da família" (Azevedo, 2013, p.9)". Contudo, a chegada de mais uma menina fazia os olhos daquele pai brilharem.

Apesar da emoção, Eduardo confidenciou não estar preparado para acompanhar o parto. Sobre isto, ele dizia se sentir impotente diante da dor de sua esposa e, não tendo o que fazer para evitar que ela sentisse a dor do parto, preferia que outra pessoa a acompanhasse. Sendo eu a escolhida de Rosa, para ele era uma escolha bem-vinda.

Meses antes, eu havia sido convidada para um casamento de integrantes da comunidade cigana, e ter participado de tal cerimônia havia sido uma grande alegria, mas estar ao lado de Rosa durante o parto era algo indescritível, um momento de afeto. Penso que há muitas emoções dentro do afeto. *Afeto* é uma palavra derivada do latim (*affectus*), cujo significado, de acordo com o dicionário online Origem da Palavra, corresponde a "relação, disposição, estado

temporário, amor. *Affectus* vem da raiz de *afficere*, que significa “fazer algo, agir sobre”, “fazer”, “manejar”, de AD, “a”, mais FACERE, “fazer” (Origem da Palavra, [s.d.]). No caso, fazer algo de bom a alguém envolve sentimentos de amizade e confiança.

Afeto era a minha transpiração. Afeto enquanto uma potência, um estado de alma que, como explica Sawaia (2009), tem o poder de afetar e ser afetado, (...), entrelaçando-se com o poder de agir, pensar e desejar. Afeto como uma janela aberta que permite a vida nos atravessar e ampliar nossos encontros - encontros de alegria e de ternura, tal como aconteceu entre Rosa, Layane e eu.

Mas além do afeto, ali, naquele espaço, havia uma mistura de emoções e sensações: dor, lágrimas, felicidade e afeto... sentimentos tão contrastantes em um acontecimento ímpar - o nascimento de uma criança. As contrações iam aumentando e o trabalho de parto avançava. Equipe médica a postos.

Eu segurava a mão de Rosa e a todo instante falávamos: força Rosa, sua bebê está chegando...não para, não para, não para, só mais um pouco e sua bebê estará em seus braços.

Eu secava o suor de seu rosto e pensava em quão significativo era aquele momento. Quando nasce uma criança, também nasce uma mãe, diz o ditado popular. Mesmo que esta mãe já tivesse outros filhos, cada filho, cada parto, é singular.

Enquanto me perdia naquelas divagações, Rosa me trouxe de volta à realidade. Fitando meus olhos, disse:

— Você fará parte de minha vida para sempre. E eu, tomada pela gratidão misturada com a emoção e a alegria, percebia lágrimas escorrendo em meu rosto.

Certamente Rosa também faria parte da minha vida para sempre, afinal acompanhar um parto era algo até então inimaginável para mim. Poucos minutos depois, Layane chegava ao mundo. Alguns segundos se passaram e ouvimos o seu choro, Rosa suspirava aliviada.

Aquele foi um momento em que transbordávamos de afeto. Ninguém passa ileso ao afeto. Afeto "é se permitir modificar-se e modificar o outro, todo encontro onde há afeto, a gente se modifica, nem que seja uma mera alteração no nosso estado emocional temporário, o afeto sempre nos desloca" (Xavier, 2023, s.p.). E foi assim aquela experiência de compartilhar a chegada de uma criança ao mundo.

Após todos os cuidados com a bebê e com sua mãe, fomos encaminhadas para o quarto. Segurando Layane delicadamente nos braços, Rosa a alimentava pela primeira vez.

— Gulosa! Olha só que fome. Não para de mamar, Rosa dizia acariciando as bochechas da recém-nascida.

O telefone tocando chamou a atenção de Rosa. Era Natan querendo saber notícias. Na barraca de Rosa, Liryane (sua filha mais velha), Eduardo e Natan aguardavam para ver a mais nova integrante da comunidade cigana.

— Seu padrinho é afobado Layane, não teve paciência para você acabar de mamar sossegada e já queria lhe ver, Rosa falava com a bebê.

Assim que terminou de conversar com seus familiares, Rosa me indicou que eu sentasse na poltrona ao lado da cama para que eu segurasse a nenê, e, enquanto eu me acomodava, Rosa me perguntou:

— Alynne, o Natan é o padrinho, você sabe quem é a madrinha?

Minha respiração ficou suspensa. Pelo tom de sua voz, por um segundo pensei: seria eu? Mas por outro lado senti como pretensão de minha parte achar que pudesse ser.

O suspense não durou muito e Rosa disse:

— A madrinha é você.

— O Eduardo queria falar junto comigo, mas eu não aguentei e já quis te contar que nós dois não tínhamos dúvidas sobre quem escolheríamos para ser madrinha da Layane.

Meu sorriso traduzia minha gratidão. E novamente pensei no afeto. Dissemos aqui: afeto é aquilo que nos atravessa e que, por nos atravessar, nos modifica e nos move, e era o que estava acontecendo comigo naquele instante. Durante todo aquele tempo no campo de pesquisa nós construimos afinidades, porém não poderia supor estreitar os laços daquela maneira.

Agrosino (2009), nos ensina que a pesquisa nasce e cresce do relacionamento cultivados com nossos informantes. E nos aconselha a estar sempre atento aos modos pelos quais se tem acesso ao campo e ao modo como se estabelecem afinidades com as pessoas que lá vivem. Por fim, o autor afirma que ao aceitar ser madrinha e padrinho de uma criança não podemos perder de vista a importância dada ao assunto, em muitas culturas.

É por esta razão que o convite para ser madrinha de uma criança no contexto da pesquisa fotoetnográfica é uma honra e um desafio significativo. Transcendendo os limites da pesquisa formal, essa experiência era um convite que levaria a estabelecer um vínculo ainda mais profundo com a comunidade estudada.

Estávamos na maternidade há poucas horas do nascimento de Layane, e eu simplesmente virei madrinha. Naquele instante não pensei nas implicações para a pesquisa. Aquele não era um tipo de convite que eu pudesse dizer: espere alguns dias, eu vou pensar e depois te respondo. No entanto, quais seriam as implicações éticas e dilemas impostos a minha pesquisa a partir de então?

Este questionamento não era apenas meu. As pessoas ao meu redor também se surpreendiam quando eu falava ter sido convidada para ser madrinha. E faziam perguntas como: Então eles batizam nesta religião? Madrinha!? Sabe o que significa? Ser madrinha é se comprometer para sempre, é o que você quer? E havia quem dissesse: Você não pertence a esta cultura, tem um posicionamento político, filosófico e religioso diferente, como será?

Virei madrinha, e agora? Esta frase foi dita por Renato Alves, doutorando do nosso grupo de pesquisas, quando revelei ao grupo o convite. Por um lado, este convite fortaleceria a conexão com a comunidade cigana e ofereceria uma perspectiva única e pessoal sobre suas tradições e cultura. Por outro seria necessário levar em conta as implicações éticas e metodológicas deste vínculo.

Sim, é verdade, a maioria das pessoas deste acampamento é simpática à extrema direita e seus políticos, são cristãos professantes do neopentecostalismo, por tradição é uma comunidade patriarcal. Mas, ser madrinha implicaria ter as mesmas opiniões sobre tudo? Minha posição política e ideológica, crenças religiosas, condição civil, gostos musicais, entre outras constituições de minha personalidade e individualidade interfeririam na relação construída com Rosa e a comunidade cigana? Perguntas que só o tempo poderia me ajudar a responder.

O convite para ser madrinha poderia ou não permitir a aproximação com as pessoas no campo de pesquisa. O que abre um leque de reflexões éticas que se entrelaçam com os dilemas decorrentes da questão posta.

Não podemos prescindir da necessidade de manter a reflexividade e a consciência ética ao assumir este novo papel, o de madrinha, em alinhamento com os princípios da abordagem etnográfica. Embora, como Caputo (2020), nos lembra: nós do Kékeré não somos antropólogos, ainda que alguns colaboradores sejam, a etnografia é um modo profícuo em nossas pesquisas.

Mattos (2011), assevera que a "etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em específico e em particular para os estudo que se interessam pelas desigualdades sociais" (Mattos, 2011, p 50). Soma-se a isso a possibilidade de que as pesquisas com este viés nos permitam compreender de "dentro" os grupos estudados, com base na percepção atribuída de significado e opinião dos atores envolvidos.

A questão ética atravessa todas as abordagens metodológicas de pesquisa, como defende Lorenzato (2009), e se evidencia, de acordo com o autor, sobretudo nas abordagens qualitativas, como a pesquisa etnográfica. Estas abordagens procuram de forma mais intensa analisar a intimidade da vida privada dos informantes ou de pequenos grupos. Sendo assim, torna-se

imperativo que o pesquisador se questione continuamente as razões de sua investigação, a forma como esta é desenvolvida, e a maneira de divulgação dos seus resultados.

A ética na pesquisa não se resume a um conjunto de regras rígidas, mas sim a um processo contínuo de reflexão crítica sobre nossas ações e suas consequências. Podemos pensar em três níveis de ética, como aponta Mainardes (2017), em diálogo com Santos (2017), quais sejam: ética das normas, dos princípios e da relação. Para o autor, o primeiro nível da ética é normativo (o menos profundo); o segundo, interior; e o terceiro é relacional ou inter-humano.

A reflexão de Mainardes (2017), junto a Santos (2017), me indica um caminho para o dilema imposto ao meu aceite quanto ao convite de ser madrinha quando discute o terceiro nível de ética: a ética de relação. O autor esclarece que este é o nível mais profundo e se concentra nas relações interpessoais, na responsabilidade mútua e na consideração pelo outro, e é este o aspecto central. Entendemos ser um aspecto central não apenas nas relações em um campo de pesquisa, como em qualquer outro tipo de relacionamento.

Caputo (2018), também pensando nos desafios éticos das pesquisas que fazemos, menciona que há um sem-fim de cuidados fundamentais. Em yorùbá talvez a expressão que mais se aproxime da palavra ética seja Ifá àyá, ou “nosso oráculo interior”, diálogo interno (Jagun, 2017). Esse diálogo interno permanente é tanto do pesquisador consigo mesmo, como com seu grupo e com todos os envolvidos na pesquisa. Esse Ifá àyá afirmamos como indispensável sem o qual não podemos fazer o que fazemos, pesquisar o que pesquisamos.

Na noite do nascimento de Layane, Rosa me disse:

— Você fará parte da minha vida para sempre.

Neste momento o convite para ser madrinha ainda não havia sido feito. Hoje entendo que ela não se referia somente a minha presença durante o parto, mas a ligação que se estabeleceria diante do meu aceite ao convite. Certamente ela ponderou sobre o que significaria ter uma gajin como comadre e considerou a afinidade construída durante o desenvolvimento da pesquisa.

Esta foi uma relação construída aos poucos e que depois se ampliou para as outros calons do acampamento. Os primeiros momentos apresentaram alguns obstáculos. Sim, as dificuldades aconteceram. A princípio os olhares eram desconfiados, as ausências eram constantes, a falta de contato por não ser atendida quando tentava marcar visitas era um fato, não conseguir a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido também era uma preocupação.

No entanto, o tempo, a convivência e a transparência nas minhas intenções modificaram o cenário. Não que um ou outro tivesse deixado de ser arredio... lembro da situação em que fui questionada por uma outra cigana, a Mariana:

— De novo aqui? O que tanto você faz no acampamento?

Esta era uma cigana que pouco ficava no acampamento. Logo, eu não tinha contato com ela e pouco ela sabia sobre o que eu fazia ali. Mas este questionamento foi o suficiente para que Liryane (filha de Rosa) se incomodasse com ele e reclamasse com seu pai. E a situação gerou um burburinho. Eduardo, marido de Rosa, demonstrou desgosto ao saber do acontecido, e quando tive outra oportunidade de estar no acampamento ele me disse:

— A barraca é minha, vem aqui quem eu quiser e você é bem-vinda. Se eu dissesse que você não poderia chegar aqui, e não poderia fazer estes estudos, não adiantaria a Rosa querer. Mas a gente já sabe quem você é, e ninguém tem nada com isto. Venha quantas vezes for preciso.

Eduardo e Rosa casaram-se jovens, como é a tradição. De acordo com Rosa, ele não é de muitas palavras. E de fato, sempre que eu chegava no acampamento, os senhores e jovens se afastavam. Se estivessem conversando na varanda da barraca, iam mais para longe. Era sempre assim. Por isso, me surpreendi com a reação de Eduardo.

Rememoro este episódio a partir de uma reflexão com Fiorentini Lorenzato (2009), quando o autor enfatiza que ao iniciar uma investigação no campo o pesquisador sempre produz intervenções no ambiente a ser investigado, e "invade mundos e vidas, vasculhando práticas sociais públicas ou privadas e, às vezes, a intimidade conceptual e emocional das pessoas" (Fiorentini; Lorenzato, 2009, p.193).

Este alerta feito por Lorenzato (2009) nos leva novamente a reflexões sobre a ética e o convite para apadrinhar uma criança do campo de pesquisa. A reflexão ética nos conduz a perguntas e análises sobre a prática como agimos, ressaltando "a intencionalidade presente nos empreendimentos humanos, valorizando-se fortemente o processo como a deliberação se opera, apelando-se a uma atitude de real e consciente ponderação" (Moita e Couceiro, 1995, p. 6 apud Lorenzato, 2009, p. 165).

Não há a possibilidade de pensar em ética sem mencionar a existência do outro, das relações interpessoais que estabelecemos, de todos nós que existimos em sociedade. "Deve-se desde logo restar entendido que a existência humana, do nascer ao morrer, é toda ela relacional, posto que formada por sujeitos" (Silva, et al, 2023, p. 5).

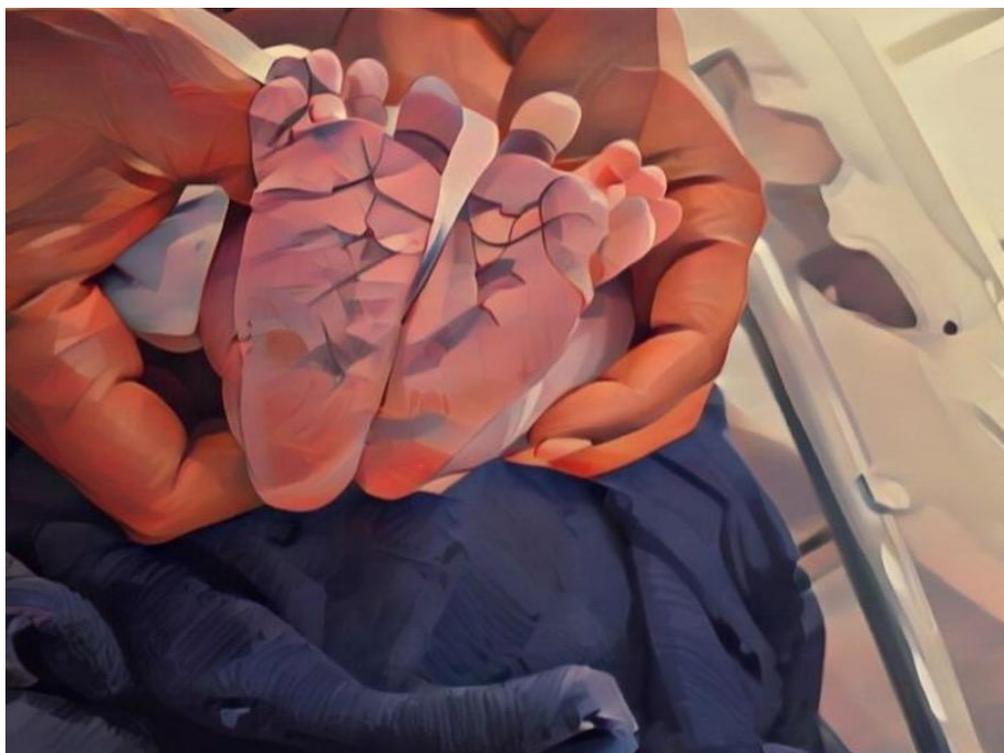
Foram estes pensamentos, esse diálogo interior, que me guiaram desde os primeiros passos da minha entrada no campo de pesquisa. Por esta razão, o compromisso com o outro e comigo, a valorização do outro, a responsabilidade e a reciprocidade sempre foram meu caminho.

E assim permaneceu a condução da pesquisa, agora acrescentando ao posto de pesquisadora a função de madrinha. As dúvidas das primeiras horas quanto a ser madrinha e os meus posicionamentos políticos, filosóficos e religiosos se mostraram infundadas. De certo modo estava claro para Rosa. Nos momentos em que retornava ao acampamento para as devolutivas, conversávamos assuntos para além da pesquisa e meus posicionamentos certamente transpareciam.

Rosa tinha interesse em entender o que era fotoetnografia, também queria saber mais sobre o que significava Kékeré, o nome do nosso grupo de pesquisa – que, como já explicamos aqui, significa miúdo, pequeno em iorubá. Rosa também quis saber mais sobre o que todos nós membros do grupo pesquisávamos. Em algumas ocasiões, confesso, era convidada a guardar caderno de campo, celular e máquina fotográfica e ser simplesmente uma comadre conversando com a outra.

Nestes instantes, saboreando uma xícara de café, observando as crianças brincando, sabendo notícias de Liryane e das levadezas de Layane e Miryane eu entendia que, para Rosa e todos ali, minha função era bem definida: eu era uma pesquisadora, e, mais que isso, eu era a madrinha. Minhas subjetividades não conflitavam com este papel.

Figura 13 – Pezinhos



Layane (Quinze minutos após o nascimento). Fonte: Acervo pessoal da autora, 06 de outubro de 2022.

Figura 14 – Ninando sua irmãzinha



Miryane e Layane. Fonte: Acervo pessoal da autora, 12 de outubro de 2022.

Figura 15 – No colo da madrinha



A autora e Layane – 1 ano e um mês. Fonte: Acervo pessoal da autora, 25 de novembro de 2023.

3. O TEMPO DA INFÂNCIA É MUITO BOM! COISA BOA É SER CRIANÇA – REFLEXÕES SOBRE A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Figura 16 – Adoleta



Ariel/, Luan, Lucas, Natali, Miguel e Vitória. Fonte: Acervo pessoal da autora, 25 de novembro de 2023.

— Vamos brincar de quê, gente? Disse Ariel impaciente.

— Lucas sugeriu irem todos para a sua barraca brincar de bola. E ouviu um sonoro não, em coro, ditos por Luan, Ariel, Natali, Vitória e Moisés. Vitória e Moisés visitavam o acampamento, eram sobrinhos de Rosa e Daiana e estavam passando o fim de semana por lá. Liryane, recém-casada, também chegara naquela manhã. O acampamento estava em festa.

— Onde já se viu? Brincar na barraca? Só se fosse para o pai ficar bravo. Retrucou Natali.

— Quem te escuta falar assim até pensa! Argumentou Daiana. E continuando sua observação prosseguiu dizendo:

— Bravo porque ele fica sério. E se ele não fala mais alto para ser ouvido, vocês não escutam, não é não? Dona Natali? Daiana concluiu rindo.

Natali com ar de sapeca concordou com sua mãe, ao mesmo tempo em que repetia o questionamento de Ariel:

— Vamos brincar de quê?

Liryane havia acabado de chegar da barraca de Rosa, sua mãe. Sentada ao lado de Keli tomava o seu café, até então em silêncio. Depois do casamento era a primeira vez que visitava o acampamento. Vendo toda a movimentação comentou:

— O tempo da infância é muito bom! Coisa boa é ser criança. Tempo de brincadeiras sem fim e quando o pai e a mãe brigavam com a gente, era só choramingar um pouquinho que

a gente já ganhava bala, pirulito ou um chamego. O seu pai, Vitória, era um que não deixava ninguém zangar comigo. Sempre mimando a gente!

— Vitória sorriu e disse não ser diferente com ela. E prosseguindo seu relato Liryane continuou:

— A infância era um tempo muito bom: tempo em que eu e as outras crianças do acampamento podíamos andar descalço, subir em árvores, correr, brincar de bola e de boneca, andar de bicicleta ...caía, levantava, choramingava e tudo depois virava festa. A gente levava bronca de vez em quando e a vó espiava de longe para ver se o pai ia ser muito bravo com a gente. Ah! Mas eu também já ajudava a mãe a arrumar a barraca e de tanto ver a mãe na máquina de costura quis aprender a costurar também.

Neste momento, Daiana fez uma observação:

— A Natali e a Ariel já estão aprendendo algumas coisas, ajudando a arrumar a barraca, vendo como faz café. Você também foi aprendendo com sua mãe, Liryane. Se não tivesse aprendido, como ia fazer agora que não mora aqui e acabou de se casar? Mas o Luan e o Lucas só querem saber de brincar. Já está na hora de começarem a aprender as coisas.

— Keli imediatamente chamou a atenção de Daiana, dizendo que era injustiça com os meninos, que sempre ficavam por perto quando o tio estava fazendo algum conserto no carro, querendo aprender. Ou então indo com o pai deles escolher produtos para vender na feira.

Daiana concordou, mas continuou afirmando que jogar bola e andar de bicicleta era o que eles mais gostavam de fazer.

Observar o desenrolar desta cena me permitiu refletir sobre a forma como a infância é um momento da vida de proteção, cuidado e de aprendizado sobre os valores, normas e costumes. É um período tanto para produzir o sentido de calunidade na infância, como “quanto no futuro, que se espera promissor”, destaca a pesquisadora Edilma Monteiro (2019).

Enquanto eu refletia sobre o que presenciara, percebi Ariel, Moisés e Lucas, que haviam se afastado, voltarem correndo para cobrar as outras crianças a brincadeira que nunca começava. Neste momento Vitória sugeriu irem brincar no campinho perto da barraca da sua tia Rosa.

O riso, a alegria e a energia contagiante das crianças junto ao desenrolar daqueles diálogos, especialmente as palavras de Liryane sobre o tempo da infância — que ela descreveu como um período de brincadeiras intermináveis, alegrias, além de tempo de aprendizagens, assim como destacou ela e Daiana - ressoavam no meu pensamento.

Enquanto as crianças organizavam a brincadeira, percebi que, muitas vezes, são as próprias crianças que nos lembram da preciosidade desse tempo. Não por acaso destaquei a

frase de Liryane para nomear esta seção: “O tempo da infância é muito bom! Coisa boa é ser criança”.

Assim, ao trazer as palavras de Liryane para o centro das nossas reflexões, reconhecemos o valor da infância, compreendendo-a como um período importante, que transcende fronteiras culturais e nos conecta através das experiências compartilhadas. Ainda que existam especificidades das infâncias em contextos variados, como destaca Monteiro e Goldfarb (2017), concordamos com as reflexões de Cohn, para quem a infância pode ser pensada como plural, pois “[...] o que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos socioculturais” (Cohn, 2005a, p. 22 apud Monteiro; Goldfarb 2017, p. 21)”.

No decorrer dos séculos, a maneira como a sociedade percebia a infância experimentou transformações significativas. Philippe Ariès (1981), ao traçar a história da infância por meio da pintura e da literatura, destaca que na Idade Média não havia uma distinção clara entre a idade adulta e a infância. Período em que “as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial (Sarmiento, 2004, p.3)”.

Entre os séculos XVII e XVIII ocorre uma mudança na compreensão sobre a infância. Conforme argumenta Ariès (1981), neste momento da história, a sociedade passa a reconhecer a infância como uma fase distinta da vida e conseqüentemente suas necessidades e características próprias. Levando ao surgimento de uma conscientização sobre as especificidades e singularidades das crianças e a importância de uma abordagem diferenciada em relação a elas (Sarmiento, 2004).

Importante destacar que, conforme apontam Monteiro e Goldfarb (2017), de acordo com pesquisas de Ariès (1981) presente no livro “História social da infância e da Criança”, o sentido de infância eclode no final do século XVII”, surge a partir do Ocidente e “se insere dentro de uma estrutura social generalizante, englobando todas as particularidades em torno desta ideia” (Monteiro; Goldfarb, 2017, p.21).

Ainda segundo Monteiro e Goldfarb (2017), diferentes autores, como Cohn (2005), Lopes e Nunes (2002), Tassinari (2007) e Codonho (2007) validam a importância do olhar direcionado às particularidades das experiências infantis nos diferentes contextos culturais. Estes pesquisadores ressaltam a especificidade de cada grupo social e suas peculiaridades; ou seja, apontam que cada grupo social possui suas próprias normas, valores e práticas relacionadas à infância. Esta percepção é necessária para uma compreensão mais profunda do desenvolvimento infantil nos diferentes grupos étnicos, entre eles o cigano.

Uma destas peculiaridades é a proteção e o cuidado intenso com suas crianças. Vale ressaltar que outros grupos também demonstram tal cuidado. No entanto, a resistência das mães em deixarem as crianças brincarem um pouco mais afastadas de suas barracas mesmo sendo dentro do acampamento, reforça a minha percepção.

Concordo com Monteiro (2019), quando diz que “as crianças ciganas são consideradas ativas e importantes, embora reconheçam um período de dependência destas em relação aos adultos” (Monteiro, 2019, p.256), assim como em relação a proteção constante no convívio do grupo com as crianças.

Talvez fosse por esta razão que Daiana demorava a conceder o pedido das crianças, embora Ariel e Natali permanecessem de olhos compridos e mãos postas pedindo a permissão para a brincadeira daquela manhã.

Difícil resistir àqueles sorrisos e ar de sapeca que as meninas faziam. Daiana e Keli se entreolharam e concordaram. As relações entre crianças e adultos mostram os pais provendo as vontades de seus filhos, tal como argumentam Monteiro e Goldfarb (2017), ao refletirem sobre o relacionamento entre os pais ciganos e seus filhos. Com o consentimento para a brincadeira, a euforia das crianças tomou conta do lugar. O que eu não imaginava era ser incluída na brincadeira:

— Vamos Alynne, vem brincar com a gente!

— Eu!?

— Sim, uai. Você vai ser a criança grande, respondeu Natali. E completou: Nós somos as crianças pequenas.

Todos rimos da forma como Natali falou. E eu quis saber o que era ser criança pequena e criança grande.

Ariel, se apressou em responder:

— Acho que ela quis dizer que você é adulta, tem idade e vai brincar com as crianças, por isto hoje você vai ser a criança grande. É só faz de conta! Faz de conta que hoje você é criança e é a criança grande.

A atitude de ser considerada a "criança grande" no mundo do faz de conta, reflete uma compreensão flexível e inclusiva da infância, pelas crianças, onde as fronteiras entre crianças e adultos no contexto daquela brincadeira poderiam ser borradas.

O imaginário é o espaço onde elas, as crianças, se reconhecem, transformam-se e criam cenários de sentidos para as coisas. “Afinal, para elas, o mundo, é o mundo do imaginário e ali ele tem sentido; para depois haver sentido para as coisas no mundo externo” (Raminho; Gonçalves, 2023, p.17).

No mundo mágico do faz de conta, ao me classificarem como uma criança grande, e elas as crianças pequenas, Ariel e Natali demonstram uma compreensão de que no decorrer da infância as crianças percorrem diversos grupos e subgrupos etários, assim como defendido por Sarmiento (2005). Este pesquisador completa seu pensamento sustentando que, ao longo da infância, as crianças também apresentam uma variação na sua capacidade de locomoção, de expressão e de autonomia de movimento, de ação etc.

Sarmiento (2005) propõe, então, o reconhecimento da singularidade biopsicológica de cada criança. Ao enfatizar as especificidades individuais de cada uma, nos conduz ao reconhecimento de que o desenvolvimento infantil é um processo complexo e dinâmico, influenciado por uma variedade de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Nessa perspectiva, as crianças são vistas como indivíduos únicos, em constante evolução e atravessando diferentes estágios de desenvolvimento.

Caminhando ainda com as ideias de Sarmiento, compreendemos que as crianças não são passivas em suas interações sociais. Pelo contrário são agentes ativos, constituem e são constituídas pelo ambiente onde estão inseridas. Assim, retomando o episódio em que fui incluída na brincadeira compreendemos a autonomia das crianças e reconhecemos a sua agência e participação ativa na cultura infantil.

Além disto, este episódio nos mostra que as crianças estão permanentemente envolvidas em negociações de poder e hierarquia em suas interações. Estas negociações acontecem tanto entre si, quanto com os adultos. Ao consentirem minha participação nas atividades infantis de forma igualitária, as meninas e meninos invertiam uma hierarquia tradicional de poder entre adultos e crianças, demonstrando uma capacidade de reconfigurar as relações de poder de acordo com o contexto e as necessidades do grupo.

E assim, na brincadeira de pique pega, fui a integrante designada a pegar os demais participantes. Em outra brincadeira, fui o alvo em quem a bola deveria atingir, fui também quem deveria empurrar o velocípede, virei estátua com o poder de uma varinha mágica feita de gravetos, fui a modelo para os mais diversos penteados, brincamos de roda, de boneca, de casinha, construímos garagens com pedregulhos e areia para o estacionamento dos carrinhos, brincamos de apostar corrida. Brincamos, brincamos e brincamos.

Mais do que uma atividade corriqueira, brincar é arte. É uma expressão genuína da alma infantil. As mãos habilidosas e curiosas dos pequenos, durante nossas brincadeiras transformaram um punhado de areia e pedregulhos em garagem, um graveto em varinha mágica, um pedaço de pano em lindos vestidos de festa, as pedrinhas viraram joias preciosas e as caixas

de papelão tomaram a forma de mini barracas, onde todos se reuniram para comer as deliciosas tortas de barro preparadas pelas crianças.

Ao brincar, para além da diversão, as crianças aprendem e se desenvolvem.

E a brincadeira propicia que experimentem o mundo, testem seus conhecimentos e descubram quem são. É uma oportunidade de desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e emocionais que colaboram para um crescimento saudável.

Manuel de Barros nos ensina que no jardim da infância, as brincadeiras são como versos sem métrica, livres para dançar com o vento. “Os cientistas podem analisar as chuvas, mas são as andorinhas que verdadeiramente as compreendem” (Barros, 2000, p. 59). E assim, as crianças, como sábios adivinhos, desafiam tanto o tempo quanto o espaço através da sua capacidade de sonhar e imaginar mundos além da sua realidade imediata. E o brincar é uma destas possibilidades.

A importância do ato de brincar se encontra tanto na exploração de conceitos e contexto do mundo concreto, real quanto na criação de situações simbólicas e imaginárias: brincadeiras de faz de conta – jogos simbólicos. Ao se envolverem em atividades lúdicas, as crianças interagem com objetos, espaços e situações presentes no ambiente físico propiciando o desenvolvimento de habilidades sociais, linguísticas e cognitivas.

Além disto, a brincadeira, e em específico a brincadeira de faz de conta se refere a criação de personagens e situações fictícias onde as crianças exploram cenários imaginários, o que possibilita assumirem diferentes papéis. Desta forma as crianças têm a possibilidade de construção de suas próprias narrativas.

Nos espaços do acampamento, o brincar é um passatempo e, simultaneamente, mais do que um passatempo. É uma forma de conexão com o mundo ao seu redor, em que a brincadeira pode ser interpretada como um elo com suas raízes culturais. O brincar é também um dos pilares da cultura infantil, que falaremos na próxima sessão.

Figura 17 – A Corrida.



Natali, Ariel e Layane. Fonte: Acervo pessoal da autora, 25 de novembro de 2023.

3.1 “Faz de conta que estamos no salão: A madrinha da noiva tem que estar bem bonita!”: Diálogos com a sociologia da infância e a importância da brincadeira

Figura 18 – Brincadeira de Salão



Natali e Ariel. Fonte: Acervo pessoal da autora, 18 de dezembro de 2023.

“A madrinha da noiva tem que estar bem bonita!”. Dita de uma forma melodiosa, a frase que nomeia esta seção foi de Natali, 9 anos, Calin do acampamento de Igrejinha. Era um dia de brincadeiras com sua prima Ariel, 8 anos. Neste dia, apesar de gostarem de brincar de pique, no campo em frente ao acampamento, de escolinha ou de casinha, optaram por brincar de salão.

Ariel se dedicava a massagear as mãos de sua prima e depois habilmente pintava suas unhas com esmalte do tom de sua imaginação. Também se dedicava a fazer a limpeza de pele, a maquiagem e o penteado: soltava os cabelos de Natali e depois tornava a prendê-los.

Enquanto se dedicavam a esta tarefa, conversavam sobre as expectativas da festa para a qual estavam se arrumando:

— A comadre Rosa está um nervo só. Também, casando a primeira filha! — disse Natali.

— Ela está linda. Acabou de colocar o vestido e já vai fazer a maquiagem — respondeu Ariel.

— Minha afilhada vai ser a noiva mais linda que você já viu — afirmou Natali.

— Vai ser um festão — comentou Ariel.

— Vai sim. Tem dois dias que o povo está festejando — concordou Natali.

— Vou fazer um penteado lindo — disse Ariel.

— Não esquece de colocar muito grampo, tá! — lembrou Natali.

Luan, irmão de Natali, estava brincando de bicicleta com Lucas, de oito anos. Ao passar por perto, também foi inserido na conversa:

— O padrinho está mais atrasado que a noiva! — exclamou Natali.

— Ele chegou — informou Ariel.

— Ariel, fala para ele que a noiva está pronta. Ele já pode ir organizar a carreata pra Igreja — instruiu Natali.

Luan achou graça, parou sua bicicleta e entrou na brincadeira.

Chamou Lucas para se unir a eles, mas não teve sucesso. Lucas estava mais interessado em ajudar o seu tio no conserto de uma caminhonete.

As crianças não se importaram com a recusa de Lucas e continuaram a brincadeira.

Luan correu na barraca de sua mãe e pegou uma caixinha de som. Iriam improvisar um bailinho e a sua caixinha de música era melhor do que a de sua tia Keli, ele dizia, enquanto corria para ir buscá-la.

Keli, a mãe das crianças, também entrou na brincadeira e pediu a Luan que colocasse músicas dos cantores Marcos e Mateus. De acordo com ela, não haviam melhores cantores do que esta dupla. Festa de cigano sem muita música e dança não era festa de cigano. As crianças dançaram, brincaram e até ganharam suco e biscoito para servir de banquete para a festa.

O que acontecia ali não era uma cópia do que elas presenciavam no seu cotidiano nos dias de preparativo para as festas. Mas, como afirma Corsaro (2002), fizeram uma reprodução interpretativa da cultura. Dito de outra maneira, as crianças não apenas reproduzem a cultura que recebem, mas também a transformam, adaptando-a às suas realidades e necessidades, demonstrando uma capacidade criativa significativa.

O processo é reprodutivo no sentido em que as crianças não só internalizam individualmente a cultura adulta que lhes é externa, mas também se tornam parte da cultura adulta, isto é, contribuem para a sua reprodução através das negociações com adultos e da produção criativa de uma série de culturas de pares com as outras crianças (Corsaro, 2002, p.115).

Sobre a cultura de pares, este autor sustenta que a cultura de pares se trata de "um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com os demais" (Corsaro, 2011, p.128), inclusive com os adultos. Argumenta, ainda, que, as crianças são agentes ativos na construção de suas próprias culturas infantis e na negociação de significados em suas interações diárias.

Manuel Sarmiento (2003), também complementa o pensamento de Corsaro ao afirmar que as culturas da infância constituem um reflexo mútuo entre as produções culturais dos adultos para as crianças e as geradas pelas crianças nas suas interações de pares. Nesta interação, as crianças se apropriam da cultura e a produzem. Tais reflexões reforçam o que já dissemos anteriormente, e evidenciam que as crianças não são meras receptoras da cultura que as cerca, mas são sujeitos ativos que se apropriam e reinterpretem esses elementos, como Natali, Ariel, Luan e Lucas a todo instante demonstram.

Sarmiento apresenta quatro eixos estruturadores das culturas da infância: a reiteração, a fantasia do real, a ludicidade e a interatividade. De acordo com o autor, a interatividade refere-se à capacidade das crianças de interagir com outras crianças e com adultos. Essa interação é fundamental para o desenvolvimento social e emocional, permitindo que as crianças aprendam a se comunicar, cooperar e compreender diferentes perspectivas.

A fantasia do real permite que as crianças criem mundos imaginários, onde o real é transformado e reinterpretado. Através da fantasia, as crianças expressam suas emoções, enfrentam medos e constroem narrativas pessoais.

Sobre a reiteração, Sarmiento (2004) se refere a um tempo não linear, mas recursivo. Isso significa que as crianças revisitam experiências, histórias e brincadeiras repetidamente. Essa repetição não é monótona; pelo contrário, é uma forma de construir significado e consolidar aprendizados ao longo do tempo.

A ludicidade é essencial para a aprendizagem e a sociabilidade das crianças. Ela envolve atividades lúdicas, como brincadeiras, jogos e imaginação. Por meio do lúdico, as crianças exploram o mundo, experimentam diferentes papéis e desenvolvem habilidades cognitivas e emocionais.

Através da brincadeira, as crianças aprendem a resolver problemas, negociar, compartilhar e colaborar, habilidades que são essenciais para a vida em sociedade. Brincar transcende a simples recreação e se configura como uma forma complexa de comunicação.

Assim as crianças se divertem, se expressam e compreendem emoções, pensamentos e percepções sobre o mundo ao seu redor e sobre si mesmas, além explorarem e desenvolverem

sua identidade, experimentam diferentes papéis sociais e interagem com o ambiente e com outras pessoas.

Kishimoto (2010), enfatiza que brincar é uma atividade natural e essencial para as crianças. Ela argumenta que, por meio do brincar, as crianças desenvolvem habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais. A autora, explora a relação entre o brincar e a cultura, mostrando como as brincadeiras refletem e são influenciadas pelos contextos culturais e sociais Kishimoto (2010). E complementa definindo que

[...] o brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condução um produto final relaxo, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário (Kishimoto, 2010, p. 1).

Brincar é uma produção cultural da infância e se refere à atividade lúdica das crianças como um processo de criação e recriação de significados, ações e ao modo como elas interagem e constroem maneiras de interpretar o mundo. O brincar é visto como um espaço de criatividade, curiosidade e invenção, onde as crianças desenvolvem relações com o meio, percebem o mundo e se projetam nele.

Refletindo sobre os estudos da pesquisadora Marlene Barra (2010) com crianças de São Tomé, no texto “Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada?”, percebi que, para as crianças ciganas do acampamento de Igrejinha, em Juiz de Fora, não existem regras estabelecidas para os momentos lúdicos. Ao contrário das crianças de São Tomé, que brincam após as tarefas domésticas ou compromissos sociais, como missa e catequese, as crianças ciganas não são solicitadas a realizar esses afazeres como uma obrigação.

No acampamento, as crianças se ocupam das tarefas escolares e o tempo livre é dedicado às brincadeiras, sempre realizadas no entorno da barraca, com a atenção de algum adulto. As crianças que não estão em idade escolar, quando não estão acompanhando suas mães no comércio de panos de prato, também brincam sem serem solicitadas de forma obrigatória para as atividades domésticas ou do cuidado com a criação dos animais.

Vale ressaltar que, aos poucos, na medida em que vão crescendo, elas vão assumindo algumas responsabilidades, mas é através das brincadeiras que aprendem o que será importante em suas vidas.

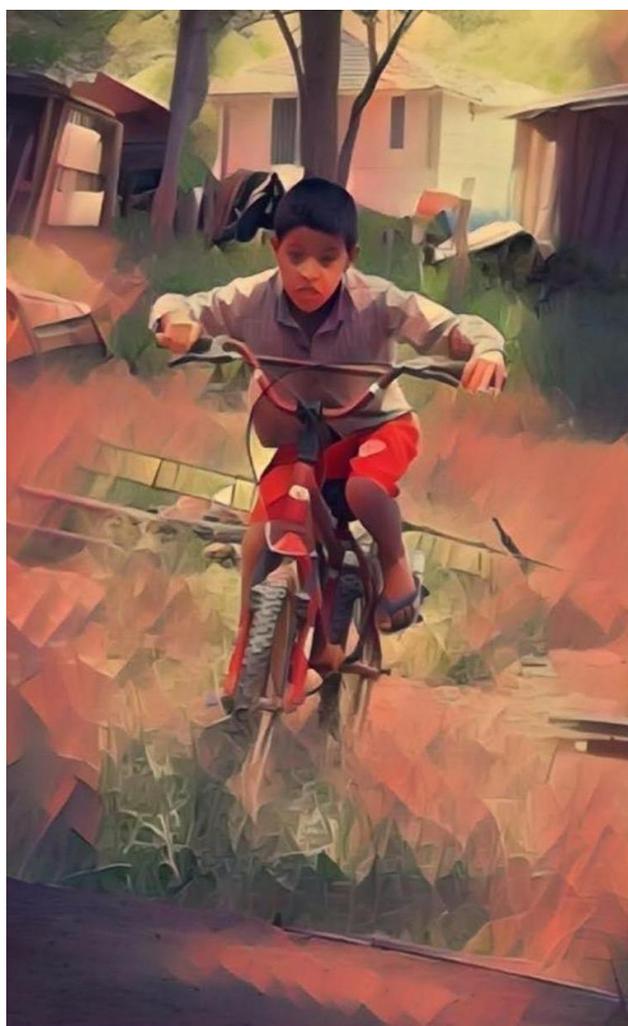
Apesar de os meninos gostarem muito de brincar de bola, negociar é uma brincadeira presente no cotidiano: brincar de negociar carrinhos. Trata-se de uma forma de reproduzir na

interpretação deles a função social do homem no acampamento. O menino é preparado para a berganha, ou seja, para os negócios. Então, desde cedo, ele brinca de berganha.

Brincar de cuidar de uma boneca ou fazer comidinhas, ou de se enfeitar, como a brincadeira de salão pode ser considerado uma ação comum, no entanto estas ações demonstram como as crianças estão atentas as regras do mundo adulto e reproduzem padrões da sua cultura.

No acampamento, aprendi com as crianças que brincar é uma forma de comunhão com as coisas, permitindo que elas transformem a realidade e expressem sua cultura, conhecimento e sentidos de maneira singular e autêntica, “sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério” (Sarmiento, 2004, p. 25).

Figura 19 – Luan e sua bicicleta



Luan. Fonte: Acervo pessoal da autora, 25 de novembro de 2023.

3.2 O passado me traz uma lembrança do tempo que eu era criança: As brincadeiras de infância guardadas no tempo do coração

Figura 20 – A venda dos panos de pratos



Dona Lena. Fonte: Acervo pessoal da autora, 08 de outubro de 2022.

Naquela manhã de sábado, o céu de primavera claro e de tons suaves permitia que a luz do sol realçasse a beleza do Parque Halfeld¹³. Dos dias da semana, este se destacava como ideal para que os vendedores ambulantes lucrassem mais com suas vendas. Sabendo disto, era comum nestes dias encontrar as ciganas, gajins e gajons no centro da cidade comercializando produtos variados: panos de prato, canetas, balas e doces em geral. A avenida Rio Branco, principal da cidade, que passa em frente ao Parque Halfeld, era o lugar escolhido por alguns vendedores, entre eles Dona Lena, mais conhecida naquele quarteirão como a Cigana Lena.

¹³ No centro da cidade de Juiz de Fora, o Parque Halfeld é uma área arborizada tombada pelo patrimônio municipal. Encontra-se entre ruas de grande importância comercial e histórica, o que torna o espaço amplamente utilizado devido à sua posição estratégica.

Ao perceber minha aproximação, me cumprimentou e disse:

— Hoje a rua está cheia, acho que as vendas serão boas. Assenti com a cabeça e comentei que aqueles panos estavam tão coloridos quanto as flores do jardim do outro lado da rua.

Ao observarmos a imagem que abre este capítulo, embora não diga sobre a quantidade de pessoas que circulavam naquele momento, captura uma fração do movimento de pedestres no centro da cidade. O que anunciava os bons negócios, como suspeitava dona Lena. E, para tanto, dispunha os produtos em uma mesa improvisada feita de papelão, de uma forma que pudesse chamar a atenção de possíveis compradores.

Inspirada pela atmosfera daquela manhã, ou quem sabe pelo perfume das flores, ou, talvez, tanto pela atmosfera quanto pelo perfume das flores, as memórias afetivas de dona Lena tomaram espaço em nosso diálogo. E justifico: com um olhar contemplativo, ela me disse que se fechasse os olhos poderia retornar aos tempos de sua meninice, um tempo do coração. E então, se veria em lugares que lembravam o mesmo aroma de flores, como aquelas do Parque Halfeld.

Assim, guiada por Rubem Alves (1999), podemos compreender que o tempo do coração, ao contrário do tempo mecânico (o tempo previsível do relógio), é um tempo de emoções e nuances, repleto de surpresas e guarda as preciosidades das experiências humanas, “ao coração, falta a precisão dos cronômetros” (Alves, 1999, p.158), suas batidas testemunham nossas memórias e bailam no compasso da vida.

Ao discutir a natureza do tempo, Rubem Alves (1999) recorre aos gregos, que segundo o autor, tinham duas palavras diferentes para indicá-lo: Chronos, que indicava o tempo da batida do relógio, e kairós, que indicava o tempo da batida do coração. Chronos é o tempo mecânico e dividido em unidades regulares, é o tempo indiferente às emoções dos seres humanos. Kairós, por outro lado, é o tempo do coração, sua característica são as batidas emotivas.

Nosso grupo de pesquisa se interessa muito pelos conhecimentos africanos. Aprendemos com Fu-Kiau (1996), por exemplo, que o Tempo para o povo Kongo é uma “coisa”¹⁴ cíclica. Não tem um começo nem um fim, afirma. O pesquisador congolês ensina, ainda, que uma das palavras-chave para a compreensão do Tempo é “ntangu”, que tem uma de suas raízes na palavra “tanga” – contar, ordenar, acumular, entrar, voltar e sair. Ainda de acordo

¹⁴ Tradução do original **NTANGU TANDU KOLO, The Bantu-Kongo Concept of Time**. Autor: FU-KIAU, B. K. K. Originalmente publicado em: ADJAYE, J. K. (Org.). *Time in the Black experience: Contributions in AfroAmerican and African studies*. London, 1994. Traduzido para uso didático por Mo Maiê (2016). Visto em: <https://terreirodegrios.wordpress.com/2021/05/30/ntangu-tandu-kolo-o-conceito-bantu-kongo-do-tempo/>

com Fu-Kiau, o mesmo verbo pode ser traduzido por “dançar” e “ler”, e caminhar com seus próprios “ntanga” (pés, pernas).

As batidas emotivas do coração talvez tenham conduzido uma dança cíclica no Tempo que, naquele momento, recuperavam as memórias de infância de dona Lena. Com elas, passaremos a falar a seguir.

3.3 O que a memória ama se eterniza no coração: lembranças de brincadeiras de infância na perspectiva de dona Lena

Uma paisagem, uma melodia, um sabor, um aroma. Esses são elementos capazes de reativar nossa memória e resgatar o que um dia foi vivido. Rememorando sua infância, Dona Lena dizia experimentar tais sensações, e relatava que a atmosfera daquela manhã e o perfume daquelas flores a retornavam para lugares distantes no tempo, mas presentes no seu coração.

Fechando os olhos é como se eu pudesse sentir o gosto e o perfume das frutas recolhidas dos pomares próximos de onde arranchávamos e montávamos acampamento. E acrescentou ao repertório de suas lembranças as brincadeiras: correr pelas estradas, fazer comidinhas de barro, brincar na chuva, construir seus próprios brinquedos, a exemplo das bonecas de sabugo e palha de milho.

Subir em árvores e saborear as frutas no pé, fabricar panelinhas de latas de óleo ou de argila, fazer tortinhas de barro, brincar de acampamento construindo barracas com sacos de arroz, era uma liberdade que todas as crianças do acampamento tinham. Tudo isto fazia parte da infância de dona Lena, como ela relatava. São coisas de tão longe no tempo, porém tão vivas na memória, de tal forma que parecem estar acontecendo agora, ela dizia.

É possível que o que disse Riobaldo, o jagunço herói, protagonista e narrador de “Grande Sertão: Veredas”, guarde semelhança com o que pensa dona Lena: “Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.” (Rosa, 1994, p. 132). E, neste caso, estas horas antigas são um presente, como afirmou dona Lena: dá até um quentinho no coração lembrar de tudo isto.

Segundo Machado (2021, s.p.), a lembrança é o “ato ou efeito de recordar-se daquilo que foi arquivado na memória”, e a memória, segundo Lira (2014), é a capacidade cognitiva de armazenar informações em algum lugar do nosso cérebro, podendo ser tanto individual quanto coletiva. As memórias individuais não são compartilhadas diretamente com o grupo por pertencerem somente ao indivíduo.

Sobre a memória coletiva, Maurice Halbwachs (1990), em seu livro “A memória Coletiva” sustenta a ideia de somente conseguimos rememorar fatos passados de nossa existência ao estarmos em contato com os outros, mesmo eles não estando presentes. Isto porque, segundo o autor, em nossas memórias evocamos lembranças do grupo.

Arendt e Bortoluzzi (2012), afirmam que a memória individual pode ser compreendida como um ponto de vista que emerge da memória coletiva, a qual se constitui pelo “estabelecimento de diversas relações efetuadas entre os meios sociais capazes de originar uma série de representações que ficam armazenadas em nossa consciência e são resgatadas em momentos oportunos” (Arendt; Bortoluzzi, 2012, p. 2).

Neste caso, ao resgatar suas memórias de infância, dona Lena acessava memórias que faziam parte de sua individualidade ao descrever situações vivenciadas por ela, tanto quanto as memórias do seu grupo étnico através de seus saberes e fazeres. Ela não estava só, conforme esclarece Halbwachs (1990). Em sua reflexão, Halbwachs enfatiza que é na interação de uns com os outros que as lembranças se constituem.

Desta forma, mesmo que um evento tenha sido a experiência de uma só pessoa, lembrar deste evento terá influências das experiências e perspectivas das outras pessoas que estavam presentes no mesmo evento, ou que contribuíram para que ele ocorresse.

Dito de outra maneira, podemos compreender que, apesar de uma aparência de individualidade, a memória é, essencialmente, um fenômeno coletivo. Afinal, as ações, sentimentos e ideias surgem, como relata Arendt e Bortoluzzi (2012), do processo colaborativo dentro do grupo. Assim, o individual e o coletivo são agentes que se complementam nesse processo.

Prosseguindo a narrativa de suas recordações, dona Lena explicou que suas bonecas eram feitas de espigas de milho: *as espigas mais bonitas*. O milho, como destacado por Amado (2007), “por onde quer que ele se semeie, deu origem a muitas tradições lúdicas; a sua cana, as suas folhas e as suas espigas, por todo o mundo foram materiais aproveitados para a produção de variados brinquedos simples” (Amado, 2007, p. 74), entre eles, as bonecas. Os carrinhos de lata de óleo, as roupinhas e até mesmo as próprias bonecas muitas vezes eram confeccionadas pelas próprias crianças.

As bonecas se tornam assim, personagens de histórias que tem sua existência festejada nos momentos de divertimento para as crianças. Em suas mãos, as bonecas fazem florescer a imaginação e se transformam em fontes de memórias felizes. Para dona Lena, as bonecas ajudavam a compor cenários de encantamento de suas brincadeiras de infância: são as

madrinhas, convidadas, a noiva e o noivo dos casamentos. O casamento do senhor Sabugo de Milho e da boneca Susi parece ter sido o mais memorável de todos.

3.4 O casamento do sabugo de milho com a boneca Susi

— O lugar da cerimônia e da festa já estava arrumado um dia antes dos meus primos e minha madrinha chegarem. Quando ela vinha nos visitar era muita alegria. Naquela ocasião ia ter um batizado, não me lembro de quem. Choveu de madrugada. No dia seguinte estava tudo desmanchado. Quando fomos ver não acreditamos no que tinha acontecido. Achei que não teria brincadeira naquele dia. Mas meu tio, vendo a cara de choro de todo mundo, resolveu ajudar. Fizemos tudo de novo. Santa chuva! Até minha mãe deu café com biscoito, minha tia deu broa e a mãe de uma outra cigainha deu ki suco pra gente colocar pra festa do casamento. Empolgados, meu irmão e meus primos correram para pegar ingá na beira do rio e tinha banana também. Eu vesti minha boneca, a boneca Susi, claro. Coloquei flores na grinalda dela. A grinalda era feita de filó. As nossas bonecas de espigas de milho e as de pano eram as convidadas, todas sentadas em banquinhos de pedra. Neste dia eu usava um vestido amarelo, todo bordado, a filha da minha madrinha usava vestido com muitos babados, meu irmão calça preta e blusa azul de botão. Um dos meus primos foi o padre. O noivo teve que ser um boneco de espiga de milho. Eu conduzi a noiva e o meu irmão o noivo. A cerimônia foi rápida porque todo mundo estava interessado era mesmo na festa (risos). Ameaçou ter uma briga na hora do baile, porque um outro primo queria dançar com a filha da minha madrinha. Nossa avó dizia que eles seriam noivos, então ele já achava que ninguém mais poderia dançar com ela sem a sua permissão. A confusão não durou. Minha bisa ralhou com eles e ficou tudo certo. A gente respeitava muito a avó, a bisa e os tios também. A gente respeitava muito todos os mais velhos. Depois do tumulto foi só alegria. Teve dança, teve folia e muita alegria. Nestas ocasiões, nossos pais nos deixavam brincar juntos. Éramos pequenos, se já fôssemos maiorzinhos aí não podia não.

O encantamento que as crianças sentem em relação às bonecas é atemporal. Atravessa gerações e culturas. É um fenômeno que vai além da estética do brinquedo, envolve a capacidade que as crianças possuem de atribuir vida a algo que no mundo do faz de conta, deixa de ser um objeto inanimado. Quando no momento da brincadeira as crianças dizem: faz de conta que... “pedaço de pau vira espada mágica, vassoura vira cavalo, cadeira vira avião”, disse Raquel de Queiroz (2009), em sua obra “Memória menina”.

No faz de conta das brincadeiras do seu tempo de criança, as bonecas de dona Lena eram as noivas, as madrinhas e as convidadas das festas de casamento organizadas por ela e outras crianças do acampamento. Os cabos de vassoura viravam cavalos e as latas de óleo viravam carrinhos e panelinhas. Estes poderiam servir para as brincadeiras de barganhar.

— Além das bonecas de espigas de milho ou de pano, eu tinha uma boneca de verdade. Ter a Susi fazia de mim muito importante, porque quase nenhuma outra menina tinha. Naquela época era só eu e minha prima. Estas bonecas eram nosso xodó e com elas brincávamos de fazer casamento, enfeitava o cabelo delas com flores e tinha até vestido de noiva, que eu costurava na mão mesmo.

Dona Lena lembrou também de outros brinquedos feitos por outras crianças:

— Meu irmão e meus primos brincavam de cavalinho feitos de cabos de vassoura ou qualquer outro pedaço de pau que encontravam. Muitas vezes eles barganhavam os cavalinhos, os carrinhos de lata de óleo, os estilingues, ou o que eles achavam que poderia ser negociado.

As bonecas são brinquedos que podemos encontrar em todas as culturas. Mefano (2005) pontua que sua origem exata se perdeu no tempo. No entanto, pesquisas indicam que há 40 mil anos, no continente africano e na Ásia, foram encontradas as primeiras estatuetas de barro feitas para rituais e posteriormente ocorreu uma transição das bonecas que passaram de ídolos a brinquedos. Historiadores que pesquisam sobre o tema consideram que esta mudança ocorreu no Egito há cinco mil anos. De acordo com a mesma autora, foram feitas descobertas arqueológicas de bonecas esculpidas em madeira dentro de túmulos de crianças egípcias, datados deste período.

Nos chama a atenção a referência de dona Lena ao falar de uma boneca industrializada como sendo uma “boneca de verdade”, a referência era às bonecas industrializadas, que, segundo afirmou, eram da fabricante de brinquedos Estrela - uma marca famosa da época. Ter um brinquedo industrializado tornava a experiência mais especial e elevava a autoestima de quem possuísse uma boneca deste tipo.

As inovações tecnológicas que ocorreram no final do século XVIII e que se estendem até os dias atuais provocaram, segundo Mefano (2005), tiveram como efeito uma transformação significativa na fabricação de brinquedos, o que levou a ruptura do sistema de produção artesanal/tradicional. Desta forma, a consequência foi a mudança no padrão de consumo da sociedade, que passou a adquirir brinquedos industrializados - o que justifica o desejo de muitas crianças por tê-los. Como podemos perceber no encantamento de dona Lena ao demonstrar a importância de ter uma boneca industrializada.

No início do século XX, nos anos de 1930, o governo de Getúlio Vargas imprimiu uma política de incentivo a indústria brasileira. Data deste período os primeiros anos da indústria de brinquedos no país. Período em que, conforme exposto também por Mefano (2005), para as crianças de famílias mais abastadas, em geral, os brinquedos eram importados da Europa, como carrinhos de lata ou bonecas de porcelana. No entanto, a maioria das crianças das classes médias e baixa brincavam com bonecas de pano, de sabugo ou palha de milho e carrinhos de madeira artesanais ou de latas de óleo. Estes brinquedos eram produzidos por costureiras e artesãos em pequenas oficinas, como relata a autora, ou pelas próprias crianças, como descreveu dona Lena se referindo a confecção dos vestidos de suas bonecas.

Mefano (2005), enfatiza a importância de se observar que, por vezes, os brinquedos industrializados não refletiam adequadamente a realidade social das crianças pertencentes às classes média e baixa. A comercialização desses produtos muitas vezes resultava em representações distantes das vivências e contextos sociais desses grupos, apontando para uma desconexão entre os brinquedos disponíveis no mercado e a diversidade de experiências infantis. O que é perceptível nas lembranças de dona Lena:

— Na hora da brincadeira, separávamos as bonecas: as de palha e sabugo de milho, e as de pano eram as convidadas ou madrinhas do casamento, e as de verdade eram as noivinhas. Ter uma boneca de verdade era um sonho para muitas meninas do acampamento, mas naquela época era difícil pelas condições. Nem todo mundo tinha possibilidade de comprar.

“A memória da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento” (Rosa, 1994, p.132), disse Guimarães Rosa, dando voz mais uma vez a Riobaldo. E Riobaldo tem razão: em nossas vidas existem trechos diversos, alguns felizes e outros nem tanto.

Trechos que trazem sentimentos de alegria, um pouco de nostalgia e outros não tão agradáveis. Este trecho da vida de dona Lena fazia seus olhos brilharem durante sua narrativa. A despeito das dificuldades que atravessavam naquela época, quando estavam sempre levantando acampamento de um lugar para o outro, e dos olhares desconfiados dos colegas de escola no período em que chegou a frequentá-la, como ela relatou, as brincadeiras de infância, e, em específico, as de casamento, eram momentos especiais:

— Se tivéssemos sorte, nossas mães nos davam pedaços de broa, biscoitinhos de fubá ou bolinho de chuva para a festa do casamento, que servíamos nos nossos pratos de ágata. Mas na maior parte das vezes cozinávamos de mentirinha, fazíamos bolo de barro. Neste caso servíamos nas panelinhas de argila ou tachinhos de lata de óleo que nós mesmas fabricávamos.

Os tachinhos, bem ariados, assim como os que ficavam nas barracas de nossas mães, pendurávamos nas nossas minis barracas (Maria Helena, 10 de dezembro de 2022).

Brincadeiras de comidinha feitas de barro é um clássico da infância. De acordo com Machado (2022), atravessa gerações e é encontrada em várias culturas e lugares do mundo. É necessário apenas “um pedacinho de terra, num parque, no pátio da escola, no quintal ou até mesmo um vaso de planta” para que tenha condições de acontecer (Machado, 2022).

Tantos momentos felizes, tão bom recordar, comentou dona Lena, prosseguindo em sua narrativa:

— Às vezes meu irmão brincava também, embora não gostasse muito de fazer as tortinhas de barro. Mas quando a brincadeira era de festa de casamento, ele aparecia. Claro, isso acontecia na maioria das vezes na hora do baile (risos) e das comilanças: os quitutes que nossas mães deixavam a gente pegar, e as frutas que ou pegávamos nas estradas, tipo amora (aquelas que dão em pequenos arbustos) ou mangas dos pomares vizinhos, que enchiam nossos momentos de alegria. É, a gente gostava mesmo era das brincadeiras de casamento (Maria Helena, 20 de outubro de 2022).

A memória de dona Lena pareceu como que gravada em “cera virgem”, assim como Hampâté Bâ se refere a sua própria memória em Amkoullel, o menino Fula (Bâ, 2003, p.13). Desta forma, este importante escritor malinês, mestre na tradição oral africana, destaca o papel da memória e sua importância.

Para ele, “uma das peculiaridades da memória africana é reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada em sua totalidade, tal como um filme que se desenrola do princípio ao fim, e fazê-lo no presente” (Bâ, 2003, p. 208).

Assim como Hampâté Bâ (2003), ao falar do traje do primeiro comandante de circunscrição francês com o qual teve contato em sua infância, dona Lena também descrevia com precisão os detalhes de suas brincadeiras. O som, o cheiro, as cores, os trajes das pessoas, os brinquedos que construíamos, vejo tudo em minhas lembranças, como um filme, comentava dona Lena enquanto descrevia a suas brincadeiras.

Ao ouvir estes relatos, era possível ser transportada para aquela cena. “Parece existir no cérebro uma zona específica, que poderíamos chamar de memória poética que registra o que nos encantou, nos comoveu, o que dá beleza à nossa vida”, nos diz Milan Kundera (2023, p. 12). E este lugar, nas lembranças de infância de dona Lena, período da vida apontado por Moreyra (2023) como um período de ricas memórias, transbordava emoção em cada recordação.

Estas lembranças podem ou não ser felizes. Porém, os espaços do acampamento, os banhos de rio, as brincadeiras de casamento aparecem como marcas fortes nestas memórias

de forma positiva. Até mesmo as reprimendas não são lembradas com amargura. Situações que aconteciam principalmente quando brincavam de ler mão:

— Eu gostava também de brincar de ler mão. Mas brincar de ler mão!? Deus do Céu isto era motivo de castigo. Mas quando os mais velhos não estavam olhando, a gente brincava sim, era uma pequena travessura. Nos dividíamos em quem seriam as clientes, que eram mais as gajins do que os gajons, e quem seria a cigana que leria a mão. Era divertido imitar as gajins. Agora, se nossos pais pegassem, cada uma de nós tomava um rumo, a brincadeira acabava na hora, e a gente ficava de castigo.

Questionada os motivos para esta interdição, dona Lena explicou que as crianças podiam ver coisas ruins e ficar impressionadas. Ou então, na brincadeira, perceber algo durante a leitura que poderia assustar a pessoa. O que já teria acontecido com crianças de seu acampamento.

E, de novo, Riobaldo nos surge, e agora parece sussurrar aos ouvidos de dona Lena “O que lembro, tenho” (Rosa, 1994, p 260), o que significa dizer que as lembranças são um patrimônio. Riobaldo tem em sua memória as aventuras no sertão das Gerais, lembrança de amores, de amigos e inimigos, de vitórias e derrotas. Dona Lena, por sua vez, tem igualmente em suas lembranças um valioso patrimônio: as brincadeiras de sua infância, destacada em suas lembranças. Em cada lembrança tece um cenário do passado bordando cada fragmento com as cores da emoção.

Para Riobaldo, as memórias dão testemunho e sentido a sua vida. Igualmente, dona Lena, ao recordar sua infância, dizia que os lugares por onde passou, as cidades e as pessoas que conheceu, o que viu e ouviu, o que foi bom e o que nem tanto, eram sua vida. Algo que guardava com carinho por dar significado a sua história. Em outras palavras, podemos compreender que o que diz dona Lena se aproxima do que diz Rusen (2009): “a memória torna o passado significativo, o mantém vivo” (Rusen, 2009, p. 164).

Como rios distintos a correrem por paisagens diversas, as lembranças de Riobaldo e Dona Lena nos levam a conhecer suas vidas e, através delas, sua cultura. Riobaldo caminha em suas lembranças pela aridez do sertão, dos conflitos e das incertezas. Dona Lena, através das lembranças das brincadeiras, acalenta em sua memória de infância momentos de alegria e a vivência de suas tradições.

A lembrança da infância para algumas pessoas são um carinho, especialmente as lembranças das brincadeiras de criança. Cada brincadeira era à sua maneira, no seu tempo de infância, um convite para novas aventuras, garantia dona Lena. Isto porque a brincadeira é uma oportunidade de criar, aprender e experimentar. Brincar na chuva, pular em poças d’água,

construir barracas, brincar no rio, jogar bola, brincar de casamento, de casinha, de acampamento, a diversidade de expressões da brincadeira não tem limites.

Ou melhor dizendo, sua diversidade tem a vastidão da imaginação de uma criança. Disto sabia Joãozito, o menino encantado de Carlos Fragata (2018), personagem principal do livro João, Joãozinho, Joãozito. Para brincar de missa (uma de suas diversões), rendas e panos viravam a roupa do padre Joãozito. Caixotes forrados com lençóis de linho se transformavam no altar. As crianças da vizinhança e seus irmãos e sua irmã viravam sacristãos e fiéis. “Tudo muito sério, mãozinhas postas, anjinhos sem asas, todos compenetrados em seus papéis” (Fragata, 2018, p. 22).

É fascinante observar como no mundo do “faz de conta” as crianças desempenham papéis ativos na criação dessas narrativas. Criam mundos inteiros onde qualquer objeto pode desempenhar papel de destaque. O encantamento está na capacidade de atribuir vida a algo que apesar da aparência de simplicidade, aos olhos de uma criança é fonte infinita de inspiração.

Ao brincarem com objetos que podem ser interpretados sem significado, a exemplo de vassouras, galhos e pedras, pedaços de madeira, caixotes e panos, celebraram missas, como Joãozito ou reproduzem as barracas e o cotidiano, como dona Lena.

Para além de se divertirem, as crianças constroem um mundo exclusivo, um “mundo próprio”. Nele, experimentam e reconhecem realidades que sim, são significativas para elas. Walter Benjamin argumenta que esse mundo é uma esfera particular, um “pequeno mundo inserido no grande” (Benjamin, 2002, p.104), onde a criança experimenta e reconhece uma realidade que é única para a ela.

Em suas recordações das brincadeiras, dona Lena revela alguns elementos constitutivos de sua cultura propiciando um olhar sobre a importância dos laços familiares, o respeito aos sábios de sua comunidade: os idosos do acampamento, aspectos sociais e uma rápida citação a forma de renda dos ciganos.

Para os ciganos, a infância é um período que compreende a proteção dos familiares para com suas crianças, principalmente seus pais, tendo início desde a gestação até o momento do casamento. A infância é uma etapa de aprendizagem, momento no qual as crianças aprendem ser “Calons e Calins e, num período final desta fase, é o momento da preparação, tempo quando começam a realizar atividades segundo a divisão de gênero do grupo” (Monteiro, 2015).

As crianças absorvem a cultura na qual estão inseridas e contribuem para construir, transformar, reinterpretar e reinventar os elementos culturais em suas brincadeiras. Brincar, para uma criança, é um fenômeno tão natural quanto respirar, tão intrínseco quanto sorrir e é um dos pilares das culturas da infância.

Através das lembranças de suas brincadeiras, dona Lena nos aproxima dos conceitos das culturas da infância.

Pelas descrições das memórias de dona Lena, imaginei a poesia, os risos, a alegria, a diversão destas brincadeiras, e reproduzo, em alguma medida, na imagem que se segue:

Figura 21 – Brincando de casar as bonecas



Fonte: A autora – reprodução através de aplicativo de ilustração (Copilot Designer) - 20/12/2024

4 E O JOSUÉ MERECE? MERECE, MERECE SIM: O CASAMENTO DE GISELE

Figura 22 – O casamento de Josué e Gisele



Josué e Gisele. Fonte: Acervo pessoal da autora, 16 de julho de 2022.

Seis horas da manhã. O relógio desperta. Nem precisava, já estava acordada. Aliás, nem havia dormido direito. A ansiedade pelo dia do casamento era enorme. Dei um salto da cama para ir me arrumar. O dia clareava e os barulhos dos ônibus já denunciavam que a cidade também despertava. Enquanto me preparava, pensava em como deveriam estar os noivos.

Tudo arrumado. Conferi câmera fotográfica, carregadores e o que mais eu precisaria levar. O alarme do aplicativo de mensagens indicando que havia notificações me fez lembrar que eu deveria verificar o endereço onde encontraria Rosa, a madrinha da noiva. E, justamente: uma das mensagens recebidas indicava algumas orientações:

— Oi, bom dia. Que horas te encontro? Rosa perguntava no áudio da mensagem.

— Já estou de saída, respondi. Chego em breve.

— Te espero na banca de frutas, perto do radar que fica antes da entrada do Jardim Cachoeira, retornou Rosa.

Com muito carinho Rosa me aconselha a ir sem pressa. O casamento aconteceria na Igreja do bairro vizinho ao acampamento e depois a festa seria em uma chácara no mesmo bairro. Combinamos que eu as levaria do salão onde a noiva arrumaria o cabelo, ao salão onde faria a maquiagem. Tudo acertado, me coloquei a caminho.

O dia estava lindo, ensolarado, céu azul e temperatura amena. Embalada pela alegria de participar de um momento tão importante para a comunidade cigana, nem me dei conta da distância que percorri para chegar até lá. Uma boa distância entre a área urbana de Juiz de Fora, Minas Gerais, e o bairro Igrejinha/Jardim Cachoeira, zona rural, onde se localizavam respectivamente o acampamento cigano e a igreja em que se celebraria a cerimônia do casamento.

Estas são duas localidades agradáveis. Distantes do centro urbano, conservam características de cidades interioranas mineiras, onde a maior parte das casas possuem amplos quintais e ainda é comum ver pessoas andando a cavalo, vendendo verduras de porta em porta, e carregando latões de leite na beira do asfalto, esperando os caminhões das cooperativas.

Rosa já me esperava, e ao chegar no salão era visível a ansiedade de Gisele, a noiva.

— Faz os cachos bem bonitos! E pode colocar bastante grampo. Ela solicitava à cabelereira. Dando ênfase no “bastante grampo”, seguido de uma gargalhada.

— E o Josué merece? Perguntou Rosa em tom de brincadeira. Uma de suas mais marcantes características, como pude perceber com o passar do tempo.

— Merece, merece sim. Respondeu Gisele com um sorriso que iluminou todo o salão.

Quando saíamos do salão, em direção a casa da maquiadora, Gisele estava satisfeita com o penteado, porém, quanto a quantidade de grampos no cabelo, havia uma observação:

— O penteado ficou do jeito que eu queria, mas acho que poderia ter mais grampos.

Rosa respondeu a Gisele que duas caixas de grampos seria o suficiente. E exclamou:

— Coitado do Josué!

Diante da interrogação no meu olhar, Gisele me explicou uma tradição Calon:

— A meia noite o noivo tira o véu da noiva e depois dançam a valsa. Quanto mais grampos, mais ele fica nervoso e demora a tirar o véu. Na verdade, é uma brincadeira da noiva com o noivo. Isto significa que dali em diante a moça não é mais uma menina e sim sua esposa, que passará esta noite ainda ao lado dos pais e, no dia seguinte, será entregue ao noivo na barraca do novo casal.

O casamento é um momento de celebração comunitária que estreita os laços sociais e a continuidade da rede familiar Calon. Representa a união de duas pessoas, assim como a integração de novas gerações na estrutura social do grupo - como destacado por Monteiro

(2017). Ainda segundo esta autora, a legitimação da adulez entre os Calon ocorre com a formação de uma nova família e a chegada dos filhos, marcando um novo ciclo de vida.

Monteiro (2015) aponta o casamento como um dos valores aprendidos desde cedo por meninos e meninas. Uma fala de Rosa, minha interlocutora no campo de pesquisa, se aproxima das observações de Monteiro: ela diz que desde a gestação já sonhava com o casamento de suas crianças, por ser o casamento um momento muito importante para os ciganos. Para garantir a realização deste sonho, "mora" na mente das suas filhas desde pequenas, ou seja, passa os valores aprendidos por ela às filhas, ensinando por exemplo a importância e tudo o que se relaciona ao casamento, desde sempre.

Existe apenas uma exceção referente ao que é ensinado sobre o casamento, mesmo para as noivas prestes a se casarem: a intimidade do casal. Campos (2015) enfatiza que a moralidade sexual na comunidade cigana é fortemente influenciada pelos princípios tradicionais cristãos, por isto valorizam a monogamia, a virgindade antes do casamento e a castidade. Valores considerados pela comunidade pesquisada, que em sua maioria é adepta das religiões evangélicas neopentecostais.

Marcondes (2020), ao relatar a transição para a vida adulta entre as meninas ciganas esclarece ser um período marcado por desafios únicos, particularmente no que diz respeito à sexualidade. A interlocutora de sua pesquisa, Esmeralda, destaca que as mães ciganas não preparam suas filhas para esses aspectos da vida: "as ciganas aprendem sozinhas depois que se casam" (Marcondes, 2020, p.119). Este pensamento guarda semelhança com o pensamento de Rosa, para quem bastam as informações contraceptivas orientadas pela ginecologista.

A compreensão e internalização dos valores e expectativas que se relacionam ao casamento são diretrizes para a educação das crianças Calons. Desta maneira, espera-se que aprendam o que consideram importante para as responsabilidades futuras do matrimônio. Para tanto, as meninas aprenderão os cuidados domésticos. Quanto aos meninos, estes acompanharão os mais velhos nos negócios, aprendendo a fazer berganha ou como alguns dizem, catira, (rodapé) para com isto poderem prover as famílias que um dia irão constituir.

Campos (2015), destaca que independentemente da idade, será através do casamento que um Calon terá acesso ao mundo adulto, assim como Monteiro (2019). Com o matrimônio os Calins e Calons "passam a ter novas obrigações, tanto em seu novo núcleo familiar – agora formado por ele e pela esposa, quanto com os filhos que em breve terão" (Campos, 2015, p. 80).

Este é um momento identificado como um rito de passagem crucial. Segundo Turner (1974), os ritos de passagem são fases liminares que envolvem uma transformação significativa

na vida do indivíduo. Transformação que Gisele e Josué experimentariam a partir daquele dia: 16 de julho de 2022.

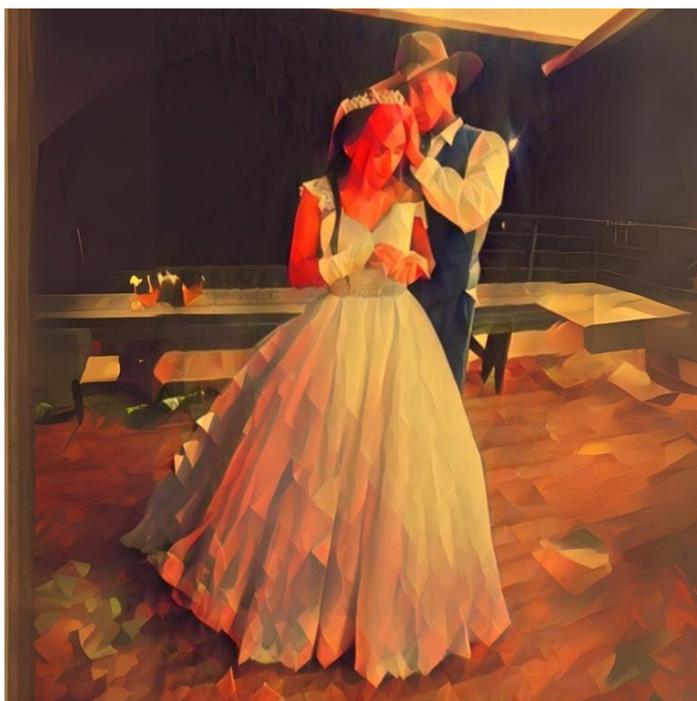
Cabelo penteado, maquiagem feita, noiva pronta para colocar o vestido e a emoção toma todo o ambiente. Gisele já estava arrumada para ir ao encontro de seu noivo e iniciar sua família, que mais tarde estará completa com a chegada dos filhos. A Igreja estava repleta de convidados felizes e a comunidade estava reunida para celebrar a união de um jovem casal, tudo testemunhado diante do pastor.

Cumpria-se, então, uma etapa importante para os noivos e suas famílias. Afinal, desde pequenos meninas e meninos desenvolvem através dos ensinamentos dos pais e dos avós, ou seja, dos mais velhos, as habilidades necessárias que serão essenciais para suas futuras responsabilidades como esposas e maridos.

Nos meses seguintes aconteceriam outros casamentos, tanto dos rapazes do acampamento de Igrejinha quanto das moças de acampamentos de outras cidades e que fazem parte desta rede, a saber: Barbacena, Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete, além de casamentos entre Calons e Calins do próprio acampamento de Juiz de Fora.

Entre estes casamentos, após exatos 12 meses, Gisele veria o casamento de sua prima Liryane. Uma união muito aguardada por todos. Primogênita de Rosa e Eduardo, os detalhes deste matrimônio haviam sido carinhosamente pensados, a começar pela consideração do pedido de casamento pelo pai da noiva.

Figura 23 – Depois da valsa - retirada do véu



Retirada do véu. Fonte: Acervo pessoal da autora (Print de tela - Mensagem de WhatsApp (Rosa) /Edição: a autora), 16 de julho de 2022.

4.1 Casamento de Liryane e Matheus: A véspera

No processo de escolha do pretendente à mão de sua filha, Eduardo e Rosa decidiram em conjunto com Liryane, que na época tinha 14 anos, aceitar o pedido de casamento de Mateus C. de Oliveira, que estava com 16 anos na ocasião. Não houve predominância da opinião masculina em relação à futura união. Como Rosa mesma relata, ela participou ativamente da decisão, assim como respeitou a vontade de sua primogênita.

Embora a tradição determine que o pai decida sobre o matrimônio, no acampamento pesquisado é comum haver um diálogo entre a família. Independentemente das promessas de casamento feitas pelos pais enquanto os filhos ainda são muito jovens, a felicidade deles é a prioridade. O sucesso do casamento está intimamente ligado à construção da família, como destaca Monteiro (2019), o que implica a escolha de um bom noivo e uma boa noiva, cuja aceitação e agrado deve ser de todos.

Sobre os acertos matrimoniais, a minha percepção se aproxima do que a antropóloga Edilma do Nascimento Monteiro (2019) observou em sua etnografia com os calons da Paraíba. São acertos que "vêm carregados de simbolismo e valores que se distinguem nos acordos matrimoniais" (Monteiro, 2019, p. 164), mas que não se atém à ideia de objetificação, tão pouco ocorre a obrigação dos filhos casarem-se com um alguém que não lhes agrade.

Eles se estabelecem na lógica de fortuna produzida que a aliança poderá trazer, alianças com uma conotação política. Ideia reforçada por tesar (2012), apud (Monteiro, 2019, p.164), para quem as relações entre os matrimônios se aproximam das relações políticas por tratarem do centro da vida social Calon.

Por tudo isto, conceder a mão de uma filha em casamento é um passo sempre muito refletido. De acordo com Rosa, a partir do momento em que a menina está em idade de se casar, ou seja, já ocorreu a menarca, os pais devem estar atentos para não deixar passar boas oportunidades e garantir bons noivados. "O casamento entre seus filhos celebra uma renovação da aliança entre as famílias e a constituição de uma nova família a partir daquela aliança" (Monteiro, 2015, p. 187).

O que reafirma o casamento não ser apenas uma união entre dois indivíduos, mas uma instituição social que molda a identidade e as responsabilidades desde a infância até a vida adulta. Para Liryane, estas responsabilidades já se expressavam nos pequenos detalhes, como a escolha das cortinas, o detalhe dos acabamentos nos panos de prato e nos objetos que iriam

decorar sua barraca que ,diferente da arquitetura das barracas do acampamento de Igrejinha, seria no estilo galpão¹⁵.

Com o passar dos meses, a proximidade do casamento parecia operar uma mudança na atmosfera do acampamento de Igrejinha. Liryane era muito querida e sua tia Daiana, Keli e as outras Calins demonstravam este carinho bordando toalhas e lençóis - o que eu podia perceber sempre que estava presente no acampamento.

Fui convocada a participar de todos os dias da festa e, apesar de por compromissos pessoais eu não ter comparecido desde o começo, no dia 15 de julho de 2023, às 10 horas da manhã, eu estava embarcando de Juiz de Fora, rumo a Conselheiro Lafaiete, onde seria o casamento.

Pela janela do ônibus a paisagem das montanhas de minas, o verde dos pastos, as casinhas brancas com telhados desbotados pelo tempo, o gado no pasto, as chaminés das indústrias, passavam diante de mim. Mas o pensamento me levava distante no tempo. Me recordava da primeira vez que vi Liryane: sentada diante de uma máquina de costura, ela fazia a bainha de um lençol já para o seu enxoval. Naquela ocasião, a menina tinha 15 anos de idade.

Ao seu lado, Gisele comentava a cor das cortinas de sua futura barraca: branca e lilás. Sua mãe, sentada ao lado de Rosa, parecia um pouco contrariada. Voltava da escola e comentava ter sido advertida quanto ao abandono escolar de Gisele. Hoje penso que tanto Rosa quanto dona Celina provavelmente teriam imaginado que eu pudesse ser do Conselho Tutelar.

O dia estava nublado e frio. A viagem duraria mais do que eu esperava e durante o trajeto eu me preocupava com a possibilidade de a chuva trazer algum contratempo para a celebração do matrimônio de Liryane e Matheus. Preocupação que se mostrou desnecessária, porque em Conselheiro Lafaiete, apesar de não ter um tempo ensolarado, não chovia.

Música, dança, e fartura de alegria e entusiasmo faziam parte do cardápio da festa, além de tudo o que fosse necessário para que os convidados se sentissem bem acolhidos durante aqueles quatro dias de celebração. O que significava bebidas e alimentação suficiente para todos os que estavam acampados no Parque de Exposição da cidade, comemorando junto aos noivos e suas famílias o matrimônio de mais um casal Calon.

O local da festa estava bastante movimentado. Logo que cheguei, Ariel e Natali correram ao meu encontro. Elas brincavam em cima do palco, montado em um local estratégico dentro do galpão do Parque de Exposição. Se não fosse por este detalhe, dificilmente teriam me visto chegar, havia muitos convidados. Alguns estavam próximo ao palco, aguardando os

¹⁵ No acampamento de Igrejinha as barracas são tipicamente feitas de lona, madeira e telhado de fibrocimento. A planta é aberta, sem muitas divisões internas. Já o estilo galpão a lona cede lugar para alvenaria e laje de cimento.

cantores, outros sentados nas mesas distribuídas pelo espaço, e muitas crianças brincando: algumas correndo, outras dançando e tinha aquelas que choravam por conta de algum incidente como terem trombado uma com a outra.

O pai da noiva estava em uma mesa com outros Calons. Cantavam, brindavam e se desafiavam para saber quem seria o melhor cantor. Fui levada até ele por Natali e Ariel. Ao me avistar, se dirigiu a mim me cumprimentando e indicando o local onde poderia encontrar Rosa. Ela estava em um cômodo que me pareceu um local para estoque de produtos, onde havia improvisado um quarto. Um complexo com mais 4 construções de mesmo tamanho.

O ciclo ritual do casamento congrega diversos acampamentos em um único espaço, servindo como um importante momento de atualização das relações sociais entre os Calon (Campos, 2015). O que queremos dizer é que Calons e Calins de diversas partes do Estado se deslocam para prestigiar o enlace e montam um acampamento provisório com suas barracas de camping. A depender do prestígio das famílias dos noivos, ciganos de outros Estados do país também prestigiam a cerimônia, como aconteceu neste casamento.

Enquanto me dirigia ao encontro de Rosa encontrei Keli no caminho. Ao mesmo tempo em que comemorava minha chegada, ela comentava:

— Sua comadre já estava preocupada achando que você só chegaria amanhã na hora do casamento.

Falando isto, me pegou pelo braço e me levou até Rosa, Liryane também estava no local e, depois de me ver, disse para Layane, que estava em seu colo:

— Pronto, agora você pode ficar tranquila que sua madrinha não se perdeu e chegou aqui direitinho.

Rosa encenou puxar minha orelha dizendo que eu deveria estar lá desde cedo. Comentou que o lugar estava cheio desde o primeiro dia. O pai do noivo, seu tio, era muito conhecido e havia ali Calons e Calins do Brasil todo. Saímos dali e fomos para a cozinha. As crianças precisavam almoçar, Miryane reclamava estar com fome.

Assim que as crianças acabaram a refeição, fui conduzida à mesa onde estavam Daiana e as outras Calins do acampamento de Juiz de Fora. Durante o dia, as mulheres permaneciam sentadas de um lado e os homens do outro. Durante a noite, as mesas eram retiradas e o espaço se transformava em uma pista de baile.

De um lado, próximo a cozinha, estavam as mesas das mulheres. Este espaço era um grande salão aberto, de onde se avistava um campo de futebol com arquibancada e uma mata. Também era possível ver baias e um conjunto de cerca de cinco cômodos onde Rosa estava acomodada com sua família e outras famílias do acampamento de Igrejinha/JF.

O Parque de Exposições era grande. Havia dois campos e mais algumas construções: banheiros e outros dois cômodos que permaneciam fechados, possivelmente seria a sede administrativa do lugar. Espalhadas por todo o terreno, estavam as barracas de camping dos convidados da festa.

As mulheres passavam o tempo todo conversando entre elas, saboreando as bebidas, comidas e cuidando das crianças de colo, atendendo as crianças maiores quando solicitadas, fosse para alimentação, cuidados com a higiene ou intervenção em alguma contenda infantil. E do outro lado do espaço, próximo ao palco, estavam os homens. Como eu não pernoitaria no local, com a proximidade do anoitecer, fui aconselhada a retornar para o lugar onde eu estava hospedada.

Naquele momento não foi possível encontrar Rosa e nem Liryane, elas estavam se arrumando para o baile - que não demoraria a começar. Eduardo me conduziu ao local onde eu conseguiria condução para o centro da cidade. Nos despedimos com as orientações de onde era o salão que Liryane se arrumaria no dia seguinte, e combinamos o horário. Eu faria o making off da noiva.

Em sua etnografia, Monteiro (2019) percebia em seu campo o que eu também percebi na minha fotoetnografia miúda: o cuidado das mulheres e homens com as roupas e os adereços escolhidos tanto para o dia quanto para as noites de festas nestas celebrações. E, sobretudo, o cuidado com a produção do evento. Este é um momento de demonstração de como os Calons são bem-sucedidos, "a comida é um forte símbolo de poder, referencial de uma festa, significada como festa de ciganos" (Monteiro, 2019, p. 184).

Naqueles mesmos dias estava acontecendo outro casamento Calon na cidade e o comentário era qual festa seria a melhor, qual festa tinha o melhor cantor, o melhor churrasco, a melhor bebida. Vídeos e fotos da festa estavam circulando nos grupos de WhatsApp e no TikTok. No dia seguinte, enquanto arrumávamos os últimos detalhes da barraca de Liryane, Rosa, Keli e Daiana comentavam sobre o ocorrido e não continham a indignação.

— Ah, postaram no grupo o baile de outro acampamento. Estão fazendo comparações com a festa da Lelê, como carinhosamente Liryane era chamada por sua tia. Mas o nosso estava muito mais cheio, dizia Daiana.

Nem se compara, Rosa comentava.

— Todos os dias, o baile do casamento dos meninos estava muito animado. Dava para ver a empolgação das ciganas e dos ciganos. Regado a cerveja e churrasco a vontade, fora a banda dos cantores Marcos e Mateus. Nossa festa não foi de um dia só, como a deles. Acrescentava Keli, com a concordância de Raiane.

Compreendemos, assim como Campos (2015) e Monteiro (2019), a importância da festa de casamento para os Calons. Estas celebrações demonstram a capacidade de provisão dos ciganos, valores centrais na identidade masculina Calon. A comida, a música e a dança são elementos essenciais dessas festividades, simbolizando a riqueza cultural e a coesão social do grupo, como estas mesmas autoras enfatizam.

As festas de casamento cigano são eventos grandiosos que simbolizam a prosperidade e a honra das famílias envolvidas. Para além dos matrimônios em si, Campos (2015) observa que esse evento propicia práticas e trocas que abrangem também parcerias comerciais e performances culturais que reforçam a identidade de calon.

Não participei do baile da véspera do casamento, mas tive notícias no dia seguinte de que não faltou empolgação. Fora um ou outro mais alterado por conta da bebida, tudo tinha transcorrido dentro do esperado, sem confusões e nem brigas. Foi bom ter seguido o conselho de Daiana e ter retornado logo no começo da noite para onde eu estava hospedada. O baile terminara de madrugada. eu precisaria acordar cedo para estar no salão e acompanhar a produção da noiva no dia seguinte. Além disto, eu não conhecia a cidade e precisava me assegurar que chegaria no salão na hora certa. As informações sobre onde era o estabelecimento estavam um pouco confusas e tive receio. Porém, não foi difícil encontrar o lugar onde a noiva se arrumaria para a cerimônia religiosa.

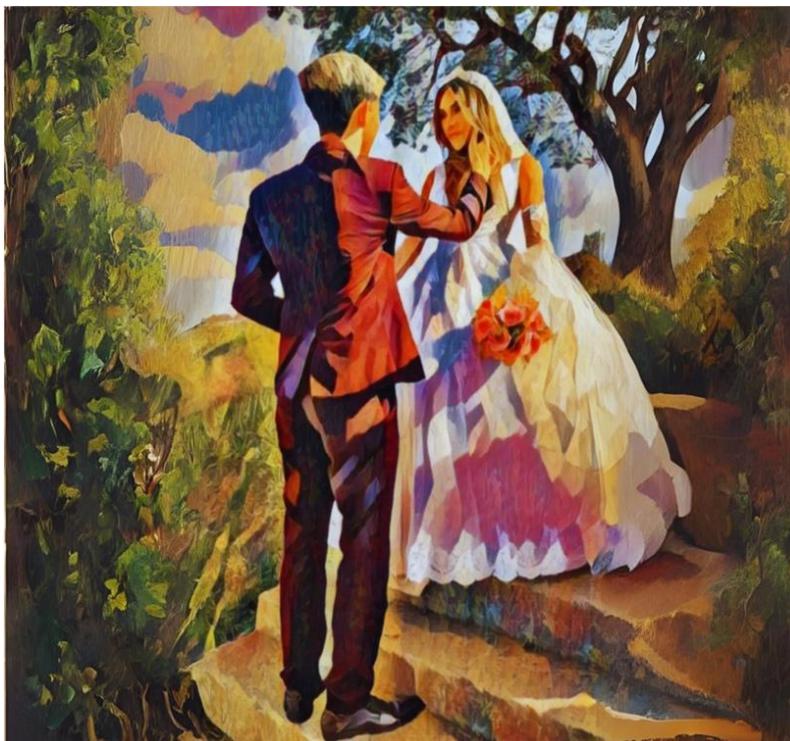
Figura 24 –Making off



Liryane. Fonte: Acervo pessoal da autora, 15 de julho de 2023.

4.2 O Casamento de Liryane e Matheus

Figura 25 – Foto no campo - Casamento Liryane e Mateus



Liryane e Mateus. Fonte: acervo pessoal da autora, 16 de julho de 2023.

Eu encontrei Liryane sozinha, aguardando a chegada das profissionais que cuidariam de seu cabelo, unha e maquiagem. Normalmente é a madrinha da noiva quem a acompanha. A mãe fica no local onde estão os convidados para organizar o café, e adiantar os preparativos do almoço/churrasco, o lugar do bolo, entre outros detalhes. Depois se dirige para o local da cerimônia religiosa. Assim, é junto com o noivo que os pais da noiva veem a filha pronta para o casamento. Neste caso, não foi diferente.

A ausência da madrinha não foi sentida por Liryane. Seu padrinho estava por perto, aguardando o momento de buscar sua esposa. Para que a noiva não se atrasasse, ele havia deixado a esposa no acampamento cigano da cidade, na barraca de sua sogra. Grávida de 8 meses, ficar na barraca de sua família era mais confortável para Raiane.

O acampamento não era muito distante do salão. Vitor iria buscar sua esposa quando fosse o momento de vestir a noiva. Além do mais, eu, a madrinha de sua irmã caçula, estaria lá. Como ela mesma relatara, seus pais, sabendo da minha presença, estavam tranquilos:

— Eu sabia que você estaria aqui, por isto fiquei tranquila. O pai e a mãe disseram que você viria. Quando você chegou eu havia acabado de chegar também. Eu quis vir cedo porque a mãe está uma pilha de nervos. Parece até que é ela quem vai se casar.

Contemporizei, dizendo que possivelmente seria a emoção de casar a primeira filha. Liryane é uma menina doce e muito sensível. Sua observação longe de ser uma crítica, me pareceu uma preocupação.

Tomávamos café, quando seu padrinho, Vitor telefonou avisando que estava estacionando. Ele, sua esposa e sua filha, iriam à padaria fazer o desjejum e avisava que Raiane chegaria em breve com o vestido. A esta altura, Liryane já estava com unha feita, o cabelo escovado e aguardava para fazer a maquiagem. Ao chegar, Raiane não conteve a emoção. Ela chorava e sorria, vendo sua sobrinha e afilhada se preparando para se tornar uma calin casada.

Comentávamos sobre as previsões climáticas e Liryane observava e rogava aos Céus para esquentar.

— Meu vestido é sem mangas. Deus há de me ajudar e não vai chover e nem esfriar na hora do meu casamento.

Raiane dizia para sua afilhada que a emoção seria tanta que ela não perceberia o frio.

— Se eu tivesse escolhido o outro vestido ao menos teria uma manguinha, mas meu padrinho não deixou, não é madrinha? Para ele as costas estavam muito decotadas.

— Sim, é melhor que não seja. Raiane concluiu.

A noiva já estava quase arrumada, só faltava o véu. Foi neste momento que Raiane fez uma importante observação para a cabelereira:

— Prenda muito bem o véu. Use bastante grampo.

Me lembrei da observação feita por Gisele no dia do seu casamento, igualmente pedindo que a cabelereira colocasse bastante grampo em seu cabelo.

Liryane havia esquecido deste detalhe e comentava:

— Ainda bem, madrinha, que a senhora lembrou. Já pensou o véu cair na hora do casamento?

— Deus nos livre e guarde, respondia Raiane.

A cabelereira verificou se o véu estaria adequadamente preso e se apressou em pegar mais grampos na gaveta. Raiane também procurou se certificar de que não ocorreria nenhum incidente, puxando levemente o véu e a grinalda. Enquanto fazia isto, explicava as razões:

Para um calon, se o véu cair é sinal de que a noiva não é mais imaculada. Ela deve permanecer com o véu até a hora da valsa, que acontece a meia noite. Somente depois da dança é que o véu é retirado pelo noivo.

As mulheres ciganas são educadas para valorizar a pureza e a virgindade, e relações afetivas ou sexuais antes do casamento são consideradas desonrosas. Essa moralidade molda profundamente as expectativas e comportamentos das jovens ciganas, como destaca Campos

(2015). E é desaconselhável, mesmo entre as mulheres adultas, o diálogo sobre este tema. Existe uma interdição em relação aos assuntos referentes a saúde reprodutiva e sexual.

Percebi, então, que a quantidade de grampos não possuía apenas a conotação de uma brincadeira da noiva. Para além disso, continha um outro significado: a pureza da calin.

Neste momento, Vitor entrou no salão. Ele parecia bastante contrariado. Questionado sobre os motivos, não teve tempo de responder. Sua filha, Vitória, de 12 anos, explicou por ele:

— Ah, mãe! Logo que você saiu, eu estava tomando meu café e o pai estava esperando o sanduíche ficar pronto. Foi aí que ouvimos as balconistas conversando. Elas falavam que tinham pena da cigarinha que iria se casar, porque perderia a vida casando tão novinha, não ia mais estudar, teria que ficar tomando conta de barraca e dos filhos.

Vítor completou a narrativa dizendo:

— Bem, eu poderia responder as duas, mas não quis arrumar tumulto.

Este diálogo não parou por aqui e acabou ganhando novos contornos no dia seguinte, na barraca de sua sogra. Mais adiante retornaremos a ele. Por agora, prossigo a narrativa do casamento.

Tão logo Liryane ficou pronta, Vitor avisou aos pais dos noivos que iriam até o Parque de Exposições e de lá partiriam em carreta até a igreja. Este casamento seria celebrado em uma cerimônia católica.

A carreta atravessou a cidade até a Igreja matriz que ficava na região central de Conselheiro Lafaiete. Muitos carros acompanharam o carro da noiva, e houve um buzinaço pelo caminho. A igreja estava toda decorada com flores e no pátio muitas bandeirinhas.

Vitor levou Liryane até o altar, seus pais já esperavam no primeiro banco. Foi uma bela cerimônia. Para a noiva, além da cerimônia religiosa era muito importante o valor civil. No salão, enquanto retocava a maquiagem, Liryane externou esta preocupação:

— Madrinha, eu vou casar na igreja, mas tem valor civil? Não quero ficar no erro e estar em desacordo com as leis de Deus e dos homens.

Mais uma vez, Raiane a tranquilizava:

— Não há problemas, toda a documentação ficou pronta a tempo. Além do mais, você tem 16 anos, não se preocupe.

Assim, em paz com o seu coração, Liryane entrou pela nave da igreja com um sorriso resplandecente e caminhou com serenidade até o altar, onde seu noivo, Matheus (18 anos), devolveu-lhe o sorriso com gentileza no olhar.

Ouviram atentamento o que o padre dizia depois da troca dos votos. Lágrimas rolaram no rosto do noivo durante a leitura da Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios. Conhecido como o "Hino ao Amor":

"Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa ou como o címbalo que retine. Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tanta fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei. E ainda que eu distribua todos os meus bens entre os pobres e ainda que entregue o meu próprio corpo para ser queimado, se não tiver amor, nada disso me aproveitará. O amor é paciente, é benigno; o amor não arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interesses, não se exaspera, não se ressentido do mal; não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais acaba; mas, havendo profecias, desaparecerão; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, passará; porque, em parte, conhecemos e, em parte, profetizamos. Quando, porém, vier o que é perfeito, então, o que é em parte será aniquilado. Quando eu era menino, falava como menino, sentia como menino, pensava como menino; quando cheguei a ser homem, desisti das coisas próprias de menino. Porque, agora, vemos como em espelho, obscuramente; então, veremos face a face. Agora, conheço em parte; então, conhecerei como também sou conhecido. Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três; porém o maior destes é o amor." (Coríntios 13:1-13).

Após a cerimônia, uma nova carreata conduziu os noivos até o local da festa.

Ao contrário do que Monteiro observou em sua etnografia, quando nas cerimônias de casamento a família dos noivos recebiam toda atenção, o que percebi nas cerimônias que presenciei foi o interesse dos convidados em cumprimentar e abraçar os recém-casados, ou seja, toda a atenção voltada para os noivos.

A chegada ao local da festa foi anunciada com muitos fogos de artifício. Antes da entrada, a caminhonete onde estavam Liryane e Matheus estacionou para que eles pudessem passar para a parte externa do veículo. Já acomodados, seu padrinho dirigia devagar. Entraram triunfantes no Parque de Exposição.

Uma multidão os cercou, e foi necessário que Rosa afastasse os convidados para que os noivos pudessem se sentar e cortar o bolo. Rapidamente, uma fila se formou: de um lado, as meninas; do outro, os meninos. Logo atrás estavam as calins mais idosas, seguidas pelas calins mais novas e, por fim, os homens.

Passado um tempo, os noivos circulavam pela festa tirando fotos com os convidados. A meia noite dançaram a valsa e o noivo tirou os grampos, a grinalda e o véu da noiva. O dia havia sido de muita emoção para todos. Após a retirada do véu, Liryane foi para o espaço reservado para sua família e Matheus acompanhou seus pais. O dia seguinte seria o Dia da Entrega, quando a família entrega um noivo ao outro.

Figura 26 –A festa de casamento de Mateus e Liryane



Fonte: acervo pessoal da autora, 16 de julho de 2023.

4.3 A entrega

A entrega é o final do ciclo festivo da celebração do casamento. É um momento particular onde somente a família presencia. Como comadre dos pais da noiva, fui convidada a participar. Enquanto as mulheres ajudavam a recém-casada a guardar os presentes recebidos e os últimos detalhes da barraca, os homens auxiliavam no transporte de eletrodomésticos e na organização do espaço da festa, desmontando o palco e verificando as instalações para a entrega das chaves do local.

Posso dizer que o Dia da Entrega é tão significativo quanto todos os outros e igualmente emocionante. A rua dos ciganos, como é conhecido o acampamento, mantinha o ar de festa. Se aproximava o momento da entrega. As crianças entravam e saíam da barraca, interessadas em ajudar. Ariel e Natali desembulhavam os presentes, Luan, Lucas e Miguel juntavam os papéis para não ficar nada pelo caminho. Miryane brincava de se maquiar, enquanto Layane, deitada em seu carrinho se entretinha com o móbil de animais.

Naquele momento, desliguei meu celular, guardei a câmera fotográfica e permaneci ao lado das outras Calins. Para mim, nenhuma câmera fotográfica ou filmagem captaria a emoção daquele momento. Preferi apenas sentir. Observando as três gerações presentes naquela varanda

podia ouvir Nêgo Bispo, seus ensinamentos e contribuições para a compreensão das dinâmicas intergeracionais e a transmissão de saberes nas comunidades tradicionais.

Antônio Bispo dos Santos, ou Nêgo Bispo, foi um pensador quilombola, que nos ensina sobre a geração neta, geração avó e geração filha, fundamentais para entender a continuidade cultural e a resistência ao colonialismo. Para ele, a "geração avó" representa a ancestralidade viva, os guardiões dos saberes tradicionais e os mantenedores das práticas culturais.

Essa geração é fundamental na transmissão de conhecimentos que são essenciais para a identidade e a coesão da comunidade. Os avós são pilares, representam sabedoria e são os responsáveis por orientar as gerações mais jovens, dando-lhes uma base sólida calcada em valores, histórias e práticas (Santos, 2023).

O poeta acrescenta que a "geração filha" é a que recebe diretamente os ensinamentos da geração avó. Absorvendo os conhecimentos ancestrais, começa a moldar suas próprias contribuições para a cultura comunitária. Seu papel é o de mediação adaptando as tradições herdadas às novas realidades e, ao mesmo tempo, preservando a essência dos ensinamentos recebidos.

A "geração neta" representa o futuro e a inovação dentro da comunidade. Ela herda os conhecimentos das duas gerações anteriores. Está mais inserida no mundo moderno. Tem acesso a novas tecnologias e ideias. É a geração que tem o desafio de integrar os saberes tradicionais com as exigências contemporâneas, preservando a identidade cultural. Esta é uma geração entendida como a força renovadora que garante a sobrevivência e a relevância das práticas culturais em contextos dinâmicos e muitas vezes adversos.

Essas ideias são particularmente relevantes também para a realidade das comunidades ciganas. A harmonia entre as gerações é fundamental para a resistência cultural e a construção de um futuro em que as tradições possam florescer ao lado das inovações, valorizando e integrando os conhecimentos ancestrais enquanto se enfrenta os desafios do mundo moderno.

A força das comunidades tradicionais reside na integração harmoniosa entre as gerações. Este ciclo intergeracional é fundamental para a continuidade cultural e a resistência às pressões externas, especialmente aquelas impostas pelo colonialismo e pela modernidade. Um colonialismo que critica e questiona os modos de ser e viver destas comunidades. Exemplo disto foi a situação vivida por Vitor e sua família na padaria.

4.4 Criticam por criticar: Reflexões sobre o casamento cigano

— Brava, mais brava mesmo eu fiquei foi com aquela senhora na padaria. Até a nossa roupa elas reparavam. Me olhavam de um jeito! E o que elas falavam eu não gostei nem um pouco: criticavam o casamento cigano só por criticar, dizia Vitória ao se juntar a conversa naquela manhã.

Ainda estávamos sentadas a mesa quando Vitória chegou junto com seu pai. Traziam pão fresquinho, geleia e queijo para complementar o café.

Foi quando Vitor deu também sua opinião:

— Minha afilhada estava muito linda. O Matheus casou com a cigana mais bonita do mundo. Nesta família só tem ciganinha bonita. Falando assim, pegou Natali no colo e rodopiou com ela nos braços.

Continuando a conversa, Vitor acrescentou:

— A beleza das meninas é de dar inveja em muita gajin. Deve ser por isto tanta falação ontem na padaria.

Quis saber mais sobre o ocorrido e perguntei:

— Ontem na padaria aconteceu algo que o aborreceu?

— Ah, nem me preocupo com este povo. Elas falavam ter pena de ver as ciganas casando tão novas. Diziam que se tornarão donas de casa e deixarão de estudar. Eu pensei em perguntar o que elas tinham com isto. Este não era um assunto delas. Não pedíamos a elas para nos sustentarem. Até porque, certamente nenhuma delas teriam, por exemplo, uma picape como a minha. Eu não tenho certificado de doutor, mas o que eu ganho coloca muito doutor no chinelo.

E concluiu dizendo:

— Sempre isto, sempre falando que cigana casa nova, que é um absurdo, que não pode.

Barreirinho, pai dos cantores que conduziram o baile nos dias de festa, era convidado da família e estava hospedado na barraca. Sentado no sofá, prestava atenção a nossa conversa. Ouvindo o desabafo de Vitor, fez uma observação:

— Estas gajins e gajons falam o que não sabem. Não pode casar uma ciganinha novinha com um velho como eu. Mas não é isto que acontece. Não se casa uma menina de 15, 16 anos com um homem de 30 anos para mais. Eles casam com idade próxima, a moça e o rapaz, e nem é contra a vontade deles. Se um não quiser, a gente respeita.

As tradições culturais dos ciganos, incluindo o casamento precoce, são frequentemente alvo de críticas e mal-entendidos. Muitos ciganos casam seus filhos em idades que, para a sociedade majoritária, parecem inaceitáveis, resultando em acusações de pedofilia, casamento infantil e práticas abusivas.

No entanto, é essencial compreender essas tradições no contexto de uma cultura com normas e valores próprios, que diferem significativamente dos padrões ocidentais dominantes. Aqui, a fala de Vitória (12 anos), no começo desta sessão, demonstra sua indignação com a incompreensão da sociedade majoritária em relação aos valores ciganos. Ela disse:

— A Brava, mais brava mesmo eu fiquei foi com aquela senhora na padaria. Até a nossa roupa elas reparavam. Me olhavam de um jeito! E o que elas falavam eu não gostei nem um pouco: criticavam o casamento cigano só por criticar.

O posicionamento de Vitória me faz concordar com Edilma (2019), quando a autora enfatiza que as histórias sobre a vida cigana muitas vezes são baseadas em estereótipos e perpetuam um colonialismo sobre aqueles que vivem de forma distinta, ao impor normas de vida e considerar que há um modo de viver superior ou mais avançado.

Percebo na fala de Vitória e de seu pai uma reflexão contra-colonial. É como se eu pudesse ouvir Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo nos explicar que ser contra-colonial é resistir ativamente ao colonialismo. Ele compreendia a contra-colonização como uma defesa contra a colonização, mantendo a identidade e a cultura originais intactas (Dorneles, 2020). Nêgo Bispo pensou nos exemplos históricos de resistência, como Palmares e Canudos, para ilustrar trajetórias contra coloniais, e eu acrescento as comunidades ciganas.

Já falamos aqui que os ciganos veem o casamento como um momento crucial para a efetivação da vida e perpetuação da família, conforme apontam os argumentos de Monteiro (2019). Concordamos com esta autora quando ela afirma que o matrimônio na cultura dos Calons ocorre num período da vida em que eles consideram como sendo o ideal.

Também já dissemos que o casamento é visto como o marco da entrada na vida adulta, sem uma fase distinta de adolescência. Sobre isso, a autora Juliana Miranda Soares Campos (2020), em sua tese de doutorado, aborda a adolescência no contexto dos Calons mineiros, destacando que a noção de “adolescência” não faz sentido para eles. Ela associa isso à inaplicabilidade de qualquer ideia de individualismo entre os Calons, pois a adolescência no pensamento ocidental moderno é caracterizada por uma fase de individuação e enfraquecimento dos laços familiares. Campos sugere que, para os Calons, não ocorre uma fase intermediária de “adolescência” como entendida no ocidente.

Com efeito, retomamos a máxima de que na cultura cigana o casamento é mais do que uma união entre duas pessoas: é um evento que solidifica laços familiares e comunitários. Esse aspecto é frequentemente incompreendido pela sociedade majoritária, que tende a julgar a idade dos noivos com base em suas próprias normas culturais, considerando-o como uma violência.

Não desconsidero que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos que afeta profundamente a sociedade brasileira e é uma questão alarmante no Brasil, com impactos devastadores na vida das vítimas.

Acipreste (2023), nos informa que, segundo dados da Unicef, o "Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo. De acordo com a ONU, uma em cada quatro meninas se casam antes dos 18 anos" (Acipreste, 2023, s.p.).

Michele Antunes, especialista da fundação Abrinq em entrevista recente ao site Brasil de Fato, na ocasião do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 18 de maio de 2024, denuncia que os dados levantados por esta fundação apontam que a cada quatro vítimas de violência sexual em território nacional, três são crianças ou adolescentes.

O casamento infantil é definido por Paiva (2020) como um tipo de matrimônio onde pelo menos um dos contraentes não atingiu a idade núbil de dezesseis anos completos. A Lei nº 13.811/19 proibiu essa prática no Brasil, visando proteger crianças e adolescentes e garantir seus direitos de desenvolvimento e proteção sociojurídica diferenciada.

Não estamos romantizando o casamento em idade não compatível com o ordenamento legal. Tão pouco desconsideramos a vivência de muitas crianças e adolescentes no nosso país que são vítimas de violência, obrigadas a um casamento - seja pelas condições sociais (pobreza), seja por pressão da família devido a uma possível precocidade de sua vida sexual.

No entanto, se pensarmos com Chauí (2003), para quem a violência pode ser definida como tudo aquilo que é forçado e age contra a natureza e a vontade do outro, é importante esclarecer não ser essa a percepção que tenho da realidade dos casamentos na comunidade cigana pesquisada. Tanto para as moças quanto para os rapazes o casamento é esperado e desejado por eles e suas famílias.

Ao examinar a conexão entre a união cigana e a legislação brasileira, podem-se encontrar pontos de concordância e desacordo. Quando se trata de similaridades, tanto o Código Civil quanto a cultura cigana compartilham ideias próximas sobre o casamento, incluindo o respeito mútuo entre os parceiros e a valorização da família. Em contrapartida, existem discordâncias em relação à idade em que é permitido oficializar o casamento.

No Brasil, a lei possibilita a união a partir dos 16 anos, desde que haja consentimento dos responsáveis legais conforme estabelecido nos artigos 1.517 e 1.520 do Código Civil. Por outro lado, na cultura cigana, a partir dos 12 anos é aceitável a união pelo casamento. Logo, dependendo da idade em que a união é formalizada é uma prática que entra em conflito com as leis brasileiras.

Consequentemente, a visão jurídica quanto a estas práticas culturais que não se conformam as normas da sociedade majoritária com frequência transforma o casamento cigano em algo inaceitável. Para os ciganos da comunidade pesquisada, essa legislação marginaliza sua cultura, principalmente por considerarem já terem cedido de alguma forma. Hoje a idade socialmente aceita para o casamento, dentro da comunidade, é superior aos 12 anos.

Embora a cultura cigana seja marcada por tradições e normas específicas, há transformação. A explicação é: nos últimos anos, o casamento realizado entre os 11 e 12 anos apresenta uma tendência de diminuição. Esta passou a ser a idade para o noivado. No entanto, ainda que a idade do casamento tenha passado para idades entre 14 e 16 anos para as meninas e 15 a 18 anos para os meninos, permanece a incompatibilidade com a lei.

Segundo Marcondes e Ferrari (2020), a legislação tem a função de regular as ações humanas com base no que a sociedade majoritária considera apropriado. Normas que são elaboradas em uma perspectiva que desconsidera a diversidade cultural existente no país, especialmente quando nos referimos aos ciganos.

Ainda refletindo com Marcondes (2020), compreendemos que a lei atua como um "dispositivo pedagógico", tentando moldar comportamentos e subjetividades dentro da sociedade brasileira. No entanto, a comunidade cigana continua a realizar estas uniões a despeito das normas legais. Esta resistência revela a dificuldade de mudar tradições culturais antigas.

O casamento cigano é uma tradição amplamente aceita que se repete de geração em geração, desempenhando um papel crucial na continuidade da cultura cigana. Se mantém vivo e relevante, refletindo a capacidade da cultura cigana de preservar suas raízes. A dúvida de Lucas (8 anos) quanto a escolha de sua possível futura noiva é um exemplo.

4.5 “E agora? Casar com uma Calin ou uma Gajin?” A dúvida de Lucas

— Acho que já tenho uma noiva, é do acampamento de Barbacena. Eu não lembro dela na festa do casamento do tio Natan, mas eu vi que ela gosta de dançar, igual eu gosto.

Após falar isto, Lucas tentou correr e foi alcançado por sua mãe que o apertou em seus braços como forma de protesto, dizendo que não ia permitir que ele se casasse tão cedo. E de Keli, sua tia, observando que ele já teria compromisso com uma gajin de sua escola, em Juiz de Fora.

Esta frase foi dita por Lucas, no café da manhã no dia seguinte ao casamento de sua prima Liryane, e traz uma questão: o casamento entre os calons ou com os não ciganos. Lucas

tentava espernear e chamava por socorro enquanto Luan se divertia com a cena, observando Keli fazer cosquinha em seu irmão. Depois do alvoroço, perguntei para Lucas:

— E agora? O que você vai fazer?

Se desvencilhando dos braços de sua mãe, Lucas pegou um pão de queijo na mesa e saiu correndo para o quintal. Antes da primeira mordida no quitute, me respondeu:

— Agora eu vou brincar de bola.

Este episódio ocorreu no café da manhã no dia seguinte ao casamento de Liryane.

Dissemos que o dia seguinte ao casamento religioso, é o dia da entrega. Convidada a participar deste momento, cheguei na hora marcada a Rua dos Ciganos. Ainda havia um movimento de convidados se despedindo. Aqueles que optaram por não ficar no espaço do Parque de Exposições alugaram galpões ciganos que ficam nesta rua.

A rua dos ciganos se localiza na entrada da cidade de Conselheiro Lafaiete, às margens da rodovia federal BR 040. De um lado, se erguem as barracas e galpões, e, do outro, um barranco que separa a rua da rodovia. As construções ciganas, com suas barracas de cortinas coloridas, se destacam na paisagem.

São construções tanto em lona, quanto em alvenaria (em forma de galpão) e estão dispostas lado a lado. No fundo do terreno as hortas com verduras fresquinhas estão presentes no quintal de quase todas as habitações.

É também neste lugar onde os ciganos de Igrejinha se hospedam. Ali moram a família de Rosa: a mãe, avó, alguns tios e primos. Moram também os sogros de Keli e tios do seu marido, e agora Liryane e Matheus, que passariam a residir próximo ao sogro.

Era uma barraca toda decorada seguindo os mesmos tons de azul e amarelo das cortinas, e dos cantos (cortinas que contornam todo o perímetro da barraca). Do lado de fora, na parte dos fundos, próximo a hora, um fogão de lenha e um poço. Também não faltava o espaço para a criação de animais: um galinheiro

— Chega mais, senta aqui, vem tomar café e coma um pãozinho de queijo com a gente, falou dona Vani, mãe de Rosa. A Rosa avisou que já está vindo, falta organizar a cozinha do Parque de Exposição, organizar os presentes que a Liryane ganhou e já já elas chegam.

Natali puxou uma cadeira e me indicou onde sentar. Sem demora, Daiana me serviu café e Ariel me aconselhava a provar dos quitutes que ela mais gostava e estavam dispostos na mesa. Assim, fui recebida e gentilmente acolhida.

Esta é uma barraca igual a coração de mãe. Faço esta comparação porque segundo o ditado popular, coração de mãe é grande, acolhedor e sempre cabe mais um. Compreendi esta semelhança com a barraca de dona Vani, uma barraca ampla que hospedava a família de Daiana,

do acampamento de Igrejinha, a família de Raiane, do acampamento de Vitória/Espírito Santo e o pai dos cantores do casamento.

Um lugar aconchegante. Logo na entrada, um painel expando as panelas ariadas, marca de todas as barracas Calon tanto de Igrejinha, quanto de Conselheiro Lafaiete. Os tapetes cobrindo o chão compunham a decoração. À esquerda, as camas: uma de casal e três de solteiro, colchas azuis com detalhes de flores e várias almofadas amarelas cobriam os leitos.

O outro cômodo, separado por um guarda-roupas grande, era um quarto de casal. Nele, uma cômoda e outra cama enfeitada com roupas de cama nos mesmos tons do cômodo anterior. E, por fim, o banheiro, o único espaço coberto com laje de concreto e que, assim como toda a barraca, seguia na decoração dos padrões de azul e amarelo.

O sofá, de tom marrom escuro, estava de costas para a rua e era a diversão das crianças que se esparramavam nele. Grande, cheio de almofadas estava de frente para uma mesa de centro e sobre ela, retratos da família, arranjos de flores e outros bibelôs. Do lado esquerdo o aparador da televisão e um pouco mais para o lado, uma mesa dividindo o ambiente da sala e o da cozinha.

Mineiros em geral entendem a cozinha como o coração de uma casa, onde se proseia, conta causos e se oferta carinho em forma de alimento. Onde a família se reúne e os amigos são convidados a estar. A cozinha de dona Vani demonstrava o cuidado com todos os detalhes, assim como o restante de sua barraca.

Em uma barraca o espaço da sala não é apartado do dormitório e da cozinha, mas é clara a organização do espaço, mesmo aquelas em estilo galpão. A conversa havia despertado os meninos, embora falássemos baixo. Eles se juntaram a mesa e partilhavam sua opinião sobre o casamento.

Para Lucas, como relatado no início deste capítulo, a festa teria sido excelente, com muito espaço para correr e brincar além de ter encontrado uma noiva, uma calin do acampamento de Barbacena. Sua tia Keli o lembrava que ele tinha uma noiva na escola, uma gajin, igual a ela, e Daiana, sua mãe o apertava em seus braços dizendo simulando uma reprovação sobre este possível matrimônio.

Daiana completava a observação dizendo que, chegando o momento, tanto Lucas, quanto Luan só se casariam se as noras fizessem todas as vontades dela. Porém, antes que isto acontecesse, eles teriam que crescer e juntar dinheiro para sustentar suas famílias.

Todos perceberam a situação com bom humor diante da narrativa de Lucas, do protesto de Keli e da observação de Daiana. Principalmente da expressão de dúvidas do provável noivo: qual das supostas noivas ele haveria de escolher? Uma calin ou uma gajin?

Os Calons preferem casamentos endogâmicos, ou seja, dentro do próprio grupo cigano, para assegurar a manutenção da cultura e dos valores Calon. Esses casamentos são considerados ideais e mais prestigiados dentro da comunidade. No entanto, Edilma (2019) nos informa que atualmente, tem havido uma crescente aceitação dos casamentos exogâmicos, aqueles entre ciganos e não ciganos (gajin/mulher e gajon/homem). Embora em alguns casos ainda ocorra alguma resistência da família.

Para a sorte de Lucas, no acampamento de Igrejinha esta é uma questão resolvida, já que além de Keli, também existe outra gajin casada com um Calon. O incomum seria o oposto: uma cigana casada com um gajon. Ainda que não seja impossível que isto aconteça.

Na comunidade pesquisada, não tive conhecimento de Calins casadas com gajons. Não há uma proibição, mas de toda forma é desejável que não aconteça. Esta observação quanto ao casamento entre Calins e gajons (homens não-ciganos) ilustra a importância atribuída à manutenção da honra feminina dentro da comunidade.

Este tipo de união significaria uma ruptura com a socialidade cigana. Desta forma, ao impedir que as mulheres se casem com não-ciganos, os Calons procuram assegurar que suas tradições e valores culturais serão preservados. Subentende-se que ao se casar com um homem não cigano, a mulher cigana será afastada do universo cigano, o que inclui sua descendência.

Logo, este tipo de união se transforma em um possível problema, afinal, "entre os ciganos, uma das regras mais fortes é a prevalência para educar suas crianças" (Monteiro, 2019, p. 205). Este é mais um dos motivos para o desagrado deste tipo de união.

Por outro lado, os homens Calons possuem a permissão de se casarem com mulheres não-ciganas, desde que estas sejam retiradas do seu universo não-cigano e passem a conviver no mundo cigano, ou seja, introduzidas ao acampamento Calon, onde passam por um processo de integração e adaptação às normas e costumes da comunidade (Campos, 2019). Dificilmente quando uma mulher não cigana se separa ela fica com os filhos.

Numa eventual separação entre os Calon, e na perspectiva deles, a regra de descendência é pensada e praticada nos aspectos da compreensão. Calon, ditando que o direito sobre as crianças, sempre pertencerá à família Calon, pois é junto ao seu núcleo familiar Calon que a criança aprenderá o sentimento de família, aprenderá sobre valores, costumes e sentimentos que delimitarão seu significado e pertencimento como pessoa Calon e dimensionarão, na coletividade da Rede, dele como pessoa Calon (Monteiro, 2019, p. 204).

O barulho de bola no quintal, chamou a atenção das crianças, que correram para fora na intenção de brincar. Nós continuamos na cozinha. Ficamos ali, proseando sobre o casamento. Os comentários eram sobre a beleza da noiva, a alegria dos convidados, quem fez cena de

ciúmes, quem perdeu a linha por causa da bebida. A roupa das Calins e Calons o repertório musical. Nada passava despercebido.

De qualquer forma a decisão de Lucas teria tempo até chegar a o momento em que ele irá pedir a mão de alguma calin em casamento, e até lá, outras ciganas outros ciganos, independente da concordância ou não da sociedade majoritária, continuariam seguindo os caminhos de seus pais, avós, bisavós, tataravós... Isto me fez pensar em Mário Quintana e seu poeminha do contra:

Todos estes que aí estão
 Atravancando o meu caminho,
 Eles passarão.
 Eu passarinho! (Mário Quintana).

5 APRENDER NO DIA A DIA DO ACAMPAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO

— Oi, gente, tudo bem com vocês? Eu me chamo Natali. Tenho 10 anos. E hoje eu vou falar um pouco de cultura para vocês, cultura de ciganos. Eu gosto de vestir de cigana, com vestido brilhoso, que cigano que faz. Nós gostamos de ser ciganos. E a gente gosta de música de cigano, gostamos também de dançar

Esta apresentação foi feita por Natali no dia dois de maio de 2024, em um dos nossos encontros. Este foi um dia que escolhi para fazer a devolutiva da pesquisa. Nós, no Kékeré, compreendemos que a devolutiva deve ser feita durante a pesquisa. Isto se deve ao reconhecimento da importância de envolver os nossos sujeitos de pesquisa, as crianças, para que elas compreendam e nos ajudem na reflexão sobre o que está sendo realizado.

Refletindo com Almeida U. et al. (2018) penso na devolutiva como parte do processo de formação integral e permanente no desenvolvimento do conhecimento, um exercício contínuo que envolve todos os participantes. Ainda segundo estes autores, uma devolução é um exercício moral e político, pois envolve e desta forma inclui todas as pessoas interessadas na pesquisa.

Assim, a devolutiva é o próprio processo de construção coletiva, determinante para definir a cada momento os caminhos da pesquisa. É produzir uma torção nisso, que é direção já estabelecida, experimentando possibilidades que o próprio caminhar nos traz” (Almeida et al., 2018, p. 206).

Desta forma, não apenas contradiz a ideia unilateral do trabalho de produção de conhecimento, no qual o pesquisador é o único proprietário de qualquer produto resultante, mas também propõe que, em cada nível do trabalho de pesquisa, a geração e a análise de dados devam ser feitas de maneira distribuída e colaborativa.

Em outras palavras, a devolução foi pensada como um processo que atravessa toda a pesquisa. A inclusão não ocorre no último minuto, mas durante todo o processo, para que haja uma verificação contínua dos aspectos interventivos e transformadores da pesquisa.

Neste dia, Natali disse ser importante que as pessoas pudessem conhecer sobre os ciganos porque é legal ser cigana. Então a pesquisa ia mostrar para as outras crianças que em Juiz de Fora tem ciganos. Ela sugeriu que gravássemos o vídeo que transcrevi acima.

Ariel também quis dar sua contribuição e disse:

— Eu gosto muito de ser cigana, é muito bom. Eu gosto de dançar e cantar. Eu tenho orgulho de ser filha de cigano. Ariel demonstra este sentimento em seu canal do YouTube. Muito empolgada ela me mostrou seus vídeos. Neles, ela apresenta sua rotina, como é sua barraca e responde perguntas sobre os ciganos. Nesta plataforma, a postagem com o maior número de visualizações foi a referente às suas origens. Ariel destaca ser uma cigana mestiça por ser filha de um cigano e uma gajin.

Refletindo sobre perguntas feitas em suas postagens, Ariel fez uma relação com a pesquisa. Para ela, falar sobre os ciganos em um canal na internet, assim como a minha pesquisa, é uma forma de mais pessoas conhecerem sobre a comunidade cigana que vive em Juiz de Fora.

— Se todo mundo sabe o que a gente pensa, que a gente gosta de ser cigano e um pouquinho da nossa vida, não vai ter preconceito, disse Ariel, acrescentando sua opinião ao que Natali havia dito antes.

— Alynne, sabe o que me perguntaram? Questionou Ariel.

Demonstrando minha curiosidade em saber, respondi:

— Não, me conte. O que as pessoas querem saber?

— Se a gente come comida normal! Olha só!? É claro!

Me lembrei do que Rosa, sua tia, havia dito meses antes quando simulou a apresentação de um programa em forma de documentários da Rede Globo de Televisão, o Globo Repórter. Nesta representação feita por Rosa, uma das perguntas era o que os ciganos comeriam.

A reação de Ariel e a expressão das outras crianças demonstrou a surpresa e incredulidade com a pergunta. Penso que este é um tipo de questionamento que coloca os ciganos num lugar do que é exótico e tem relação com a invisibilidade que marca a trajetória

desta comunidade tradicional. Sua tia, Rosa, uma adulta reage com ironia a este tipo de questionamento que certamente ouviu muitas vezes em sua vida, mas as crianças não. A reação delas mostra uma compreensão da necessidade de que a sociedade majoritária saiba mais sobre este grupo étnico.

E o que mais? Quis saber.

— Queriam saber sobre o casamento cigano. Uma pessoa perguntou se fazemos pacto de sangue no casamento e outra queria saber a idade que casamos.

— Pacto de sangue! Essa não! Natali demonstrou impaciência com esta pergunta.

— Claro que não fazemos pacto de sangue, Ariel exclamou. E continuando a conversa disse:

— Expliquei que casamos com 13 e 14 anos e fiz um vídeo mostrando desde a hora que eu acordei até a hora em que eu me arrumei para sair com minha mãe.

E sobre o pacto de sangue? Perguntei.

As meninas não responderam de imediato. Keli interferiu dizendo que antigamente os noivos faziam um pequeno corte no pulso esquerdo e os colocavam juntos para misturar o sangue.

— Hoje não tem mais, isto era antigamente, muito antigamente, não é tia!? Natali questionou.

Ariel respondendo a sua prima, confirmou.

— Sim! Não tem mais. Você não viu no meu canal? Eu respondi lá. E é claro que era um tempão atrás.

E sobre o casamento, Ariel? Questionei.

— Ah, tem sempre alguém perguntando isto. Outro dia na escola me perguntaram quando eu vou casar. Eu só tenho 8 anos! Eu só vou casar mais tarde, bem mais tarde, com 13 não, talvez com 16, igual a Lelê.

Natali concordou com Ariel que esta é a melhor idade para se casar.

— Eu acho que lá pelos 15 ou 16 é uma idade boa.

Lucas estava próximo, tomando seu café e quis falar:

— A mãe disse que você só vai casar com 50 anos! Disse para sua irmã, Natali,

— Ficou louco, respondeu Natali. Não falou, não.

Lucas estava rindo de sua irmã, chegou mais perto, pegou o biscoito da mão dela e saiu correndo. Ariel e Natali foram atrás. Não demorou e elas estavam sentadas ao meu lado novamente.

Já pensou casar com 50 anos? Ariel perguntava para Natali.

Keli, estava sentada a minha frente, amamentava Davi. Vendo a reação das meninas sobre a idade do casamento, falou:

— Ariel, você vai casar com 50, para poder me ajudar a cuidar do Davi.

— Claro que não, mãe! Onde já se viu uma cigana casar com esta idade?

Natali percebendo que era brincadeira começou a rir.

— Ah tia, casar com esta idade só se a cigana for viúva.

Para Natali, o dia do casamento é o dia mais bonito da vida.

— No dia do meu casamento eu vou querer um vestido bem lindo. É o dia mais bonito da vida toda. Vai ser uma festa de 5 dias, com muitos vestidos. Vários vestidos para cada dia. Uma banda bem animada para todo mundo dançar bastante.

Ariel sugeriu que o casamento de Natali poderia ser no mesmo dia do seu e que além da banda e da cerveja poderia ter suco de uva, porque ela não gosta de cerveja. E no cardápio deveria ter salpicão que é o seu prato favorito.

Antes de tudo isto acontecer, vocês devem aprender a cuidar direitinho da barraca, Keli falou.

— Eu já estou ajudando a minha mãe, tia! Faço arroz, varro a barraca e cuido da horta, disse Natali.

— E eu já sei arear as vasilhas e ajudo a olhar o Davi, disse Ariel.

— Ariel, você chega na beirada do berço e olha se ele está dormindo. Vou te colocar para trocar a fralda dele de madrugada. Falando isto, Keli deu uma piscada de olhos para Natali.

— Mãe, eu já fico olhando-o no carrinho quando você está lavando roupa. Protestou Ariel. Se eu ficar acordando de madrugada vou ficar com sono na escola.

— Eu sei, eu sei. Só estava brincando. Mas ficar acordada nas festas a senhorita fica!

— É diferente, nas festas eu posso ficar acordada porque eu vou brincar, eu vou dançar.

Luan fazia um desenho, sentado à mesa. Se levantou e ensaiou uns passos de dança. Ele recordou que no casamento de Liryane, seu irmão dançava com uma cigana do acampamento de Barbacena.

As crianças chegaram à conclusão de que o casamento poderia ser coletivo. No mesmo dia se casariam Ariel, Natali, Luan e Lucas. A sugestão foi de Luan. Lucas observou que deveriam ter bastante dinheiro para uma festa tão grande, mas Luan o tranquilizou dizendo que eles já estavam aprendendo a barganhar.

— Até quando eu crescer, vamos ter dinheiro. Eu vou criar cavalos e ter muito para vender. Você já cria pintinhos. Se tiver galo de raça vai ter dinheiro também. A Ariel e a Natali podem aprender a costurar com a tia Rosa e fazer vestido com bastante brilho para poder vender,

aí todo mundo vai ter bastante dinheiro. Até lá a gente faz berganha, junta e guarda o que conseguir. Foi a opinião de Luan.

— Eu sou bom de fazer continha. Já estou aprendendo direitinho. A tia disse que eu estou cada dia melhor. E a Ariel também sabe. Ela é a que mais acerta no ditado. Então a gente vai tomar conta do dinheiro. A Natali pode ser a modelo dos vestidos porque ela não berganha direito.

Berganha, breganha, barganha ou catira, estas são palavras utilizadas pelos ciganos para se referirem aos negócios. Campos (2023) esclarece que a breganha ou catira são transações que acontecem entre dois ou mais parceiros. Podem ser realizadas entre ciganos, ou com os não ciganos. Para a autora, este é um sistema de trocas que inclui uma variedade de itens ou transações, são permutas com a possibilidade de ter retorno em dinheiro. No acampamento pesquisado, crianças e adultos utilizam o termo berganha para todo tipo de negociação, com ou sem permuta.

"Do ponto de vista calon, o que singulariza a catira em relação a outros tipos de transação também realizadas por eles é a pessoalidade da primeira, em contraponto ao caráter impessoal desses últimos, diferenciação similar àquela que afasta a trocádida da troca-mercadoria (Mauss 2003; Strathern 2006). Um ato de vender um pano de prato na rua para um gajon anônimo é considerado uma pura transação mercantil, ao passo que uma negociação de um cavalo com um gajon, mesmo que termine em uma troca direta de mercadoria por um valo monetário, será chamada de catira se houver a produção ou a atualização de uma vinculação entre esses parceiros (Campos, 2023, p.2)".

Vocês sabem barganhar? O que precisa saber para barganhar? Perguntei.

— Claro, né! Responderam as crianças, em coro.

— Outro dia eu barganhei meu Uno com um primo do Jardim Cachoeiro. Ele ia me voltar 5 bolinhas de gude. Mas como 2 cartinhas estavam amassadas eu abri mão de 2 bolinhas, relatou Luan. Palavra dada é palavra cumprida.

— Então precisa ter palavra, boa mercadoria e ser bom de continha.

O que Luan fala, demonstra que independente do termo utilizado, a negociação feita é baseada na oralidade e na confiança. A palavra dada tem valor e deve ser mantida. Este é um princípio importante na produção de relações e na atualização dos vínculos entre os parceiros de troca. Ensinaamentos que parecem já terem sido abstraídos por Luan e Lucas, que acompanham seus pais e tios durante as berganhas, sempre que possível.

Disseram isto e foram atender ao chamado do pai de Natali, que acabava de chegar com caixas de bombons para elas. Havia sido um pedido de Luan, como ele mesmo expressara.

— O pai chegou! Ele trouxe aqueles bombonzinhos da embalagem brilhante que eu pedi quando ele foi pra Juiz de Fora. Vamos! Ele está chamando a gente.

Desta vez as crianças não voltaram, ficaram brincando de bicicleta e velotrol.

Elas decidiram fazer corrida e a todo tempo ouvíamos os conselhos de cuidado, tirem o chinelo para não agarrar no pedal.

Quando alcançavam a linha de chegada, a comemoração era tanto das crianças quanto dos pais e tios que jogavam sinuca próximo ao local em que as crianças brincavam.

A infância das crianças ciganas se “concebe no processo de um momento da vida que é de extrema proteção, mas que também é um período em que a pessoa precisa aprender valores, normas e costumes, para produzir sua Calonidade” (Monteiro, 2019, p. 260).

Refletindo sobre os estudos etnográficos de Edilma Monteiro, percebo semelhanças com os campos pesquisados, tanto na Paraíba, onde esta pesquisadora desenvolveu seus estudos junto aos ciganos, quanto em Igrejinha, onde realizo a minha pesquisa. Edilma percebe as crianças ciganas como agentes ativas na construção de sua identidade cultural, ou "Calonidade", assim como eu compreendo a agência das crianças na comunidade cigana pesquisada.

Elas aprendem observando e reproduzindo o que veem na atitude dos adultos. Porém, também são incentivadas a experimentar e desenvolver suas próprias habilidades e talentos. De acordo com Monteiro (2019), a pesquisa de Liegeois (1998) sobre os povos ciganos na Europa reforça essa ideia ao destacar que as crianças ciganas são vistas como membros competentes e contribuintes da sociedade desde tenra idade.

A infância entre os ciganos não é sinônimo de incapacidade. Nos primeiros anos de vida já são visíveis os talentos e aptidões próprias de cada um. Neste período da vida das crianças, elas iniciam a participação ativa nas atividades cotidianas, construindo e elaborando a dinâmica de vida cigana. São encorajadas a falar e a participar ativamente de todas as práticas diárias, e isso auxilia as crianças a terem uma identidade cultural bem desenvolvida e sentimentos de pertencimento.

Esta abordagem educativa destaca a valorização da autonomia e da criatividade das crianças, preparando-as para assumir papéis significativos na sociedade cigana. Tendo como referência os mais velhos da comunidade, conservam os conhecimentos transmitidos de geração em geração.

Aqui, ouço mais uma vez a voz de Nêgo Bispo. Sabemos que ele fala de uma outra realidade, a quilombola. Contudo, suas reflexões ressoam em outros espaços. A comunidade cigana é um deles. Já conversamos com este poeta em outros momentos deste estudo e recorro a ele dessa vez pensando sobre a necessária importância das gerações.

Nêgo Bispo (2023) enfatiza a importância da transmissão de saberes entre gerações como uma forma de resistência à colonização. Ele descreve suas memórias de infância, período da vida em que os mais velhos orientavam as crianças a ouvir e interpretar os sinais da natureza. Essa passagem de conhecimento é fundamental para manter vivas as práticas culturais e a identidade de sua comunidade. Para a comunidade cigana, os mais velhos também representam sabedoria e os seus ensinamentos são valorizados.

A cultura cigana, assim como as comunidades quilombolas descritas por Bispo, valorizam profundamente a transmissão intergeracional de conhecimentos. Os ciganos utilizam a oralidade para contar histórias, ensinar tradições e práticas, garantindo que a cultura seja transmitida. Este processo é fundamental para a preservação da identidade cigana diante das pressões de assimilação e marginalização.

O que uma criança cigana precisa saber, o que é importante para que elas aprendam está ali, no contexto do seu grupo. A aprendizagem da educação Calon, nos ensina Monteiro (2019), é concretizada no cotidiano. Para a autora, em diálogo com Okley (1983), a aprendizagem é, por exemplo, direta, prática e em circunstâncias similares às aquelas que eles experimentarão como adultos.

O espaço institucional de aprendizagem representado pela escola aparece no discurso das crianças. Elas gostam de ir para a escola e, em suas brincadeiras, reproduzem este espaço de aprendizagem. Dizem ser um lugar onde estarão com os colegas, onde aprendem a ler, escrever, fazer continhas e podem brincar na Educação Física. Não estive neste espaço, minha Fotoetnografia Miúda se concentrou na convivência com o grupo e permaneci no acampamento durante a pesquisa. Mas a escola aparece no discurso das crianças e de seus pais.

As crianças me ensinam que a educação que aquilo que acontece nos espaços institucionais das escolas faz sentido para que elas possam aprender a conviver com a sociedade envolvente. Saber ler, escrever e principalmente fazer cálculos - os planos de Luan para o futuro casamento demonstram isso: é preciso saber as operações matemáticas para fazer as berganhas. Sentem-se orgulhosas em mostrar os cadernos e comentam felizes os avanços na aprendizagem escolar.

Mas por outro lado, a frequência a este espaço institucionalizado de aprendizagem deixa de fazer sentido à medida que tanto meninos quanto meninas se aproximam da idade do matrimônio. Foi assim com Gisele, também com Liryane e provavelmente com Luan, Lucas, Natali e Ariel.

Isto não significa que os pais ciganos desvalorizam este espaço de aprendizagem. Mas que é necessário pensarmos que para eles "educação e escolarização são semelhantes, porém podem descrever perspectivas bem diferentes" (Monteiro, 2019, p. 319).

Rosa, minha interlocutora no campo, reflete as palavras de Monteiro. Para ela, o acampamento é uma escola e a educação que as crianças recebem os proporcionará o necessário para o que considera fundamental na vida de um Calon: o cuidado com os mais idosos, o respeito, o carinho com os mais novos, a importância da castidade, o decoro no vestir, no comportamento, o zelo com a barraca, a atenção e provisão das necessidades da família, entre outros valores.

Por outro lado, a aprendizagem nas instituições formais também tem valor. O que podemos perceber nesta declaração feita por Rosa no começo do ano letivo.

— As crianças estão muito empolgadas para irem estudar. Já vieram na barraca mostrar os cadernos, mochilas e as bolsinhas de lápis. Miryane começa no próximo ano. Ela está vendo a Ariel e os meninos de uniforme e pede para ir também. Se a escola fizesse alguma coisa para os maiores, como dar aula aqui no acampamento, ninguém ia ser contrário que eles também estudassem.

Monteiro (2019) enfatiza que a educação Calon não rejeita a escola; os Calons valorizam a escolarização, porém consideram muito mais significativo o que é ensinado e aprendido em casa. O relato de Rosa dá pistas que permitem este entendimento. Ela completa o seu pensamento dizendo:

— Longe dos nossos olhos, os meninos e meninas, principalmente aquelas e aqueles que estão em idade de se casar, podem correr riscos. Tem o problema das substâncias ilícitas, tem as roupas de gajin que muitas meninas querem usar, tem o assédio dos gajons, é tudo muito perigoso. Eles devem ficar debaixo das nossas asas.

É possível reconhecer com isto um cuidado extremo com suas crianças menores e as que, para nós, estão na adolescência. "Uma criança Calon, não deve, de modo algum, estar longe de seus pais ou parentes, elas estão o tempo todo circulando e experienciando a vida, mas sendo cuidada por algum familiar" (Monteiro, 2019, p. 235).

Guiada pela discussão de Monteiro (2019), com Illich (1985) e Tassinari (2009) identifico a noção de infância produzida pelo sistema escolar, com a tendência a limitar a condição da criança à posição de aluna, subordinada à autoridade adulta. Este processo de "escolarização da sociedade" deslegitima outras formas de vivência da infância e da aprendizagem. De acordo com esta antropóloga, a escola reelabora a identidade das crianças

através de um diálogo de constante negação, onde a resistência dos ciganos se caracteriza por uma bidimensionalidade que marca um outro processo de infância.

De um lado, há a necessidade de adaptar-se às exigências e expectativas da escolarização formal. Do outro lado, há o esforço contínuo para preservar e afirmar sua própria identidade cultural e modos de vida. Essa dualidade cria um "outro processo de infância", diferente daquele vivido por crianças não-ciganas, onde a formação da identidade é negociada entre as influências da escola e as tradições do grupo Calon.

O senso comum brasileiro tipifica a educação como um processo de formação de sujeitos a partir da escola. Ainda que o Estado reconheça, nos dispositivos que regulam a atividade pedagógica e educacional, que esse é um processo de participação coletiva e, em várias instâncias, o debate em torno da educação usualmente centraliza a escola e tende a apagar outras formas políticas de constituição do sujeito e circulação de saberes (Monteiro, 2019, p.265)

Para a solução deste impasse, Nêgo Bispo indica o caminho: a confluência e a transfluência. E explicou: "Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece" (Bispo, 2023). A metáfora das águas utilizadas pelo poeta nos ensina que os diferentes saberes e culturas podem se encontrar e se misturar sem perder suas essências. A confluência é vista como um encontro entre diferentes trajetórias e experiências.

Sobre a transfluência, Nêgo Bispo (2023) a conceitua como um movimento contínuo e circular, diferente da linearidade. No sistema cosmológico, a água, por exemplo, não reflui, transflui, evaporando, formando nuvens, chovendo e retornando às nascentes. Esse movimento circular fortalece sem desconexão. A transfluência representa a ideia de que, "ao mesmo tempo que algo vai, também fica", mantendo uma conexão constante e fluida (Santos, 2023, p.31).

Portanto, a educação Calon e a escolarização formal podem ser complementares e têm a possibilidade de confluir. A integração das práticas educacionais Calon nos currículos escolares pode enriquecer a experiência educativa das crianças ciganas, promovendo uma educação mais holística e inclusiva, que valorize a diversidade cultural e prepare os alunos para viver em uma sociedade multicultural.

O ordenamento legal que trata da educação no país não faz referência explícita aos ciganos, como percebemos em relação as outras minorias étnico raciais que compõem a nossa sociedade. No entanto o artigo 6º Constituição Federal de 1988 garante a educação como um direito, e para que seja efetivado para a população cigana, juntamente com a oferta de vagas, os espaços institucionais de aprendizagem devem considerar as especificidades desta população.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) destaca a importância de fomentar uma educação infantil que dialogue com a lógica do grupo e desenvolva currículos pedagógicos que incluam as particularidades culturais. As estratégias do PNE enfatizam a necessidade de uma educação inclusiva, que respeite e valorize as especificidades dos povos tradicionais.

E apesar de mais uma vez não haver menção aos ciganos é possível implementar essas estratégias com o intuito de que possa contribuir para uma escolarização que reconheça e incorpore as práticas educacionais Calon, promovendo um ambiente educativo mais inclusivo e respeitoso.

Em sua etnografia com os calons de Mamanguape e de Souza, a antropóloga Edilma Monteiro compreende que o PNE é um instrumento que pode ser utilizado na defesa da educação das crianças ciganas. Ela destaca as metas 1 e 7 com as respectivas estratégias, 1.10, 7.26, e 7.27.

Quadro 1 – Estratégias

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.
1.10. fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb
Estratégias: 7.26. consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa.
7.27. desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os(as) alunos(as) com deficiência;

Fonte: Adaptado de Plano Subnacional de Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 17 de março de 2024.

Concordo que estas metas e estratégias sejam possibilidades que possam contribuir para uma percepção da educação para as crianças ciganas. Contudo, mais uma vez, um documento oficial que trata sobre a educação não faz menção aos ciganos (Ocaña, López & Conedo, 2018).

Os colonialistas, conforme descritos por Bispo dos Santos, são caracterizados por uma visão linear e sintetizadora do mundo. Eles tendem a refluírem, voltando aos mesmos pontos de partida sem a capacidade de se transformarem verdadeiramente através da interação com outras culturas. Este comportamento contrasta fortemente com a cultura cigana, que é intrinsecamente circular e confluyente.

Para ultrapassarmos este obstáculo, o Estatuto dos Ciganos começa a pavimentar o caminho. Este documento já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos em maio de 2022 e aguarda análise pela Câmara dos Deputados e a votação no Senado.

Pelo estatuto, o poder público deve incentivar a educação básica dos povos ciganos. Caberá também ao poder público difundir e a sua cultura. Reconhecer as línguas ciganas como patrimônio imaterial desses grupos étnicos raciais. Deve, ainda, preservar seu patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, e sua continuação como povo formador da história do Brasil, informa a Agência do Senado.

A nota técnica referente a este Estatuto sugere no Capítulo II - Da Educação em seu art.5º a promoção de políticas públicas referentes a educação dos povos ciganos com o intuito de que sejam construídas com especial destaque e respeito às especificidades da cultura cigana, assim como é feito em relação ao indígena e ao quilombola. No capítulo que versa especificamente sobre a Educação, o documento sugere incluir o inciso IV e dá a seguinte redação:

Capítulo II – DA EDUCAÇÃO:

Art. 5º O poder público promoverá

I – O incentivo à educação básica da população cigana, sem distinção de gênero;

II – O apoio à educação da população cigana por meio de entidades públicas e privadas;

III – A criação de espaços para a disseminação da cultura da população cigana.

IV – Inclusão dos povos ciganos nas políticas educacionais.

A sugestão se dá, uma vez que é imprescindível promover políticas públicas na educação dos povos ciganos a fim de que estas sejam construídas com especial destaque e respeito às especificidades da cultura cigana, como é feito em relação ao indígena e ao quilombola. (Art. 5º do Estatuto do Cigano).

Monteiro nos alerta que "falar sobre educação nem sempre será falar da Escola" (Monteiro, 2019, p. 284), e isto se aplica a educação das crianças ciganas. Para as crianças calons, crescer em um ambiente de confluência cultural significa aprender a valorizar tanto seus próprios saberes quanto os das culturas circundantes. Esse processo de aprendizado é essencial

para a sobrevivência e prosperidade da comunidade cigana, em um contexto em que a cultura dominante frequentemente tenta impor uma visão linear e homogênea do mundo.

Foram estes pensamentos que me levam novamente ao diálogo com a filosofia de Nêgo Bispo. Ensinaamentos que me ajudam a refletir neste momento em que caminho para a conclusão deste trabalho: a educação nos acampamentos ciganos não se restringe ao conhecimento vinculado aos conhecimentos ministrados nos espaços institucionais de aprendizagem representado pelas unidades de ensino. Ela inclui a transmissão de valores, práticas e histórias tradicionais que reforçam a identidade e a resiliência cultural.

6 SOB A TENDA, DANÇAM PASSADO E FUTURO: ENCAMINHAMENTOS E REFLEXÕES FINAIS

— Eu já estou sabendo ler e sou bom de continha. Está bom assim. É disto que eu preciso. O meu pai também me ensina. Quando eu crescer e tiver meus filhos, vou ensinar igual ao que eu aprendi. Tenho que saber fazer bem as continhas para poder negociar os meus galos.

Esta frase dita por Lucas, no dia 15 de outubro de 2023. Era feriado escolar em comemoração ao Dia dos Professores. As crianças estavam em casa e brincavam de escolinha. Natali era a professora e fazia a leitura dos fatos da multiplicação. Lucas estava interessado em bagunçar a aula. Falava as respostas trocadas e corria em volta da mesa.

No papel de professora, Natali orientava o aluno a se sentar e em certo momento o repreendeu dizendo que ia crescer sem aprender e se não aprendesse o que seria dele no futuro? Era preciso saber ler, escrever, fazer as continhas para passar de ano e assim concluir os estudos para ter um bom emprego.

Aprendi logo no começo que é o campo de pesquisa que nos indica o caminho e nos conduz para onde não imaginávamos. A princípio meu objetivo era compreender a relação da escola com as crianças ciganas. E para isto, fazia o meu campo na escola.

Os dias passaram e a minha vivência se concentrou na comunidade cigana, e foi lá onde fiz minha Fotoetnografia Miúda e não na escola. Percebi que a educação no cotidiano das crianças e adolescentes dentro do acampamento dariam pistas para pensar que elas poderiam contribuir para que a escola aprendesse com eles. No entanto, a escola como uma instituição de aprendizagem formal surge sobretudo nas brincadeiras das crianças. Não foi a primeira vez que presenciei uma brincadeira de escolinha. A performance das crianças durante esta brincadeira me traz as reflexões dos saberes orgânicos e sintéticos sustentados por Santos (2023).

Saberes orgânicos, segundo Bispo, são aqueles enraizados na vida, na experiência e na cosmologia dos povos tradicionais quilombolas e indígenas. Esses saberes são voltados para o ser e para a vida, tendo uma natureza prática por serem utilizados na solução de situações cotidianas e na resolução de problemas comunitários (Santos, 2019).

Já os saberes sintéticos são aqueles produzidos pela cultura euro cristã monoteísta. Objetivam a transformação do conhecimento em bens de consumo e benefícios materiais. São saberes frequentemente desconectados da vida prática, são teóricos e acadêmicos, sem aplicação direta nas comunidades.

Retorno a reprodução de uma cena escolar vivida pelas crianças no dia 25 de novembro, de 2023, já narradas aqui, e suspeito que possivelmente tenham ouvido em algum momento no ambiente escolar este tipo de conselho. Percebo um conflito entre os saberes sintéticos das instituições de aprendizagem formais e os saberes orgânicos aprendidos na comunidade.

Compreendo que a educação das crianças ciganas é predominantemente baseada em saberes orgânicos. As crianças ciganas crescem em um ambiente onde a educação é uma prática viva, inserida nas atividades diárias e nas interações comunitárias.

Elas aprendem observando e participando nas atividades de seus pais e avós, como o comércio, a organização de eventos culturais, e a manutenção das tradições. Este tipo de educação é prática, relevante e diretamente aplicável à vida cotidiana, promovendo a autonomia e a integração social das crianças na comunidade.

Os saberes orgânicos nas comunidades ciganas são transmitidos através da oralidade, das histórias, dos rituais e das celebrações. Estes métodos de transmissão são profundamente enraizados na cultura cigana e refletem uma cosmologia que valoriza o respeito, a solidariedade e a autonomia. A aprendizagem é um processo contínuo, que ocorre em múltiplos contextos e é reforçado pelas relações sociais e culturais dentro da comunidade.

Por outro lado, a educação formal nas escolas, muitas vezes baseada em saberes sintéticos, pode apresentar desafios para as crianças ciganas. O currículo escolar tradicional, que privilegia conhecimentos acadêmicos e teóricos pode parecer desconectado da realidade e das necessidades práticas dessas crianças.

Esta desconexão pode resultar em desinteresse, desmotivação e até mesmo abandono escolar. Além disso, a falta de reconhecimento e valorização dos saberes orgânicos das crianças ciganas pode contribuir para a marginalização e exclusão destas no ambiente escolar.

Campos (2015), destaca que os ciganos, historicamente marginalizados e estigmatizados, hoje fazem parte da agenda de ações afirmativas do Estado brasileiro, sendo reconhecidos juridicamente como integrantes das comunidades tradicionais.

O Decreto Presidencial de 25 de maio de 2006, que instituiu o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado todo dia 24 de maio, faz parte desta agenda e é uma conquista importante para a história dos povos ciganos no Brasil. Trata-se de um marco jurídico referencial, em que o Estado reconhece a presença e a inserção cidadã dos ciganos na cultura brasileira. E o Estatuto dos Ciganos está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Este reconhecimento jurídico representa um avanço significativo, pois inclui os ciganos em políticas públicas específicas que abrangem áreas como políticas sociais, infraestrutura, cultura e acesso à terra. Tais políticas são essenciais para a promoção da equidade e a inclusão social desses grupos.

O reconhecimento de novos sujeitos coletivos pelo direito brasileiro, como destaca a autora, teve um marco importante com a Constituição Federal de 1988, que abriu caminho para a inclusão de diversos grupos étnicos e culturais nas políticas públicas. A adesão do Brasil à Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) reforçou esse compromisso, focando na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e tribais.

A inclusão dos ciganos nas políticas afirmativas e o reconhecimento jurídico como comunidades tradicionais, conforme Campos (2015), representam um avanço significativo para a promoção da justiça social e dos direitos humanos no Brasil. No entanto, a implementação eficaz dessas políticas requer um entendimento profundo das necessidades e especificidades culturais dos ciganos.

As políticas públicas devem ser desenvolvidas e executadas com a participação ativa das comunidades ciganas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas tradições respeitadas, incluindo o que as instituições formais de ensino desenvolvem em seus currículos.

Em Juiz de Fora, no dia 10 de janeiro de 2024 foi sancionada a Lei 14.802 que institui o Estatuto Municipal de Promoção e Igualdade Étnico-Racial, que se destaca por ser pioneira em ter os ciganos expressamente incluídos entre os grupos protegidos e considerados. Tal fato é muito significativo, pois outras regulamentações, como o Estatuto da Igualdade Racial do governo federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9394/96, não falam claramente sobre os ciganos.

A lei juizforana simboliza um avanço em termos de visibilidade e garantia dos direitos dos grupos étnicos invisibilizados e agora dos ciganos incluídos nesta agenda legislativa, garantindo a promoção dos direitos dessa comunidade.

Os artigos 21 e 22 do Estatuto Municipal de Promoção e Igualdade Étnico-Racial de Juiz de Fora representam um marco importante para a inclusão e valorização da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros, indígenas e ciganos no sistema educacional

municipal, abrangendo tanto as instituições públicas quanto privadas. O caput do artigo 21 estabelece a obrigatoriedade do ensino dessas histórias e culturas ao longo de todo o currículo escolar, objetivando a inclusão curricular e a promoção de uma educação mais diversa e representativa das variadas etnias e culturas que compõem a sociedade brasileira.

Para a efetivação deste dispositivo, o parágrafo 1º do artigo 21 desta lei enfatiza a necessidade de formação inicial e continuada de professores, direcionada à criação de material didático específico. Este processo deve ser realizado em articulação com os Governos Federal e Estadual e com a participação ativa de entidades representativas dos negros, indígenas, povos ciganos e da sociedade civil. Tal articulação é fundamental para assegurar que o material didático produzido seja autêntico e respeite as tradições e perspectivas desses grupos.

O parágrafo 2º do mesmo artigo estabelece que o município deve promover, mediante incentivos e prêmios, o reconhecimento de práticas didáticas e metodológicas que abordem a história e cultura africana, afro-brasileira, indígena e cigana. Este reconhecimento é essencial para incentivar os educadores a desenvolverem projetos pedagógicos inovadores e eficazes, contribuindo para a valorização dessas culturas no ambiente escolar.

Além disso, o parágrafo 3º desta lei obriga o Poder Público a realizar campanhas que divulguem a literatura produzida por negros, indígenas e povos ciganos, com foco na reprodução da história, tradições e cultura dessas populações. A divulgação dessas produções literárias é vital para dar visibilidade e valorizar as vozes desses grupos, frequentemente marginalizadas no contexto literário e histórico tradicional.

O artigo 22 complementa essas ações ao prever a incorporação, no Calendário Escolar do Sistema Municipal de Ensino, de comemorações cívicas e eventos relevantes para a memória e história dos negros, indígenas e povos ciganos. Essas comemorações são oportunidades para que a comunidade escolar reconheça e celebre as contribuições desses grupos para a formação da identidade nacional.

A importância dessa legislação para os ciganos é particularmente notável, visto que a cultura e a história dos povos ciganos têm sido historicamente negligenciadas e estigmatizadas. Ao incluir explicitamente os povos ciganos na obrigatoriedade do ensino e nas ações de valorização cultural, a legislação oferece um reconhecimento oficial.

Esta é uma oportunidade para que as futuras gerações cresçam com uma compreensão mais profunda e respeitosa dessas comunidades, promovendo a desconstrução de preconceitos e a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural e a possibilidade de valorização de uma educação que também acontece em outros lugares, tendo muito a contribuir para a escola.

Ao longo deste trabalho, foram evidenciadas as contribuições significativas das crianças ciganas para o entendimento de uma educação que transcende a escola. As observações etnográficas e as interações no campo destacam que a educação Calon não rejeita a escola, mas complementa o aprendizado institucional com saberes e valores próprios da comunidade.

As crianças ciganas, como participantes ativas na construção de seu conhecimento, demonstram que a educação é uma prática viva e contextualizada, essencial para a preservação de sua identidade cultural.

Em conclusão, este estudo reafirma a necessidade de uma educação inclusiva e respeitosa que reconheça e valorize as especificidades culturais dos povos ciganos.

A integração das práticas educacionais calon nos currículos escolares pode enriquecer a experiência educativa das crianças ciganas, promovendo um ambiente educativo mais holístico e inclusivo. A integração das práticas educacionais calon pode ser realizada através de várias estratégias curriculares.

Um exemplo seria a inclusão de histórias orais ciganas nas aulas de literatura e história, permitindo que os alunos aprendam sobre a rica herança cultural dos Calon. Além disso, atividades que envolvam música, dança e artesanato tradicionais podem ser incorporadas nas aulas de educação artística, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais holístico e envolvente.

Entender as estratégias matemáticas desenvolvidas pelas crianças ciganas que desde cedo aprendem a fazer cálculos para fazerem a berganha. Valorizar a língua, conhecer a cultura, dialogar com a comunidade são possibilidades de tornar os espaços institucionais de ensino democráticos e superar uma eurocêntrica que ainda encontramos nas escolas.

Monteiro (2019) ressalta que "falar sobre educação nem sempre será falar da Escola". Esta afirmativa é essencial para compreender a dinâmica educativa nas comunidades ciganas, aonde a aprendizagem vai além dos muros escolares e se enraíza nas interações cotidianas e nas práticas culturais transmitidas entre gerações. Para as crianças Calon, crescer em um ambiente de confluência cultural significa aprender a valorizar tanto seus próprios saberes quanto os das culturas circundantes, um processo essencial para a sobrevivência e prosperidade da comunidade cigana em um mundo que frequentemente impõe uma visão linear e homogênea.

Defendendo uma pedagogia plural e que deve ser construída sobre os princípios de inclusão, diversidade e respeito às diferentes formas de conhecimento, promovendo uma educação que seja significativa e relevante para todos os alunos.

Enfim, reafirmo a relevância do cotidiano em nossos estudos, assim como o protagonismo das crianças, destacando que é o Reparar miúdo e Narrar Kékeré, através da nossa

Fotoetnografia Miúda, que nos permite desacostumar lugares acostumados na lógica dominante da colonialidade.

Assim, fecho os olhos e vejo Miryane correndo pelo campo, Layane engatinhando na estrada de terra ao lado do acampamento, Lucas e Luan jogando bola, Ariel e Natali se maquiando e lembro de uma reinterpretação do Epigrama 7 de Cecília Meireles (2001): "O meu povo não quer ir nem vir, o meu povo quer passar".

Inspirada pela última cena da peça "A Descoberta das Américas" (2023), de Júlio Adrião, onde ele reencena a famosa sequência do longa metragem "O Poderoso Chefão", um momento icônico transposto para o teatro, imagino então, uma cena de uma peça de teatro, como reflexão neste momento final da escrita desta pesquisa:

A luz do palco se atenua, e uma melodia suave e nostálgica começa a tocar. Essa luz foca, de um lado, no passado e, nele, Celina, uma senhora de idade avançada, usando uma saia colorida, rodada de babados e uma blusa azul estampada de flores brancas, cabelos grisalhos, compridos e presos por uma trança está sentada diante de uma mesa. Ela termina de escrever uma carta, seus olhos transmitem confiança e sabedoria. Ela enrola o pergaminho com cuidado e delicadeza, amarrando-o com um laço vermelho vibrante, símbolo da vida e da paixão que sempre guiou seu coração cigano, coloca-o dentro de uma caixa de madeira entalhada com flores.

Ela se levanta lentamente, caminhando em direção à divisão do palco que representa o presente. Podemos perceber o movimento fluido de seu vestido colorido. As luzes se entrelaçam, passado e presente se fundindo em um único momento.

Dona Celina se aproxima de uma jovem cigana que está sentada em uma poltrona: Rosa embala sua bebê que acabara de nascer e estendendo a caixa de madeira decorada, sorri. A jovem mãe olha para ela com reverência e gratidão, recebendo o legado de suas mãos trêmulas. Elas compartilham um olhar intenso e significativo, uma promessa silenciosa de honrar a história e os ensinamentos transmitidos de cigano a cigano de geração a geração.

A velha cigana então se afasta lentamente, enquanto a música cresce em intensidade. A luz brilha sobre mãe e filha, agora sozinhas no palco, simbolizando a nova vida e as infinitas possibilidades que o futuro reserva para os Calon. A luz no palco diminui enquanto os últimos acordes da música ecoam pelo teatro. Somos deixados com uma sensação de continuidade e esperança, um testemunho do poder das tradições que transcende gerações. Antes das cortinas se fecharem, a voz suave de dona Celina diz: "Os ciganos são como uma espécie de Sol que acorda os afetos" (Queirós, 2024).

REFERÊNCIAS

- ACIPRESTE. **JusBrasil**. [S.l.]. JusBrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/casamento-infantil-uma-triste-realidade-acobertada-pelo-brasil/1851003390>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- AFETO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/?s=afeto>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- ALMEIDA, Cris Kelly Santos de; LINO, Fabiana Neiva Almeida; VERONESE, Daiane Zappe Viana. **Casamento infantil no Brasil na perspectiva da proteção integral**. 2023. Disponível em: <https://unef.edu.br/wp-content/uploads/2023/08/CRIS-KELLY.-CASAMENTO-INFANTIL-NO-BRASIL-NA-PERSPECTIVA-DA-PROTECAO-INTEGRAL.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- ALMEIDA, Ueberson Ribeiro et al. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 30, p. 204-213, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5527>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (org.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13-38
- ALVES, Nilda. **Praticantepensante de cotidianos: Praticantepensante de cotidianos**. 1. ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.
- ALVES, N. Sobre as redes educativas que formamos e que nos formam. In: ALVES, N. **Práticas pedagógicas em imagens e narrativas: memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 154-157.
- AMADO, J. **Universo dos brinquedos populares**. 2. ed. Coimbra: Quarteto, 2007. p. 74.
- AZEVEDO, Ana Cláudia. Etnias de Portugal: o caso dos ciganos. **E-REI: Revista de Estudos Interculturais do CEI**, v. 1, n. 1, p. 67-85, 10 jan. 2013.
- BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. Tradução: Xina Smith de Vasconcelos. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.
- BÂ, Amadou Hampaté. Tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África**, v. I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 8, p. 167. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Tópicos). Reimpressão de 1989. ISBN 85-336-0819-5.
- BARRA, Marlene. Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada? In: MARTINS, Moisés de Lemos; CABECINHAS, Rosa; MACEDO, Lurdes; MACEDO, Isabel

(orgs.). **Interfaces da Lusofonia**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014. p. 318-338. ISBN 978-989-8600-21-9. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290120380_Brincadeiras_do_meio_do_mundo_uma_infancia_globalizada/citation/download. Acesso em: 6 jan. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

BORGES, I. C. M. M. **Cidades de portas fechadas: A intolerância contra os ciganos na organização urbana na primeira República**. Orientador: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. 2007. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em História, ICH- Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2944>. Acesso em: 20 jun. 2022.
BORGES, I. C. M. M. Ciganos em Juiz de Fora – Mitos, Perseguições e Resistências (1860/1920). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII. 2005, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_93cd924173e9d8148e8bfd1a6b4a7083.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BORTOLUZZI, Leticia Baron; ARENDT, João Claudio. Região e memória na obra *Infância*, de Graciliano Ramos. **REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários**, Vitória, s. 2, ano 8, n. 10, 2012.

BRANDÃO, E. C. C. R.; VALENTE, M. J. B.; GARCIA, L. C.; BRITTO, N. M. de; GUIMARÃES, P. R. da C. Urbanização e crescimento da cidade de Juiz de Fora: aspectos político-criminais na transição do século XIX para o XX. Passagens: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 328-364, 31 maio 2021. Mensal. Passagens. <http://dx.doi.org/10.15175/1984-2503-202113208>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/49111/33883>. Acesso em: 15 fev. 2023

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica nº 24 - DPGU/SGAI DPGU/GTCT DPGU**, de **21 de setembro de 2023**. Assunto: Estatuto dos Povos Ciganos – PL 1387/2022 (Nº anterior: PLS 248/2015). Disponível em: https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/09/nota_tecnica_24_estatuto_povos_ciganos.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

CAMPOS, Juliana Miranda Soares. **Casamento cigano: produzindo parentes entre os Calon do São Gabriel**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Déborah de Magalhães Lima. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/422/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Deborah+de+Magalh%C3%A3es+Lima>. Acesso em: 6 jan. 2024.

CAMPOS, Juliana Miranda Soares. **O nascimento da esposa: movimento, casamento e gênero entre os calons mineiros**. 2020. Tese (Mestrado em Antropologia) – Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Deborah de Magalhães Lima. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/45401>. Acesso em: 6 jan. 2024.

CAMPOS, Juliana Miranda Soares. Tudo é troca: ensaio sobre a catira cigana em Minas Gerais. **Dossiê: Ciganos no Brasil: Relações entre continuidade, mudança e diferença**. Disponível em: https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/08/nota_tecnica_23_estatuto_dos_povos_ciganos.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

CAPUTO, Stela Guedes. As crianças de terreiro somos nós, as importantes: mais algumas questões sobre os Estudos com Crianças de Terreiros. **Revista de Educação e Cultura Contemporânea**, PPGE/UNESA, Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 383-407, 2020.

CAPUTO, Stela Guedes. Fotografia como ato de insurgência contracolonial. *Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, p. 807-814, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/52398>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CAPUTO, Stela Guedes. Reparar Miúdo, narrar Kékeré: Notas sobre nossa fotoetnopoética com crianças de terreiros. **Revista Teias**. PROPED/UERJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, 2018.

CAPUTO, Stela; SANT'ANNA, Cristiano. “Sou ekedi Lara de Oxóssi. Meu nome sou eu e Oxóssi. Não coloca meu nome sozinho não”: Notas sobre fotografia e ética nas pesquisas com crianças. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, p. 307-326, jun. 2020.

CARDOSO, Greyc Kelle de Andrade. **Nós somos ciganos. E você, o que é? Processos identitários entre três gerações de ciganos Calon no Estado do Espírito Santo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas Naturais, 2018

CARVALHO JUNIOR, Renato Alves de. **Súfələbí**: sopros cotidianos e infância no terreiro. Orientador: Maristela Gomes de Souza Guedes . 2020. 155 f. v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/17577/5/Disserta%20Renato%20Alves%20de%20Carvalho%20Junior%20-%202020%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. Os deslocamentos ciganos pelas regiões de Minas Gerais. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 179-208, jul./dez. 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/19I_z6H7CmbO0KV1avLAqA3d7Ac8-fDF7/view. Acesso em: 6 jan. 2024.

DALT, Thaís Oliveira da. **Usos de um espaço público: um estudo de caso do Parque Halfeld, Juiz de Fora, MG**. Abet, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 55-63, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/2986/1007>. Acesso em: 06 jun. 2023.

DEI, George J. Sefa. **Métodos de pesquisa antirracista**. São Paulo: Jundiaí, 2008. Dicionário online de Português. Imaginação. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/imaginacao/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

DORNELES, Dandara Rodrigues. Palavras germinantes – entrevista com Nego Bispo. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v. 26, n. 1 e 2, p. 14-26, jan./dez. 2021. ISSN 2178-437X. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/identidade>. Acesso em: 6 jan. 2024.

FRAGATA, Claudio. **João, Joãozinho, Joãzito, o menino encantado**. Ilustrado por Simone Matias. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

FRASER, A. **História do Povo Cigano**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. São Paulo: Record, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. Produção Editorial: Afro Marcondes dos Santos. Produção Gráfica: Eny l Xavier de Mendonça. Capa: RTARTE. São Paulo: Edições Vértice; Revista dos Tribunais, 1990. ISBN 85-7115-038-9.

IMAGINAÇÃO. In: DICIONÁRIO online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/imaginacao/>. Acesso em: 6 jan. 2024

JUIZ DE FORA. Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Étnico-Racial do Município de Juiz de Fora. Substitutivo ao Projeto nº 151/2022, de autoria da Vereadora Laiz Perrut. Câmara Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: www.leisMunicipais.com.br. Acesso em: 26 jan. 2024.

KRAMER, Sonia. **Infância e Educação: uma introdução à pedagogia da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. FE-USP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 6 jan. 2024.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. Companhia de Bolso, 2008, p. 12. Disponível em: <https://blogentreaspas.com/2009/01/31/memoria-poetica/>. Acesso em: 26 jan. 2023

LIMA, Tati. **Oráculos e Artes Divinatórias: uma introdução histórica**. São Paulo: Editora Mística, 2020.

LIRA, João Antônio de Sousa. Uma breve discussão sobre a memória. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2014, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, 2014. Disponível em: file:///D:/Acr%C3%A9scimos%20na%20disserta%C3%A7%C3%A3o/Modalidade_1data_hora_17_07_2014_19_28_18_idinscrito_4498_7b9e8bb33b8cd4f05df7a66374f40e09.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

MACHADO, Ana Lúcia. Brincadeira de comidinha – **Um clássico da infância de todos os tempos. Educando Tudo Muda**. Disponível em: <http://www.educandotudomuda.com.br/tag/livro-da-lama/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MACHADO, Rogério. **Memórias e lembranças**. Gazeta Bragantina. Disponível em: <https://gazetabragantina.com.br/2021/10/02/memorias-e-lembrancas/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MANOVICH, Lev. **The language of new media**. Cambridge: The MIT Press, 2001.

MARCONDES, Gláucia Siqueira. **Entre exuberância e mistério: subjetividades de mulheres ciganas nas interfaces entre educação e gênero**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Orientador: Prof. Dr. Anderson Ferrari. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12256>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MARCONDES, G. S.; FERRARI, A. Casamento cigano: tradição ou crime? Processos educativos de constituição de mulheres ciganas. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1-25, out. 2020 Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v20n67/1981-416X-rde-20-67-1837.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7txs5/pdf/mattos-9788578791902.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MEFANO, Ligia. **O design de brinquedos no Brasil: uma arqueologia do projeto e suas origens**. 2005. Dissertação (Mestrado em Design) – Departamento de Artes & Design, Programa de Pós-Graduação em Design, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005. Orientador: Prof. Rafael Cardoso Denis. Disponível em: <http://www.abrinquedoteca.com.br/pdf/40ain.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MEIRELES, Cecília. **Viagem**. Global Editora e Distribuidora Ltda, v. 3, f. 88, 2019. 176 p.

MEIRELES, Michele. **Homem morre baleado após confusão com grupo acampado na União e Indústria**. Tribuna de Minas, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/regiao/17-02-2021/homem-morre-baleado-apos-confusao-envolvendo-ciganos-em-matias-barbosa.html>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MELO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982

MOONEN, Frans. **Anticiganismo e políticas ciganas, na Europa e no Brasil** – versão 2012. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudosdeapoio/publicacoes/discriminacao/anticiganismo-e-politicas-ciganas-naeuropa-e-nobrasil-frans-moonen-2012>. Acesso em: 18 maio .2023.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto; GOLDFARB, Maria Patricia Lopes. **A infância Calon: notas sobre o “ser criança” entre os ciganos no Vale do Mamanguape** -

Paraíba/Brasil. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, Brasil, v. 27, n. 1, p. 19-29, 2017. DOI: 10.18224/frag. v27i1.5445. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/5445>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto. **Tempo, redes e relações: uma etnografia sobre infância e educação entre os Calon**. 2019. 392 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214897>. Acesso em: 24 mai. 2023.

MONTEIRO, Renan J. **De menino a homem: a construção do “Ser homem” entre os calon da Costa Norte paraibana**. Campina Grande, 2017. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017.

MOREYRA, Tiago Elias. **Ars in memoriae: memória, memórias, esquecimento e lembranças de infância no desenho**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37421>. Acesso em: 18 jan. 2023.

OCAÑA, A. O.; LÓPEZ, M. I. A.; CONEDO, Z. E. P. Rumo a uma pedagogia no/ do Sul Global. **Revista nuestrAmérica**, v. 6, n. 12, p. 195-222, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78826>. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

OKLEY, Judith. **The Traveller-Gypsies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Origem da Palavra. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/?s=afeto>. Acesso em: 6 jan. 2023.

OMAR, Arthur. Fotografia brasileira. *Youtube*, 30 abril 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a56eEfQH5WQ&t=2s>. Acesso em: 18 maio 2023.

PEREIRA, Paulo. **História dos ciganos no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos Ciganos, 2009.

PAIVA, Daniel Banhos Doell de. **Proibição do casamento infantil: controvérsias sobre temporalidade e extensividade na aplicação da Lei nº 13.811/19**. 2020. Artigo científico (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Professores Orientadores: Mônica C. F. Areal, Nelson C. Tavares Junior, Ubirajara F. Neto. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2020/pdf/DanielBanhosDoelldePaiva.pdf. Acesso em: 18 maio 2023.

PNE. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 6 jan. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em:

<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

QUEIRÓS, Bartolomeu de. **Ciganos**. São Paulo: Editora Global, 2004. E-book.

QUEIROZ, Rachel de. **Memórias de Menina**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. E-book.

QUINTANA, Mário. Poeminha do contra. In: QUINTANA, Mário. Poemas para ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

RAMINHO, Edney Gomes; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Infância e criança como construção social: cenários, avanços e prospectos. **Direito em Revista**, Paracatu, v. 8, jan./dez. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7968534. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/DIR_REV/article/view/4015. Acesso em 18 jan. 2023.

REZENDE MARTINS, E. C. de. O enigma do passado: construção social da memória histórica. T.E.X.T.O.S de H.I.S.T.Ó.R.I.A. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v. 15, n. 1/2, p. 35-48, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27981>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução: Valdeí Araujo e Pedro S. P. Caldas. **Revista História da Historiografia**, n. 02, mar. 2009. Disponível em: http://www.joern-ruesen.de/5.213_How_to_make_sense_brasilianisch.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 92 p.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Meu tempo é agora**. Salvador: Assembleia do Estado da Bahia, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Coord.). Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/3PLsn8PhMzxZJzvdDC3gdKz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**. Revista Cadernos de Educação, Faculdade de Educação - UFPel, Pelotas, RS. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/6119>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SARZI-RIBEIRO, Regilene A.; BRESSANIN, Marcelo. **Inteligência artificial, arte e tecnologia: visualidades, audiovisualidades e sonoridades**. In: L'eau et les rêves. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SEIDE, Marisa Frohlich. Arte contemporânea: arte e vida. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/arte/arte-contemporanea-arte-e-vida>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SEIXAS, Raul. Gîtã. Intérprete: Raul Seixas. In: SEIXAS, R. **Gîtã**. Produtor: Mazzola. Philips/Universal Music, 1974. 1 LP.

SILVA, Antônio Luiz da; SOARES, José do Nascimento; VIEIRA, Gabriel Nóbrega; MENEZES, Tarcísio Almeida. Ética, pesquisador e pesquisa: uma relação inquieta. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 8, ed. 07, vol. 01, p. 05-23, jul. 2023. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/etica/pesquisador-e-pesquisa>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TASCA, L. **As contradições e complementaridades nas leis urbanas de Juiz de Fora: dos planos aos projetos de intervenção**. 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=194499. Acesso em: 16 nov. 2022.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008. 127 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/index.html>. Acesso em: 6 jan. 2024.

TREVAS, Lethícia Maria Maia Y Plá; BRITO, Luciana de Albuquerque Cavalcanti. O casamento cigano à luz do direito brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar Campo do Saber**, v. 10, n. 1, p. 05-23, jan./jun. 2024. ISSN: 2447-5017. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/campodosaber/article/view/746>. Acesso em: 6 jan. 2024.

XAVIER, Marcelle. **O que me afeta, me transforma**. Instituto Amuta, 02 fev. 2023. Disponível em: <https://www.institutoamuta.com.br/post/o-que-me-afeta-me-transforma>. Acesso em: 6 jan. 2024.